

Defesa Nacional



DEZEMBRO
1953

NÚMERO
473

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

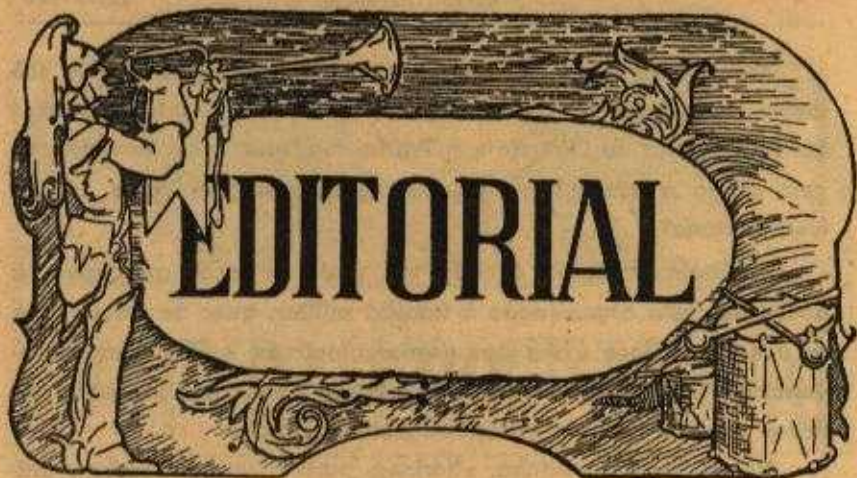
Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1953

N. 473

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Assunção do Comando da E.S.A. — Cel. Moacyr Araújo Lopes	5
Como o ISOP pode ajudar ao Exército — Prof. Alfredo de Oliveira Pereira ..	13
Ensinaamentos da Campanha da Coréia — IV — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller	23
Recondicionamento físico do Exército — Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos	31
A Engenharia na Indo-China — Trad. do Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa	33
Artilharia Aeroterrestre — Trad. do Maj. A.V. Paiva	47
Rádio-relés de Campanha — Trad. do Cap. Lutz Fernando Vallim Schneider ..	53
Noções sobre a técnica do tiro de canhões automáticos Bofors de 40 mm — Cap. Pery O'Reilly Cabral	61
Ainda o problema da Reserva de Oficiais — 2º Ten. Jayme da França Doria ..	65
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Aristocracia e Cultura — J.P. Galvão de Souza	69
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Um combate aéreo na frente sul, no começo da Revolução Paulista de 1932 — Gen. Ex. Amaro de Azambuja Villanova	75
A Biblioteca de um soldado — Ten.-Cel. Paulo Encas F. da Silva	77
Caxias no Governo do Rio Grande — Maj. João B. Santiago Wagner	79
DIVERSOS	
Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico — Gen. Div. Juarez do Nascimento Tavora	83
Bitolas — Cel. Olympio Mourão Filho	95
A autoridade do Sargento — Cel. A.C. Moniz de Aragão	101
NOTÍCIAS DIVERSAS	103
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR	107
ATOS OFICIAIS	115



NATAL DE 1953

Encerramos, com êste número, mais um ano de atividades em prol do Exército Nacional.

Foi um ano de fecundas atividades e excepcional significação para a família de "A Defesa Nacional".

A par de nossas atividades normais, no que tange à cultura profissional e geral, comemoramos condignamente o primeiro centenário da morte de Maria Quitéria de Jesus, a heroína da Independência, o sesquicentenário do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o inolvidável Duque de Caxias e o quadragésimo aniversário de nossa Revista. Ao ensejo dêste último, inauguramos, em nossa redação, os retratos dos Exmos. Srs. Generais Cyro Espirito Santo Cardoso e João de Segadas Vianna, digníssimos Ministro e Secretário Geral do Ministério da Guerra, respectivamente, recepcionamos os nossos presados camaradas fundadores desta Cooperativa, ainda vivos, e mandamos celebrar missa pelo repouso eterno dos já falecidos.

A prestigiosa presença de quase todos os Chefes do Exército, em nossa redação, nesse memorável dia e as carinhosas palavras de congratulações que proferiram, por motivo de nosso aniversário, deram-nos fôrça e ânimo para prosseguir a nossa tarefa.

Não menos expressiva foi a presença daqueles velhos soldados, hoje todos na reserva, que há 40 anos, levados por altos ideais de amor ao Exército e à Pátria, fundaram esta Revista que vem sendo a trincheira onde se debatem os problemas da defesa nacional.

Estreitam-se, assim e cada vez mais os laços que unem a nossa modesta organização à família militar, quer da ativa, quer da reserva e esse é um dos nossos objetivos, pois estamos convencidos de que dessa união resultarão maior compreensão do nosso papel e maiores benefícios para o Exército.

Nossa Revista marcha, vitoriosa, para o quinquagésimo aniversário.

Numerosos artigos seus têm sido transcritos em revistas militares estrangeiras, quer do velho, quer do novo continente.

Constantes são as solicitações que recebemos de toda parte para intercâmbio de publicações, o que atesta o nosso prestígio e o valor dos nossos colaboradores.

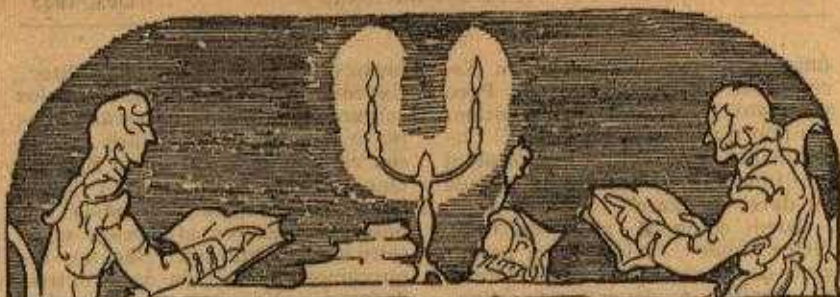
Ao lançar este rápido olhar retrospectivo sobre as nossas atividades em 1953, anima-nos a convicção de que cumprimos o nosso dever e a confiança de que continuaremos a merecer o apoio de nossos Chefes e camaradas.

Um Natal Feliz, portanto, é o que se enseja, para nós e nossos amigos, neste fim do ano de 1953. Queremos deixar aqui registrados os nossos melhores votos de felicidades para todos os que cooperam para a nossa existência e difusão.

Os nossos agradecimentos ao Exmo. Sr. General Secretário Geral do Ministério da Guerra pelo uso da benemérita Imprensa Militar, a cujo dedicado pessoal devemos a concretização de nossos sonhos.

O nosso melhor reconhecimento aos nossos infatigáveis representantes, aos assinantes, aos agentes de publicidade e aos que labutam em nossa redação. A todos deseja "A Defesa Nacional" um muito

FELIZ NATAL !



CULTURA PROFISSIONAL

ASSUNÇÃO DO COMANDO DA E.S.A.

Palestra inicial realizada pelo seu Comandante,
Cel. Moacir Araujo Lopes (Extraído da
"Revista da E.S.A.").

SUMARIO

- 1 — Apresentação do Comandante.
- 2 — Homenagem ao trabalho já realizado na E.S.A.
- 3 — Objetivo da palestra.
- 4 — Bases da formação moral:

MORAL

- a) Confiança na administração.
- b) Justiça.
- c) Tratamento digno do soldado.
- d) Valor do Exemplo.
- e) Higiene e ordem no quartel (estacionamento).

FÍSICA

PROFISSIONAL (Documentação — Instrutor — Monitor).

- 5 — Problemas da pequena guarnição.
- 6 — Organização do trabalho — Previsão.
- 7 — Administração — Fiscalização.
- 8 — Manutenção.
- 9 — Funcionamento de todos os elementos de uma organização.
- 10 — Conclusão.

I — APRESENTAÇÃO DO COMANDANTE

Está se apresentando perante os oficiais e sargentos da Escola de Sargentos das Armas, aqui reunidos, o seu novo Comandante. É um companheiro de trabalho que vem participar das intensas atividades desta Escola. Companheiro mais

velho e mais graduado, deverá trazer, consigo, uma maior soma de experiência, já que um princípio universal estabelece que a vida, quer do indivíduo, quer da coletividade, nada mais é que a aquisição da experiência. Seguramente, é aquele sobre o qual recairá a maior soma de responsabilidades. Pelos regulamentos militares, é o

único responsável pelo que a Escola fizer ou deixar de fazer. Peço aos meus camaradas que meditem um pouco nessa expressão: "O Comandante é o único responsável por tudo que a sua Unidade faça ou deixe de fazer".

Quem comanda, antes de tudo, dirige almas... Além disto, no regime democrático, em que vivemos, os direitos e deveres são fixados. O vosso chefe, ao mesmo tempo que respeitará todos os direitos de seus comandados, não os deixando em situação difícil para que consigam respeitar esses direitos, é cioso, também, das suas prerrogativas, correspondentes estas às suas pesadas responsabilidades.

Assim como estudou e estudará o passado militar dos seus comandados, pede a estes que estudem o seu; isto facilitará os entendimentos necessários no desenvolvimento dos árduos trabalhos, que terão de realizar em conjunto.

Verificarão os meus camaradas que, nas nossas atividades, os interesses coletivos se sobreporão, sempre, a todas as contingências. Que o vosso atual Comando, seguindo as linhas de sua conduta militar passada, exercerá a chefia com DIGNIDADE.

Inflexível nas exigências legais e regulamentares que situam a Escola e o Exército, de que ela faz parte, nas suas elevadas finalidades, nenhuma consideração de ordem secundária, desviará a sua ação. Expresso a minha certeza e orgulho de que dirigirei quadros (Oficiais e Sargentos) selecionados e portanto, capazes, patriotas e dignos.

Que Deus me ajude e que me possais prestar com satisfação o apoio e a compreensão de que necessito.

II — HOMENAGEM AO TRABALHO JÁ REALIZADO NA E.S.A.

Rendo minha homenagem ao trabalho realizado nesta Organização (e na antiga E.S.I.). Com superiores finalidades, a qual a formação dos Sargentos do Exército, ela soube grangear a elevada repu-

tação de que goza no meio militar. Expresso a minha admiração pelos camaradas que aqui passaram, chefes e subordinados, e que, com o seu esforço, construíram a E.S.A. Que, por nossa vez, sejamos dignos deles e possamos entregá-la aos nossos sucessores eficientes, conceituada e admirada. Não nos esqueçamos que a vida das coletividades é regida pelas mesmas leis que regem a dos indivíduos. E meditemos sobre as palavras de Fernando de Magalhães: "O homem é um elo de uma cadeia; avós de número incalculável, prole incontável perdida no futuro...".

III — OBJETIVO DA PALESTRA

Esta palestra visa, sobretudo, facilitar os entendimentos necessários e já focalizados, entre o novo Comandante e os seus quadros (de Oficiais e Sargentos). Nela exporei como interpreto e compreendo o exercício legal e regulamentar das novas atividades. Talvez exponha assuntos corriqueiros e triviais. Mas julgo útil aproveitar a oportunidade e focalizar aspectos que, embora simples, são importantes para o funcionamento de nossa Escola. Estou seguro de que a maior parte das questões de que tratarei é executada rigorosamente na ESA e na Guarnição. Não faz mal, repisaremos. Tudo é suscetível de aperfeiçoamento. E se uma ou outra coisa não estiver sendo executada, que os encarregados disto o façam sem necessidade de nenhuma outra ordem ou medida, em vista da expressão de vosso Comando, de julgá-la útil e necessária.

Repito: Tudo é suscetível de aperfeiçoamento.

IV — BASES DA FORMAÇÃO MILITAR

MORAL, FÍSICA, PROFISSIONAL, e nesta ordem de importância.

MORAL — Básica — Permite o domínio dos instintos e das necessidades do corpo físico e, portanto, se opõe a interesses contrários à

ética militar. Embora cuide de assuntos subjetivos, é alicerçada em fatores absolutamente objetivos:

a) *Confiança na administração — Seriedade*

Os diferentes responsáveis pela administração da Unidade devem ter o máximo empenho em bem zelar pelos seus interesses, e em que a fiscalização se exerça com eficiência. Não esquecer, nessa fiscalização, que o desvio de serviço é tão grave quanto o desvio de dinheiro ou o desvio de material.

Aos diferentes responsáveis pela administração, a começar pelo Comandante (Agente Diretor) convém focalizar que não basta ser honesto. Em benefício da moral da Unidade é preciso, também, demonstrar ser honesto. Donde a necessidade do exercício perfeito da fiscalização. Há aqui semelhança com a moral da mulher; não basta que ela seja honesta; é preciso, também, demonstrar que o é.

b) *Justiça*

Esta se exerce:

- 1) Com respeito completo aos direitos estabelecidos na legislação (leis, decretos, avisos e regulamentos).
- 2) Pelas recompensas às ações meritórias. Pelo incentivo dos Chefes aos bons soldados.
- 3) Pela repressão firme, serena, dosada e digna às infrações à disciplina, à moral e à ética militar. — A repressão das transgressões claras à disciplina é mais fácil, por estarem tratadas objetivamente nos regulamentos. A repressão a certas infrações à disciplina, à moral e à ética militar é menos fácil por estarem, algumas vezes, focalizadas de maneira mais geral nos regulamentos, códigos e Estatuto. São, contudo, transgressões mais sérias, pela sua profunda repercussão na moral do grupo social e, por isso mesmo, merecedoras de acurado estudo e repressão firme.

Quanto a este assunto, reflatamos, chefes e subordinados, sobre o conteúdo de algumas prescrições.

(Leitura, 2ª voz) — O Cap. Ajudante lê:

— *Estatuto dos Militares* — Decreto-lei:

Art. 25

letra d —

letra e —

letra f —

Art. 27

Art. 30

— *Código Penal Militar* — Decreto-lei:

Art. 180

— *R.D.E.*

Art. 12, parágrafo único, letra b

c) *Tratamento digno do soldado*

Como criatura humana, único critério compatível com o regime democrático, que procura desenvolver a consciência do cidadão soldado. A moral dele está estreitamente ligada à dignidade do tratamento humano que lhe é dado.

Para isto, o homem tem direito:

- de Comer Decentemente (Cozinha e Rancho)
- de Dormir Decentemente (Cama e roupa — alojamento)
- de Satisfazer Decentemente certas necessidades (Privadas e Banheiros)
- de se Apresentar Decentemente (Fardamento)

É fundamental a ação do Cmt. de Unidade e dos Comandantes de Subunidades neste sentido. Todos os demais oficiais e sargentos são preciosos colaboradores.

(Leitura, 2ª voz): O Cap. Ajudante lê:

C-22-5-1ª Parte — Cap. I — Artigo 1º, n. 5, c, (5)

d) Valor do Exemplo

Em psicologia social é definido o papel da imitação como preponderante na dinâmica social, associada à simpatia e à sugestão. O exemplo permite a imitação rápida dos comportamentos necessários a determinados fins. A imitação tem papel fundamental na aprendizagem e no comportamento dos componentes das Forças Armadas, dando-lhes unidade e coesão. Daí, o valor fundamental do Exemplo e, sobretudo, numa Escola de Formação. Há completa aplicação, no campo moral, do princípio pedagógico: ajustamento entre o ensinado e o praticado. Por isto mesmo é muito grave o resultado do desajustamento entre o ensinado e o praticado em todos os escalões. Na E.S.A., o exemplo é fundamental:

- da parte dos oficiais — dirigentes da formação dos futuros sargentos;
- da parte dos subtenentes e sargentos por constituir a imitação das suas atividades e supremo objetivo da aprendizagem na Escola.

e) Higiene e ordem do Quartel

É imprescindível a criação de rigorosos hábitos de ordem e de higiene.

Há necessidade de grande esforço dos quadros para a criação desses hábitos, por se tratarem de modificações integrais de comportamento anteriores dos homens, em vista dos precários hábitos, sobretudo higiênicos, dos meios civis de onde provieram. Limpeza e ordem em todos os aspectos:

- 1) Na apresentação do homem (cabelo, barba e uniformes).
- 2) No rancho, alojamentos, privadas, banheiros, dependências diversas, escrituração e material.
- 3) Ordem nas arrumações em geral.

Para maior facilidade, devem ser utilizados meios auxiliares de admi-

nistração do mesmo modo como se utilizam os de instrução:

- Tabeletas.
- Quadros diversos, fixos ou alteráveis.
- Chapas, etc., etc.

Após a indicação e ensino dos processos a adotar, devem ser reprimidas serena e firmemente as infrações às ordens estabelecidas.

Alicerçado nos elementos acima, a moral é desenvolvida e aperfeiçoada pelos Chefes em todos os escalões.

FISICA — Há necessidade, real, de realizar o treinamento físico, compatível com as idades, do contingente, alunos e quadros (oficiais e sargentos) — sem exceção de um só elemento.

Além do imprescindível preparo físico para a guerra — supremo objetivo da instrução e das Forças Armadas — contribui este treinamento para a manutenção do equilíbrio orgânico, necessário ao perfeito equilíbrio psíquico. Influí, também, poderosamente, no preparo profissional.

PROFISSIONAL — Supérfluo será encarecer a necessidade do preparo profissional, em uma Escola de Formação. Neste aspecto, convém focalizar a necessidade de grande cuidado dos diferentes escalões de Comando para que disponhamos sempre da mais recente documentação. O Comando da Escola tomará cuidados muito especiais neste sentido. Os papéis dos instrutores e monitores são de grande importância na consecução dos objetivos da E.S.A. Recomendando, sobretudo, aos jovens instrutores, especial atenção para a publicação "MÉTODOS DE INSTRUÇÃO da EAO", de 1948. Todas as suas prescrições devem ser rigorosamente seguidas. Este Comando verificará as sessões de instrução, orientado pela "Lista de Verifica-

ção" constante do final da referida publicação.

Como os anteriores, este Comando, na indicação que fez de 22 oficiais para a E. S. A., primou pelo selecionamento deles. Servir nesta Escola é um título de distinção e um motivo de orgulho profissional.

V — PROBLEMAS DA PEQUENA GUARNIÇÃO

A denominação *pequena guarnição* aparece no nosso RUPE, que aceita, nela, certas tolerâncias no uniforme. No aspecto moral, verificamos a necessidade de rigorosa observância aos costumes locais. Certas facilidades, desapercibidas em guarnições grandes, assumem aspectos muito graves nas pequenas guarnições. São sobretudo, já escrevia em um programa para estágio de aspirantes, há muitos anos passados:

- Jogo a dinheiro em lugares públicos.
- Satisfação indiscreta de necessidades afetivo-sexuais.

A vida em pequenas guarnições exige a prática de hábitos severos, quanto aos aspectos focalizados.

Além disto, é preciso também considerar a necessidade de:

- exigir excelente apresentação dos componentes da Escola, na cidade: oficiais, sargentos e praças (ainda uniforme, cabelo e barba e atitudes).
- reprimir eficazmente as transgressões motivadas por praças na rua na hora do expediente (n. 43 do art. 13 do R. D. E.).
- exigir excelente apresentação das viaturas automóveis e hipomóveis e dos animais, na cidade.
- exigir severas restrições no emprégo das viaturas militares em serviço externo; o mesmo com os animais.
- só permitir, na direção das viaturas automóveis, elementos habilitados, de modo a que as regras do trânsito sejam rigorosamente obedecidas.

VI — ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO — PREVISÃO

Para bom rendimento do trabalho, sobretudo coletivo, deve o mesmo ser organizado. Cada elemento deve ser um técnico em sua função. Possuir a documentação necessária e com as respectivas alterações. Possuir os quadros de dotação em pessoal e material correspondentes. Conhecer perfeitamente a manutenção do material.

Em particular, desejo focalizar:

- a) que é imprescindível *realizar* os quadros de dotação;
- b) que o *mau estado* é uma situação absolutamente transitória; o material em mau estado é imediatamente descarregado e (em consequência substituído por outro) ou recuperado;
- c) que, para realizar os quadros de dotação, os pedidos devem ser feitos em tempo, acompanhados ou reiterados até serem atendidos;
- d) que, para realizar os quadros de dotação e tabelas, o trabalho de *previsão* dos diferentes comandos é vital;
- e) que, para realizar os quadros de dotação, há necessidade de rapidez no trabalho de descarregar, pedir, escriturar, etc.

VII — ADMINISTRAÇÃO — FISCALIZAÇÃO

Para o bom funcionamento da instrução, a administração deve ser perfeita. Para isso, há necessidade, real, do cumprimento de TODOS os dispositivos da legislação (Leis, Decretos, Avisos, Regulamentos e Ordens). Todo o dispositivo regulamentar tem a sua finalidade. Devemos criar hábitos de respeitá-los. Os elementos fundamentais da administração — Agente Diretor, Fiscal, Tesoureiro, Contador, Almoxarife, — diferentes agentes executores — devem ter o máximo empenho em serem fiscalizados. Em particular, todos os dispositivos do R-3 devem ser rigorosamente observados. Entre

muitos, focalizo alguns que constituem pontos-chaves :

(Leitura, 2ª voz) — O Cap. Ajudante lê :

R. A. E.

Art. 38 — Item 14 — Distribuição diária de víveres e forragem na presença do oficial de dia.

— Mapa diário de víveres e forragem.

Art. 34 — n. 23 — Assistência do recebimento do material, pelo Fisc. Adm.

Art. 38 — n. 8 — Mapa 42.

Art. 34 — ns. 12 e 35, n. 16 — Descontos feitos em favor de terceiros.

Etc.

(Comentários sobre os itens acima).

Outros elementos da administração — Secretaria, Casa da Ordem, Ajudância, Granja, Armazém Rembolsável, etc., devem primar pelo cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

O papel do oficial de dia, representante de todos os escalões de Comando e das diferentes Chefias, fora das horas de expediente e encarregado de outras obrigações fundamentais durante o expediente (guarda, xadrez, limpeza, assistência à passagem dos gêneros e forragem dos depósitos para a cozinha e depósitos de forragem das subunidades) é de tal importância que o vosso comandante sempre que julgar oportuno fazer apreciação dos bons serviços prestados, pelo jovem oficial, focalizará a sua ação no serviço de oficial de dia. Do mesmo modo, julgará os seus colaboradores — sargentos — nas suas árduas funções do serviço diário de escala. Com esta importância deve também ser encarada a aprendizagem dos alunos, nos mesmos serviços.

Os oficiais de dia devem refletir sobre o disposto nos R. 1 — art. 205 e R. 3 — art. 39.

Em particular, devem dispensar a máxima atenção aos presos sentenciados, ou à disposição da Justiça Militar.

VIII — MANUTENÇÃO

É oportuno focalizar a enorme importância da manutenção. Há necessidade de conhecê-la em seus detalhes e realizá-la completamente. Para isto, devem os seus encarregados possuir as instruções que as regulam. Em regra, a ideia de manutenção é pouco desenvolvida entre nós.

A Escola possui enorme variedade de materiais (armamento e materiais das quatro Armas), elementos motorizados e hipomóveis.

Considerar :

a) que os Comandos em todos os escalões determinam e fiscalizam a manutenção, realizando as inspeções necessárias;

b) que os sargentos dirigem a sua execução e, também, a executam. São primordiais executantes da manutenção de 1ª Escalão, do seu material;

c) que o conhecimento e execução da manutenção constituirão uma parte importante de aprendizagem dos alunos da Escola.

IX — FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ELEMENTOS DE UMA ORGANIZAÇÃO

É necessário recordarmos que toda a Organização militar (e portanto a E. S. A.) é formada de variados elementos e só atingirá as suas finalidades quando todos estes elementos funcionarem perfeitamente bem. É aqui cabível a sua comparação com uma corrente: a resistência desta é função da resistência do elo mais fraco. Em consequência, todos os componentes da E. S. A., por mais aparentemente secundários, devem funcionar bem.

Para isto, seria extremamente conveniente que todas as ideias desta palestra fossem seriamente consideradas. Creiam que todas serão religiosamente cumpridas, pois representam longos anos de experiência de Comando. Isto evi-

tará possíveis incompreensões e possíveis choques entre o Comando da E.S.A. e os seus subordinados, nos diferentes escalões.

X — CONCLUSÃO

Perguntamos

Onde buscaremos energia para cumprimos corretamente e com entusiasmo tantos encargos? Que forças nos farão aceitar espontaneamente as limitações necessárias ao nosso egoísmo?

Respondemos

Na base, mesmo, da nossa personalidade de soldados. Na certeza de que estamos socialmente ajustados no ambiente nacional. De que escolhemos, de maneira certa, a nossa profissão. De que, como soldados, nos movemos por inte-

resses mortais, por interesses de retidão, de saúde e de beleza. De que não nos movem os interesses de riqueza, sociais (e políticos), próprios de outras classes, mas absolutamente secundários para o nosso grupo social e até certo ponto prejudiciais às suas finalidades.

Que nos contentamos com a segurança econômica, modesta e digna, que o Exército nos oferece.

Em resumo, que nos sentimos satisfeitos da nossa missão de soldados, responsáveis pela segurança de uma Pátria soberana.

Que pertencemos, com dignidade, ao Exército Brasileiro, Glorioso.

Terei conseguido dizer-vos, em linguagem simples, coisas que são simples e que, na nossa dificuldade de organizar e realizar, muitas vezes são omitidas, infringidas e misturadas?



COMO O ISOP PODE AJUDAR AO EXÉRCITO

Prof. ALFREDO DE OLIVEIRA PEREIRA
Chefe do Serviço de Estatística e Pesquisas
do ISOP



O título do presente artigo, sugerindo um vasto plano de colaboração efetiva entre o Exército e o ISOP — Instituto de Seleção e Orientação Profissional —, foi proposto pelo Major Lincoln Freire, do Regimento-Escola de Artilharia, por ocasião de sua honrosa visita, qual tomada de contacto com aquele órgão técnico-científico da Fundação Getúlio Vargas; nêle se contém apenas um convite à meditação de quantos, no glorioso Exército Brasileiro, respondem diretamente por sua crescente evolução e eficiência. Essa meditação é tanto mais necessária, no momento em que não desconhecemos as características de que se reveste a guerra atual, que se não restringe às áreas de operações nem às condições materiais e estratégicas do combate, mas, envolvendo toda a população, reclama muito maior campo de ação e novos métodos de segurança contra ao que se convencionou chamar de guerra psicológica; ela é tanto mais oportuna por sabermos que não poucos ilustres oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se empenham presentemente na nobre e patriótica campanha de criar ambiente propício, diríamos melhor, psicológico, para uma inadiável reforma de propósitos e de métodos no que tange à seleção, orientação e readaptação do pessoal militar.

Para a boa compreensão do assunto que será aqui abordado, devemos partir do pressuposto de

que os elementos efetivos e eventuais das forças armadas, além de humanos, integram uma população e vivem em sociedade; conseqüentemente, a exemplo do que ocorre com os elementos civis, estão sujeitos a toda série de enfermidades físicas e mentais, sentem os prazeres e os desgostos que o ambiente familiar, a atividade profissional, as relações sociais e a situação político-administrativa do país lhes propiciam. De igual modo, militares e civis, possuem condições psico-físicas próprias que os distinguem dos seus semelhantes e favorecem ou não sua perfeita integração no meio familiar, profissional ou social em que vivem. Sob esse aspecto, pode-se inferir "a priori", que a especificidade da atividade profissional é a única separatriz que distingue o militar do civil, da mesma forma que o faz entre o engenheiro e o médico, entre o motorista e o carpinteiro. É evidente, portanto, que militares e civis exercem sua atividade profissional sob o efeito dos estímulos positivos e negativos oriundos do campo profissional, familiar, social e político-administrativo, de que resultam condutas variadas, em função do tipo de personalidade e do estado emocional de quem recebe tais estímulos. A diversidade e instabilidade da conduta do homem, subordinada aos mais diversos fatores psicológicos, como é fácil de imaginar, assume aspectos da maior significância quando se trata de um militar em operações de guerra, das as conseqüências danosas para

a coletividade que podem resultar de sua ação.

Em tempo de guerra e nos períodos de paz, a execução de determinadas missões confiadas a elementos militares se reveste, muitas vezes, de importância excepcional, dela dependendo o êxito ou o fracasso de um plano estratégico previamente delineado. É óbvio que tais missões não podem ser confiadas a qualquer um, exigindo, sempre, longa observação daqueles que devem cumpri-las nas melhores condições possíveis. A par dos conhecimentos técnicos dos assuntos que a missão pode reclamar, o militar dela encarregado deverá reunir qualidades, muitas vezes excepcionais, adequadas ao bom desempenho da missão. É indispensável, portanto, que sejam conhecidos pelos chefes hierárquicos os principais traços da personalidade dos que estão sob seu controle direto ou indireto, pois somente este conhecimento será capaz de oferecer indicações da provável conduta que tais elementos adotarão nos casos de emergência de u'a missão. Tais indicações não poderão jamais ser obtidas através dos métodos tradicionais de seleção e formação de oficiais e praças, nem, tampouco, se restringir ao "conceito" emitido pelos superiores imediatos, tendo em vista a comprovada falibilidade de tal julgamento. Se é verdade que existem atividades militares que, no transcurso da luta, têm guarida à improvisação e ao chamado "gênio militar", não menos verdadeiro é o fato de que outras há que, por sua natureza, dimensões e efeitos, exigem o máximo de preparação técnica e o máximo de preparação psicológica.

A assertiva de Napoleão de que "Deus está do lado que tem melhor artilharia" não tem mais cabimento nos dias de hoje. Repetimos que a guerra total dos dias que correm não se confina aos que operam no teatro da luta nem se resume no poderio do material ou no desenvolvimento das táticas improvisadas; ela se pro-

cessa, em verdade, muito antes de ser desferido o primeiro tiro, nos gabinetes ministeriais e através da ativa e invisível rede de espionagem. Muitas operações estratégicas, não raro, envolvem a população civil, exigindo, em consequência, sua ativa e imediata colaboração. Todos esses fatos nos levam à conclusão de que a preparação psicológica do combatente e do "moral civil" da população não pode mais ficar adstrita aos planos de Estado-Maior, como arma secreta, para ocasional emprego, mas, ao contrário, deverá ser objeto de permanente cuidado das autoridades e, qual consequência, praticada na rotina das atividades militares. A tese não é nossa. Depois dos surpreendentes resultados colhidos pelo Exército Americano, em 1917, o assunto passou a constituir tema obrigatório não só das organizações militares de todo o mundo, como também dos congressos nacionais e internacionais de psicologia aplicada. A propósito, entre os assuntos do temário a ser debatido no I Congresso Argentino de Psicologia, a realizar-se de 29 de novembro a 8 de dezembro do ano corrente, em Tucumán, encontramos os três seguintes temas que põem de manifesto a importância que as autoridades daquela nação amiga emprestam à questão: "a) A psicotécnica em relação aos quadros militares; b) Profissiografia e aplicações psicológicas específicas no exército, marinha e aeronáutica; c) Importância da psicotécnica na guerra moderna".

Muito pouco, quase nada, temos progredido nesse sentido. Agora as louváveis iniciativas que culminaram na criação do Estágio de Técnica de Ensino, da Diretoria de Ensino do Exército, e do Curso de Classificação de Pessoal, do CAER, em que se ministram a oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica conhecimentos teórico-práticos de psicologia aplicada e de outras ciências afins, sem aplicação imediata nos estabelecimentos de ensino militar e

nos corpos de tropa, há que registrar, como iniciativa oficial, a recente instituição do Serviço de Seleção Psicotécnica Naval e o esforço dispendido por grande número de oficiais de todos os postos, participando dos cursos de formação, extensão e aperfeiçoamento levados a efeito, anualmente, pelo ISOP. Isto indica o interesse que o assunto tem despertado no meio militar, notadamente entre aqueles que, dotados de espírito evoluído, vêm no exemplo da experiência dos exércitos europeus e norte-americano o paradigma a seguir, constituindo tal fato um grande passo para a ingente tarefa a que se propuseram, embora, na prática, o quadro se apresente, especialmente no Exército, com aquelas características do Exército Americano de 1917, tão bem descritas pelo extinto Murilo Braga em sua excelente monografia intitulada "A mobilização do pessoal nos Estados Unidos" (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943):

"O Exército era, então, tal como uma dessas pequenas empréas industriais. Os homens eram recrutados simplesmente para o Exército e não para uma atividade específica dentro do Exército. Os soldados eram igualmente treinados sob o rotineiro sistema de aprendizagem, em relação aos seus deveres militares, e, também, frequentemente, faziam do Exército uma carreira para toda a vida.

Sob tal regime, os homens recebiam o mesmo tratamento, sem outras considerações que não fossem as de aprender a arte militar; o tempo de aprendizagem não importava; a experiência anterior da vida civil também não concorria para a qualificação do homem dentro do Exército; igualmente, as aptidões latentes e patentes do novo soldado significavam muito pouco; eram apenas causas fortuitas que concorriam para o avanço mais ou menos rápido na carreira. Embora muitas das maiores indústrias do país houvessem, mesmo antes da guerra

de 1914-1918, abandonado o sistema primário de aprendizagem usado pelas pequenas indústrias, o Exército continuava a utilizar os mesmos recursos de organização técnica, perpetuando-se na rotina dos regulamentos. Obstina-se no sistema de considerar os homens absolutamente iguais, mesmo depois dos progressos da psicologia e da biologia."

Era esta, segundo nos revela o autor, baseado na documentação recolhida "in loco", a situação do Exército Americano em 1917. A adoção dos métodos psicotécnicos de seleção e classificação do pessoal militar, desde então, modificou inteiramente a fisionomia deste quadro desolador, possibilitando a organização definitiva, menos estrutural e mais funcional, do grande Exército dos Estados Unidos dos dias de hoje; os feitos de sua memorável campanha já não deixam dúvida quanto às vantagens da inclusão das técnicas psicológicas para os fins militares. A grande experiência do Exército Americano, em 1917, possibilitou o recrutamento e o treinamento de quase dois milhões de homens super-especializados em pouco mais de seis meses! Na 2ª Grande Guerra, cada homem de um batalhão americano teve sua tarefa exata e previamente determinada, de acordo com suas possibilidades psico-físicas; daí, a exatidão dos movimentos e das táticas das forças norte-americanas, que assombraram os próprios alemães.

Dadas as limitações do presente artigo e o fim específico a que se destina, não entraremos nos detalhes das experiências colhidas pelo Exército Americano com o emprego da psicologia aplicada ao seu campo de atividades. Pela mesma razão, não abordaremos aspectos da sistemática preparação psicológica a que estavam sujeitos os corpos de tropa da Alemanha, Rússia, Áustria, Espanha, Tchecoslováquia, Polônia, Itália, Suíça, Inglaterra e França. Em nosso comentário publicado sob o título "A Psicologia aplicada às seleções

militares", (in "Arquivos Brasileiros de Psicotécnica", Ano 3, março de 1931, n. 1), focalizando interessante depoimento de ilustre militar espanhol, o leitor encontrará suficientes informes sobre os excelentes resultados a que chegaram os exércitos citados. Todavia, dada a sua estreita ligação com o título do presente artigo, nos permitimos reproduzir o comentário final do citado trabalho, o qual traduz o conceito moderno do campo de aplicação da psicologia aos fins militares:

"Em primeiro lugar, a guerra moderna se caracteriza por duas coisas essenciais: 1ª, a complexidade e variedade cada vez maior das armas de combate; 2ª, a incorporação ao exército de grandes massas da população civil, que chegam a constituir a maior parte dele e que não se adaptam rapidamente à vida militar, sem que seja possível mantê-las constantemente em um estado de prévia autorização.

O primeiro problema exige para sua solução a seleção de indivíduos de aptidões, às vezes, muito específicas, para que possam adaptar-se ao tipo de trabalho que têm de executar, como é, por exemplo, o caso dos telemetristas, no que se refere à sua capacidade de visão especial e paralaxe binocular. Esta seleção poderia parecer fácil, à primeira vista, se se considerasse que não é excepcional encontrar em u'a massa suficiente de indivíduos alguns que reúnem as características fisiológicas, sensoriais, psicomotrices, etc., requeridas; mas a questão se complica pelo fato de que as citadas aptidões não se encontram em evidência não em uma atividade normal da vida civil, senão nas condições especiais que supõe o combate. Os fatores efetivos e emocionais que durante o combate entram em jogo perturbam fundamentalmente aquêles bom rendimento psicofísico. É comum, por exemplo, o fato de um indivíduo dotado de excelentes aptidões para o manejo do telémetro perdê-las

totalmente ou tê-las sensivelmente reduzidas no momento em que há de realizar suas observações debaixo da ação de intenso fogo da artilharia inimiga. Por isso, além da exploração daquelas aptidões, é indispensável investigar outra série delas, de tipo muito mais complexo e intimamente ligadas ao caráter e à personalidade do indivíduo. Tais são, por exemplo, o senso de responsabilidade, a independência em seu trabalho, a concentração suficiente, a escassa sugestibilidade e a excitabilidade emotiva e afetiva muito limitada. A par disto, não se pode esquecer que a conservação e cuidado de instrumentos delicados que deverão funcionar perfeitamente em circunstâncias críticas, não podem, tampouco, ficar confiados a indivíduos que não possuam, para isso, condições especiais. Como consequência de tudo isso, vê-se quão complexa é a seleção de todos os que devem ser incorporados em unidades especializadas das classes armadas.

O segundo fato, o da incorporação às fileiras de grandes massas da população, ainda que não destinadas às unidades especializadas, dá origem a outro tipo de problema. Torna-se necessário, para conseguir uma perfeita instrução, um treinamento eficiente e rápido dessas massas, apelar para procedimentos que, sob o aspecto psicológico, sejam convenientes, obtendo o máximo rendimento e velocidade na instrução, mas, ao mesmo tempo, fomentando o espírito e entusiasmo combativos e patrióticos de tais elementos.

Indispensável é também a utilização prática total de todos os recursos que apresentem um mínimo de aptidões. Sob esse aspecto, um erro capital seria o de querer estabelecer para a seleção psicotécnica um determinado tipo de soldado. Ao contrário, o soldado pode reunir ótimas condições dentro das características de personalidade muito diferentes, sendo mais importante chegar a conseguir dele uma identificação

interior completa com sua missão de combatente que o leve a considerar esta como uma forma essencial de comportamento e de vida. As condições de personalidade dos grandes chefes militares provam precisamente esta diversidade de tipos psicológicos, que pode verificar-se nos melhores soldados do mundo. Vemos, em consequência, que uma seleção psicotécnica aplicada ao Exército deve abordar os seguintes aspectos:

1º) Diagnóstico das condições psicológicas mínimas necessárias para o serviço militar ativo de primeira linha. Ao mesmo tempo que o exame médico elimina ou encaminha determinados recrutas para os chamados "serviços", o exame psicotécnico permite também o aproveitamento de determinados indivíduos na execução de serviços auxiliares de retaguarda, de tipo muito simples, nos quais seu rendimento seria apreciável, desde que, participantes das primeiras linhas, seu deficiente comportamento constituísse motivo de perturbação para seus companheiros.

2º) Exploração de aptidões especiais que podem tornar o recruta útil em determinadas armas técnicas sem que esta aptidão psicofísica prévia suponha, forçosamente, que possa ter nelas desempenho eficaz.

3º) Exame caracterológico e da personalidade total dos sujeitos que permita estabelecer as condições que, coordenadas com as psicofísicas antes referidas, os façam eficazmente aptos para os citados corpos especiais.

4º) Estudo dos métodos de instrução e treinamento psicologicamente mais eficazes, assim como o de todos aqueles meios que possam contribuir para elevar e manter o moral e o espírito combativo do soldado.

Como se compreende, tôdas essas condições de trabalho não podem ser eficazmente obtidas com um exame eventual que se realize à base de algumas provas de tipo geral. Requer, ao contrário,

uma organização muito perfeita e uma variação de métodos e procedimentos adaptados às distintas modalidades e aspectos do exame que acabamos de resumir.

Como poderia organizar-se o serviço de seleção nas distintas armas de guerra? Encomendá-lo a organismos civis que circunstancialmente o levassem a cabo, ou manter nêle psicólogos procedentes daqueles organismos não seria eficaz de nenhuma forma, porque a complexidade do problema, a necessidade de dispor de grande número de pessoal e as particularidades de que se reveste a profissão militar tornam impossível que o pessoal ou os organismos civis possam realizar, por si sós, um trabalho satisfatório. Tampouco é eficaz que a seleção militar seja levada a efeito por oficiais das diversas armas, exclusivamente, nem ainda que estes recebam prévia preparação, pois esta não pode ser nunca suficientemente ampla nem renovar-se com a constância e assiduidade que o rápido desenvolvimento dos conhecimentos psicológicos exige. A solução está na colaboração de psicólogos civis com oficiais das diversas armas, previamente preparados para cooperar no trabalho daqueles. Ao psicólogo corresponde estudar as técnicas de aplicação, comprovar os resultados e corrigir e modificar os meios de exame a cada momento; ao oficial, dirigir a execução das provas, suscitar os problemas que estas apresentem e informar ao psicólogo constantemente sobre as características técnicas que a seleção há de abranger. Precisa-se, portanto, que um número suficiente de psicólogos e oficiais, mediante prévia preparação destes, dirijam o trabalho, auxiliados por determinado número de suboficiais e sargentos.

Pequenas comissões, integradas, por exemplo, de um psicólogo e um oficial, com o pessoal auxiliar necessário, poderiam ter exercício nos centros de recrutamento. Depois do exame físico dos recrutas, se procederia a uma primeira

seleção, destinada a excluir os carentes de aptidões para postos ativos e a selecionar os bem dotados para o serviço das unidades especializadas. Este exame se poderia fazer rapidamente, à base de provas coletivas de curta duração.

Os indivíduos selecionados para as armas técnicas especiais deveriam ser encaminhados, para sua definitiva seleção, a laboratórios anexos a acampamentos ou quartéis de observação criados junto à sede das regiões militares, comandos navais, etc. Em tais acampamentos de observação, os recrutas conviveriam durante alguns dias com os examinadores, reunidos em comissões, integradas por vários oficiais, um ou dois psicólogos e o pessoal subalterno indispensável. Além das provas de aptidão específica necessárias, se realizariam os exames caracterológicos que cada caso requeresse e se estudaria, sobretudo, a conduta do indivíduo dentro do ambiente militar no qual, ulteriormente, havia de levar a cabo sua missão. Assim, podia chegar-se a um conhecimento, o mais perfeito possível, da personalidade dos recrutas e a sua aceitação ou eliminação das armas técnicas especiais a que se pretendessem destinar.

Nos quartéis e campos de instrução militar, havia de existir, da mesma forma, oficiais especializados que vigiassem a boa adaptação psicológica dos procedimentos de ensino e de treinamento, com vistas à máxima eficiência e rapidez a que, antes, aludíamos. Por último, seria indispensável a organização de um Serviço Central nos Ministérios da Guerra, Aeronáutica e Marinha, que recolhesse as experiências de todos os órgãos regionais e estabelecesse constantemente os novos métodos e modificações já existentes.

A seleção de sargentos e suboficiais constitui outro problema de natureza especial, já que, além das condições de caráter e aptidões específicas, há que explorar cuidadosamente a capacidade pa-

ra o comando. Se recordarmos a definição de Hitler, na qual diz que "ser chefe significa pôr massas em movimento" e se considerarmos, ademais, que a mobilização dessas massas há de levar-se a cabo para os fins combativos da guerra, se compreenderá a importância de que se reveste a seleção dos que se destinam à missão de mando. Por isso, a exploração das condições que puder levar-se a efeito nas academias de sargentos há de ser de tipo muito cuidadoso e especial. Essas dificuldades aumentam quando se trata de selecionar alunos aspirantes a ingressar nas academias militares de formação de oficiais. As condições destes afetam não só o conjunto de todas as que foram objeto de citação como também às que hão de se valorizar eticamente nos graus mais elevados. Nem um exame inicial, nem uma convivência de alguns dias podem bastar para virem a ser conhecidos os futuros bons oficiais: somente seus professores, chefes de excepcionais condições e espírito militar, poderão discernir, em cada um deles, aquela especial capacidade de comando, no transcurso da permanência dos alunos na academia.

Para este trabalho, poderia ser útil a inclusão em tais centros de preparação militar de um psicotécnico auxiliar da direção dos mesmos."

Parece, a nosso ver, que esse comentário final traça, em linhas gerais, as principais normas a que deve ficar adstrita a preparação psicológica do pessoal militar. A criação do Serviço Psicológico das Forças Armadas a que se subordinariam os Serviços Psicológicos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com Seções nas diversas Regiões Militares, Distritos Navais e Zonas Aéreas, possibilitaria a generalização dos métodos psicotécnicos a todas as unidades, segundo um critério uniforme de aplicação dos testes e elaboração das fichas psico-somáticas individuais, para efeito de seleção e classificação do pessoal

efetivo e eventual dos contingentes.

Dada a natureza de suas atividades, os Serviços Psicológicos centrais, regionais e locais deveriam agir perfeitamente entrosados com os respectivos órgãos de Saúde. Cada órgão do Serviço Psicológico teria a direção de um oficial superior e a assistência técnica, em caráter permanente, de um psicotécnico civil, sendo o seu quadro de pessoal técnico constituído de oficiais, de preferência médicos, e sargentos, de prévia preparação no campo da psicologia aplicada, a começar pelos oficiais que tivessem concluído os cursos de Estágio de Técnica de Ensino, de Classificação de Pessoal e de formação, extensão e aperfeiçoamento do ISOP.

O tão debatido problema de segurança nacional terá dado, com a instituição do Serviço Psicológico das Forças Armadas, o primeiro passo para a prática objetiva, racional, dos fins precípuos a que se destina. É óbvio que a instituição requer, a par de apoio moral e material, um quadro de pessoal, militar e civil, altamente especializado e psicoteticamente selecionado. Somente assim será possível evitar o desgaste sem qualquer aproveitamento dos recursos materiais e humanos a que dão lugar as iniciativas apressadas e mal planejadas.

A exemplo da colaboração que vem prestando a grande número de órgãos públicos, a começar pela Secretaria da Presidência da República, o ISOP pode ajudar ao Exército em todas as fases de planejamento e execução dos Serviços Psicológicos. Instituição técnico-científica da Fundação Getúlio Vargas, o ISOP tem por finalidade promover, mediante a progressiva articulação com os órgãos públicos, civis e militares, e entidades particulares:

a) o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, à base do estudo científico-experimental das aptidões do primeiro e dos requisitos psicofísicos do segundo;

b) a assistência técnica psicológica a quantos dela necessitem, através da orientação pre-profissional, da orientação vital e da readaptação profissional;

c) atividades de pesquisa, ensino e difusão dos métodos psicotécnicos.

Para alcançar os objetivos anteriormente enumerados, compete ao ISOP:

a) promover a organização dos serviços de informação ocupacional e de colocação de trabalhadores, pesquisando e divulgando dados sobre as ocupações existentes no campo nacional do trabalho;

b) estudar e difundir os métodos de racionalização dos processos, meios e ambientes de trabalho;

c) coligir e divulgar dados sobre as técnicas e possibilidades de educação, aprendizagem e treinamento profissionais;

d) realizar diretamente, ou orientar tecnicamente, em regime de colaboração, a seleção, orientação e readaptação profissionais, a orientação escolar pré-profissional e a orientação vital, consoante o caso, de trabalhadores em geral, menores candidatos a emprego, imigrantes, escolares e candidatos a bolsas de estudo, e de pessoas cuja capacidade de trabalho seja reduzida por motivo de doença profissional adquirida ou acidente de trabalho, ou, ainda, por patologismos decorrentes de atuação na guerra;

e) organizar e ministrar cursos de formação, extensão e aperfeiçoamento de psicotécnicos, orientadores profissionais e de especialistas em técnicas que guardem afinidade com a psicologia aplicada;

f) organizar e manter em dia a documentação científica, técnica, informativa, inclusive biblioteca especializada, para o estudo, a sistematização e a difusão dos métodos psicotécnicos;

g) elaborar publicações técnicas, inclusive monografias ocupacionais, cartazes e boletins, destinados à divulgação, no país e no

estrangeiro, das atividades específicas do ISOP.

O ISOP é presidido pelo Doutor João Carlos Vital e dirigido pelo Professor Dr. Emilio Mira y López, sendo constituído dos seguintes órgãos:

Serviço de Seleção;

Serviço de Orientação e Readaptação;

Serviço de Orientação do Escolar;

Serviço Médico e Biotipológico;

Serviço de Estatística e Pesquisas;

Serviço de Provas Psicológicas, compreendendo os Setores Psico-Social, de Inteligência, de Personalidade, de Aptidões Especiais, de Psicomotricidade, de Interesses Vocacionais e de Artes Plásticas e Musicais;

Serviço Administrativo, compreendendo a Secretaria e a Biblioteca.

Entre as tarefas que têm sido cometidas ao ISOP por entidades oficiais e estabelecimentos industriais, comerciais, bancários e de ensino destacam-se:

a) Seleção anual de candidatos ao Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (candidatos a diplomatas).

b) Seleção diária, desde abril de 1951, de motoristas profissionais, encaminhados pelo Serviço de Trânsito da Capital da República, pela Secretaria da Presidência da República, pela Prefeitura do Distrito Federal, pela Polícia Militar do Distrito Federal, etc.

c) Seleção anual de candidatos à Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

d) Seleção de candidatos à Escola de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

e) Seleção e preparação de alunos do Curso para Orientadores Educacionais do Ensino Industrial da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) em colaboração com o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas.

f) Seleção de funcionários do Clube Militar.

g) Orientação e readaptação dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira em colaboração com a CRIFA.

h) Seleção de candidatos a emprego em diversos estabelecimentos industriais, comerciais e bancários do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo, entre os quais a Sul América, o Banco Hipotecário Lar Brasileiro e a COCTA.

i) Orientação pré-profissional dos alunos de diversos estabelecimentos de ensino desta Capital.

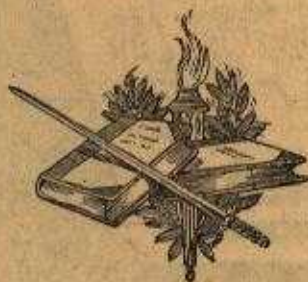
Merecem especial destaque, outrossim, dada a sua projeção internacional, as iniciativas do ISOP que culminaram na participação do Brasil nos Congressos Internacionais de Organização Científica do Trabalho, reunidos na Europa em 1951, no Congresso da Associação Internacional de Psicotécnica, ora em realização em Paris, e no advento da Associação Brasileira de Psicotécnica, sem esquecer o lugar que ocupa o ISOP entre os congêneres organismos internacionais, graças ao reconhecimento e à honrosa filiação de seus técnicos à Associação Internacional de Psicotécnica. Sob a orientação técnica do ISOP, em regime de colaboração, funciona há três anos, em Belo Horizonte, o Serviço de Orientação e Seleção Profissional do Instituto de Educação, órgão integrante da Secretaria de Educação e Cultura de Minas Gerais.

Não menos oportuna é a referência ao órgão oficial do ISOP — Arquivos Brasileiros de Psicotécnica —, que tem curso em grande número de países e mantém intercâmbio com os principais institutos de psicologia do mundo. Publicação trimestral divulgando resultados de pesquisas levadas a efeito no ISOP e em outras instituições do país e do estrangeiro, os "Arquivos" são encontrados em todas as bibliotecas especializadas em assuntos de psicologia aplicada, seja em Paris, Londres, Estocolmo, Hamburgo, Viena, Bruxelas, Madrid, Lisboa, Helsink, Amsterdam,

Roma, Berne, seja em New York, Toronto, Havana, México, Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile, em Sidney ou em Tóquio.

Os detalhes da colaboração do ISOP ao Exército, sob os aspectos tratados no presente artigo, dependerão, naturalmente, do interesse que as nossas autoridades militares venham a emprestar ao

assunto. Expondo o problema da maneira mais singela possível, deslocamos propositadamente para outra oportunidade e para técnicos especialistas no assunto os debates sobre as bases científicas em que ele se fundamenta; julgamos que os despretenciosos conceitos aqui expedidos servirão, ao menos, a tais objetivos.



ENSINAMENTOS DA CAMPANHA DA COREIA

Ten.-Cel. MICHELET

Traduzido, *data venia*, da "Revue Militaire d'Information" de 23 de março de 1953 pelo Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

IV

III — OS CARROS DE COMBATE

(cont.)

c) Alguns feitos d'armas

A ação dos carros aliados na Coreia não se limitou à destruição dos carros inimigos. Citaremos aqui alguns exemplos da ação deles contra as massas de infantaria.

O Sargento-Ajudante Ernesto R. Kouma, da 1ª Cia. do 72º BCC, recebeu a Medalha de Honra do Congresso, a mais alta distinção americana, pelo seguinte feito:

A 31 de agosto de 1950, no corte do Nakdong, ao deparar com um grupo de 500 inimigos atravessando o rio, constringendo a infantaria amiga a recuar, o Sgt. Kouma abriu fogo e, se bem que muitas vezes os assaltantes tenham conseguido trepar em seu carro, os repeliu afinal, matando cerca de 250 deles. No dia seguinte, o 72º BCC mereceu uma citação presidencial em que se afirmava: "Em muitas ocasiões, as guarnições atiravam umas sobre as outras à metralhadora para matar os adversários que trepavam em seus carros... Ao alvorecer (de 2 de setembro), o Batalhão lançou um ataque sobre Yongson e Chan-yong, com rapidez e brutalidade tais que desmoralizaram completamente o inimigo, constringendo-o a abandonar suas posições e seu material."

A 15 de fevereiro de 1951, depois que os chineses haviam efetuado o cerco de Chipyong-Ni e lançado quatro divisões no assalto da povoação mantida pelo 23º GT, de que fazia parte o batalhão francês, uma Cia. constituída por 22 carros Patton do 6º BCC partiu de Yoju, abriu uma passagem no cinturão inimigo, infligindo pesadas perdas aos sitiantes e chegando a Chipyong-Ni com a perda de, apenas, um carro, — o do Cap. Cmt. da Cia. que, marchando na testa, foi atingido por uma bazooka a algumas centenas de metros da povoação e morto com toda sua guarnição. Em contraposição, da companhia do 5º Regimento de Cavalaria, carregada à saída no dorso dos carros, sobraram para contar a história apenas 7 homens e seu Capitão, todos feridos. Em todo o percurso, os chineses lançavam-se fanticamente ao assalto a esses carros com bazookas, granadas, minas de contato e cargas explosivas fixadas nas extremidades de longas varas.

A 24 de maio de 1951, imediatamente após o fracasso da 2ª ofensiva de primavera, um destacamento de forças à base de carros foi lançado de Hangye na testa da 2ª Divisão, com a missão de atingir Kansong, isolando três C. Ex. norte-coreanos em plena retirada. Esse destacamento compreendia

dois batalhões do 187º Regimento Aeroterrestre, transportados em viaturas, uma companhia de carros Patton M-46 do 64º BCC, duas companhias de carros M4 do 72º BCC, uma companhia de engenharia, um grupo de artilharia 105 autopropulsado e uma bateria de artilharia antiaérea.

O Destacamento de Forças partiu a 24 de maio às 14 horas e, à noite, atinge Umyang-Ni, sobre o paralelo 38, onde estabelece uma cabeça de ponte sobre o Soyang-Gang. A 26, ocupa Inje. A 28, ao meio dia, estanca diante de uma forte resistência em Sono-Ri. Apesar das dificuldades inacreditáveis do terreno, das numerosas obstruções e dos contra-ataques em ambos os flancos, ... havia percorrido 45 quilômetros em 4 dias.

d) Meio de ação indispensável

Mas, mesmo fora dessas ações particularmente dignas de menção, revendo toda a história da Guerra da Coreia, verificar-se-ia facilmente que nenhuma única operação foi levada a efeito na vizinhança de um vale, por menor que fosse, sem o concurso dos carros. Sua ação foi, na maioria das vezes, à base de fogo mais do que à base de mobilidade, mas foi real, constante, eficiente e considerada indispensável por todos os combatentes. Com efeito, nenhum outro meio poderia proporcionar o equivalente a esta potência de fogo terrificante e de um efeito moral incontestável, de desencadeamento instantâneo, tensão de trajetória, velocidade inicial e sobretudo precisão insuperável a distâncias consideráveis (3.000 m para o 76 e 5.000 metros para o 90 mm), permitindo obter o tiro de ruptura sobre as casamatas inimigas.

Durante a progressão para o Yalu, bem como nas ações para a retomada de contato, após cada uma das ofensivas inimigas, e na exploração de êxito lançada imediatamente após o Massacre de maio, foram constituídos Destaca-

mentos de Forças, de acordo com os processos mais clássicos da Arma Blindada para reconhecer, retomar o contato ou ocupar os pontos interessantes. Em que pese essa peculiaridade, mais que o terreno e as obstruções inimigas, não permitir obter o mesmo ritmo que na Europa e na Líbia, de um modo geral esses destacamentos satisfizeram muito bem à sua finalidade.

É assim que Chonju foi retomada a 28 de setembro de 1950, após uma marcha de 120 km em 10 horas, seguindo-se Pyong-Yang a 19 de outubro de 1950, Wonju a 19 de janeiro, Chipyeong-Ni a 3 de fevereiro, Chunchon em fins de março, Yanggu a 15 de abril, Inje a 26 de maio e finalmente Pyong-Gang a 14 de junho de 1951.

e) Conduta dos Carros na Coreia

Nas operações ofensivas, os carros sempre progrediram ao longo dos vales, fornecendo à infantaria o máximo apoio de fogos em todos os compartimentos do terreno que lhe eram acessíveis. Em todos os casos em que lhes foi possível encontrar posições de tiro fora dos itinerários de progressão, os carros se desdobraram por escalões sucessivos.

Mas, em muitos casos, os blindados tiveram que executar sua missão sem abandonar as estradas, o que os tornava particularmente vulneráveis. As resistências inimigas sobre as quais se atirava com morteiro e artilharia durante horas e mesmo se efetuavam numerosos "Air-strikes" (*) sem resultado, capitulavam desde o instante em que um carro chegasse a entrar em posição para atirar sobre as mesmas. De início, os infantantes queriam sempre e a qualquer preço que os carros progredissem o mais à frente possível. Mas, cedo, compreenderam que o essencial, para um carro, não era ganhar algumas centenas de metros, e sim ocupar boas posições de tiro, porque o mesmo agia sobretudo pelo

(*) "Air-strikes" — ataque de um objetivo terrestre pela aviação de assalto em apoio aéreo tático. (N.A.).

fogo. Isso importava, então, qualquer que fosse a extensão do vale, em ocupar todas as posições em que se pudesse atirar sobre o inimigo, e ocupá-las com o máximo de carros de combate.

Na ação retardadora, os blindados sempre foram chamados a cobrir a retirada da infantaria, desenvolvendo-se pelos vales e mantendo o inimigo sob o fogo de todas as suas armas. Nestas condições, tiveram muitas vezes a possibilidade de infligir perdas terríveis ao inimigo, uma vez que, tendo perdido o contato com a infantaria amiga, avançava por massas compactas, com rapidez e sem muitas precauções. Alguns contra-ataques locais permitiram obter sucessos ainda maiores. É assim que, a 17 de maio de 1951, em Pungnae-Ri, após a segunda ofensiva de primavera, as 2ª e 3ª Cias. do 72º BCC e a 23ª Cia. Regimental de Carros de Combate cobriram o recuo do Batalhão Francês e de dois batalhões do 23º RI, lançando integralmente seus cofres de munição sobre as hordas chinesas. Em todas essas retiradas, os blindados igualmente participaram da ruptura das barreiras estabelecidas pelo inimigo à retaguarda das tropas amigas.

Na defensiva, os carros foram repartidos na linha de fogo, o mais das vezes entre as encostas dos vales, onde eram protegidos por uma ligeira rede de arame farpado, minas anti-pessoal e dispositivos iluminativos. É assim que, após a segunda ofensiva de primavera, de 17 a 21 de maio de 1951, a maior parte dos carros da 2ª DI foram dispostos em ordem de batalha, no vale do Hong-Chong-Gang e tiveram frequentemente que abrir fogo à metralhadora e a curta distância sobre grupos inimigos que tentavam infiltrar-se.

Enfim, quando os carros não tinham nada melhor em que se ocupar, foram empregados para inquietar o inimigo com tiro indiretos, a longa distância. Na consequência deste desideratum, aproveitou-se o grande alcance dos seus canhões (12 km para o 76 e 16 km para o 90 mm). Pode-se também

utilizar sua proteção blindada para colocar em posição, bastante mais próximos das linhas do que poderia fazer com a artilharia, isto é, praticamente sob o fogo dos morteiros inimigos. Pode-se também utilizar sua mobilidade para os fazer desempenhar o papel de "baterias nômades" e dar ao inimigo a impressão de uma artilharia bem mais numerosa. Utiliza-se sua cadência particularmente elevada (25 tiros por minuto) para se obter concentrações fortes e densas. Pode-se enfim contar com sua grande velocidade inicial, graças à qual um obus de carro de combate não se revela por nenhum silvo inicial como o fazem os obuzes da artilharia.

1) As dificuldades do terreno.

Por mais excelentes e substâncias que sejam os resultados obtidos pelos carros na Coréia, aqueles que consideram estes resultados insuficientes podem, talvez, ter razão. Mas, para serem perfeitamente equânimes, devem ter em conta um certo número de condições absolutamente peculiares à Coréia, tão peculiares que proibem estender-se a experiência deste teatro de operações a qualquer outro teatro eventual.

Além da selva tropical, do Ártico e das altas montanhas, existem poucas regiões tão impróprias ao emprêgo dos carros quanto a da Coréia. Esta constatação foi feita desde o início da campanha. Um relatório do 8º Exército, datado de fins de setembro de 1950, declara: "A Coréia é um país de vales encaixotados entre massas montanhosas. Os arrozais em terraço, estabelecidos desde tempos imemoriais, constituem um obstáculo considerável para os carros e as viaturas de grande aderência ao solo. Mesmo em tempo seco, os muros de arrimo que circundam esses arrozais constituem também um obstáculo; o sistema de canais torna a circulação ainda mais difícil. As estradas possuem fortes rampas; são estreitas e margeadas por fossos profundos. Conforme afirmativa de um veterano do 6º BCC, "a Coréia é um país onde não se

pode desdobrar mais de um carro de frente". Toda conclusão relativa ao emprego de carros deve ser baseada nesta premissa. Nenhuma informação colhida aqui se aplica às planícies da Europa ou ao Oriente Médio".

Mesmo no baixo vale do Cong-Chon e nas cercanias de Sinanju, em que as colinas não ultrapassam a altitude de 200 metros, um exame atento do terreno percorrido durante três dias não permite descobrir nenhuma área verdadeiramente praticável aos carros, a despeito do leito do rio ser de seixos rolados e da existência de algumas pistas extremamente mediocres que serpenteiam por entre os arrozais.

Muitos T 34-85 aí ficaram imobilizados no terreno. Os carros americanos que foram vistos nessa região, nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 1950, atacando em direção de Pak-Chon e de Yong-Byon, não tinham nenhuma possibilidade de se afastarem das muito mediocres pistas. Aliás, é em Kunuri que se verifica a principal penetração chinesa e o estudo do terreno feito pela 2ª DI nos esclarece:

"Kunuri está situada na margem direita do Chong-Chon, ao Norte do Vale do Taedong e sobre as vertentes orientais da cadeia de montanhas Taback. As montanhas propriamente são muito escarpadas e estão a uma altitude média de 1.000 metros. Um dos cumes, o Pirobong, se eleva a 1.900 metros. A região situada a Oeste de Kunuri se compõe de colinas de 400 a 500 metros... e é inteiramente desprovida de estrada ou pistas praticáveis... Os vales são geralmente estreitos, com encostas muito escarpadas de ambos os lados".

Compreende-se perfeitamente que era difícil, em semelhante país, contrapor, um contra-ataque blindado ao ataque chinês, o qual, por sua vez, é lançado principalmente à noite.

Pode-se afixar ainda, que, em toda a Coreia, a circulação dos carros fica limitada às raras e mediocres estradas e pistas que aí se

podem encontrar. Eis porque é extremamente fácil detê-los mediante alguns forninhos bem colocados, que necessitam sempre a intervenção da Engenharia com algumas semanas de trabalho e bem assim de algumas obstruções bem situadas nos colos ou desfiladeiros, para o que é preciso montar uma operação à base de Infantaria. O caso das obstruções é quase o único em que os bazookas (lança-rojões), granadas à carga dirigida e outras armas de pequeno porte se mostram eficazes, porque os atiradores ou lançadores podem colocar-se ângulo morto onde os carros não os podem atingir.

As estradas que não tenham sido preparadas pela Engenharia americana, no curso de um avanço anterior, são, em geral, tão estreitas que um carro destruído por uma mina, bazucado ou atingido por um rojão, engarrafa completamente a coluna e é preciso, por vezes, horas para os desembaraçar da estrada.

É provável que os sul-coreanos pudessem deter o avanço dos T 34-85 em junho de 1950, se tivessem tido os meios de fazer numerosos forninhos e sabido aplicar a tática das obstruções (road-blocks).

Na maioria dos casos, os carros de combate não puderam avançar senão no rasto da Engenharia que ia desminando, limpando, neutralizando as armadilhas, tapando forninhos, restabelecendo as passagens e aplainando as obstruções, e bem assim no rasto da infantaria, fazendo cair as barreiras e obstruções. Mas, repitamos, existem poucos teatros de operações onde tantas dificuldades se oporão, de uma maneira tão constante, ao avanço dos blindados.

g) Deficiências do material

Outro inconveniente peculiar ao terreno da Coreia: os carros de combate aliados se mostraram particularmente inadaptados, em virtude do seu peso e de suas dimensões e especialmente por causa de sua largura. Houve manifestações

de regosijo à chegada dos M-26 e M-46, armados com canhão M-3 de 90 mm, ligeiramente superior ao 85 mm. Mas, uma vez afastada a ameaça dos T 34-85, passou-se a constatar que estes carros esmagavam tôdas as pontes, que sua largura de 3,50 m. lhes interdizia o acesso a um grande número de estradas em aterro ou em terreno escarpado e na travessia de desfiladeiros rochosos. Além disso, quando um tal carro passava sobre uma mina, impedia a passagem dos demais. O M-26 foi afastado progressivamente, em virtude de sua falta de potência. Existiam em fins de 1951, na Coréia, quatro Batalhões de M-46 que passavam a maior parte do tempo na retaguarda, tal como os 172 "Centurions" da DI da "Commonwealth". Isto foi devido inteiramente a um gigantismo (macrotofia) na criação do material blindado, o que estamos longe de aprovar. Se se quisesse aplicar alguns princípios simples e evidentes, o canhão de 90 mm poderia ser montado na torre do carro de 25 toneladas e o canhão do "Centurion" num carro de 25 toneladas. Mas, infelizmente, assim agindo, a reputação dos carros iria sofrer.

O verdadeiro cavalo de batalha na Coréia é o Shermann M4-A3-E8, que integra tôdas as companhias regimentais, além de três batalhões divisionários; é o único carro que a um armamento eficiente (76 mm, Vo = 800), alia dimensões bem razoáveis. Mas é ainda muito pesado e pouco manobreiro para as estradas e as pontes da Coréia. É fora de dúvida que se se dispusesse de algumas centenas de carros AMX, a face do problema e talvez mesmo a da guerra, teriam sido radicalmente modificadas. Melhor armado que o Shermann, o AMX poderia atirar mais longe e com mais precisão, menor, insinuando-se pelos pontos favoráveis, engarrafaria muito menos as estradas. Por sua vez, uma ponte para 15 toneladas é lançada mais facilmente e mais rapidamente que uma de 50 toneladas.

h) As deficiências da concepção sobre blindados.

A tudo isto se ajunta uma outra consideração, que devemos mencionar com precisão, evitando uma explicação incompleta.

Em virtude de sua formação, o Comandante americano, essencialmente preocupado com a infantaria, jamais desenvolveu uma virtuosidade particular em matéria de blindados. Sem dúvida, na maioria dos casos, devia-se deixar aos carros seu papel modesto de arma de apoio da infantaria. Mas, de uma maneira geral, depois da impulsão sobre o Yalu, o Comando americano sempre manifestou a maior repugnância contra as explorações de êxito espetaculares, porque tais avanços lhe impunham a necessidade de ocupar imediatamente o terreno de cada lado do eixo de progressão, sob pena de ser atacado nos dois flancos e, desse modo, ser surpreendido em situação de desequilíbrio. Entretanto, apresentou-se no decurso da guerra, um certo número de ocasiões em que o Comando não soube prever, em tempo útil, uma possibilidade de exploração de êxito verdadeiramente remunerativa ou, tendo-a previsto, não soube organizar em tempo útil o instrumento adequado para esta exploração.

A 24 de maio de 1951, após o fracasso da segunda ofensiva da primavera, o Comando decide explorar o êxito com uma força blindada em direção de Kansong, sobre a costa oriental, e assim interceptar os três C. Ex. norte-coreanos que se retiram para o Norte. Tratava-se de percorrer cerca de 90 quilômetros. As ordens são dadas ao P.C. do X C. Ex. para uma partida imediata.

O Destacamento de Forças compreendia dois batalhões de infantaria sobre viaturas de 2 1/2 toneladas, três companhias de carros de combate, artilharia, engenharia, todos esses elementos engajados em diferentes pontos da frente. Este destacamento se desloca numa certa desordem e, quatro dias mais tarde, se detém exaurido, ao fim de 45

quilômetros. Todas as Unidades haviam sofrido perdas consideráveis.

Não se está impedido de imaginar que a operação teria alcançado melhor sucesso se se dispusesse de um Destacamento de Forças já constituído e habituado a atuar em conjunto. Ora, podia-se muito folgadoamente organizar previamente um semelhante grupamento. Havia infantaria em reserva, viaturas, carros que nada faziam, artilharia auto-propulsada em abundância e Engenharia disponível. Se se tivesse, de antemão, amalgamado o conjunto, ter-se-ia permitido ao chefe ter os seus elementos à disposição, preparar um plano de emprego e efetuar alguns exercícios táticos de conjunto. As unidades teriam podido adaptar suas redes rádio, fazer conhecimento entre si e adquirir o hábito de trabalhar em equipe, familiarizando-se assim com o gênero de missão que lhes seria exigido.

Outra causa de fracasso: o apolo do Destacamento de Forças por elementos de infantaria, ocupando o terreno por lances sucessivos, foi feito por substituição, o que ocasionou uma grande perda de tempo. O processo de "ultrapassamento" teria permitido obter maior velocidade e evitaria muita dor de cabeça.

A 6 de outubro de 1951, após a conquista de "Heartbreak Ridge", o vale do Mundung-Ni que se estende na direção Norte-Sul, a Oeste do massiço conquistado, foi encontrado completamente evacuado pelo inimigo e totalmente desprovido de minas. Entretanto, o acesso deste vale estava interdito por uma enorme avalanche de pedras. A Engenharia recebeu ordem de entrar em ação com o máximo de meios para desobstruir a estrada, sem demora, para uma força blindada encarregada de explorar o êxito na direção do Norte. Não foi senão na manhã de 10 de outubro que a Engenharia conseguiu desimpedir a estrada. Afinal, depois de tanto esforço, verificou-se que a montanha gerara um rato, pois o Grupamento de Forças se compu-

nha apenas de uma companhia de 22 carros e de uma companhia. Um Destacamento bem constituído poderia, nesse dia, avançar uns 40 quilômetros, atingir os PC e os depósitos inimigos e, rebatendo-se lateralmente, interceptar e destruir as tropas que se retiravam. A infeliz companha de carros percorreu cerca de 6 km, ocupou a povoação de Mundung-Ni, onde deixa a sua infantaria, e foi se deter 1.200 metros mais além, exaurida, não ousando mais continuar, porque atrás dela, ninguém apolava o seu avanço; ao entardecer, retirou-se para uma área ao Sul da povoação... e foi tudo...

A presença, na Coreia, de uma divisão blindada com um Comandante plenamente advertido de suas possibilidades de emprego, naturalmente, não teria alterado a face da guerra. Teria, entretanto, por certo, facultado valer-se de um certo número de oportunidades perdidas e de infligir algumas outras derrotas penosas ao inimigo.

i) Pontos de vista sobre o emprego dos carros

É certo que o Comando americano teve razão de reclamar, em primeira urgência, a infantaria indispensável para manter seu "front", e a artilharia, sem a qual essa infantaria estaria votada ao massacre. Até aí, muito bem; mas, pretender que esse Comando se tenha desinteressado dos blindados, a ponto de recusar a dotação a que os quadros de efetivos lhe davam direito, — há um abismo.

Existem na Coreia seis divisões do Exército Americano. Cada uma delas deveria, teoricamente, dispor de três companhias regimentais a 22 carros, mais um batalhão divisionário a 68 carros, ou seja um total de 128 carros. Ora, havia na Coreia, em fins de 1951, 15 companhias regimentais e 6 BCC (6°, 64°, 70°, 72°, 73° e 89°) ou seja um total de 744 carros, isto é, 96 % da dotação teórica. Se se acrescentar o BCC dos Fuzileiros Navais, os "Centurions" ingleses, a Cia. de M 24 do 187° RTD e os sete esquadrões de reconhecimento, encontra-

se um número de carros equivalente a três divisões blindadas (cerca de mil viaturas).

O Comandante das forças da ONU não pensa um só instante em se desfazer de toda ou parte dessa massa de blindados e, qualquer proposição tendente a lançá-los na fogueira, seria provavelmente bastante mal acolhida. Não contente de dispor de um tal número de carros, os M 19 auto-propulsados (de D.C.A.) representaram, desde o início das operações, o papel dos carros de combate, armados que são de canhões automáticos de 40 mm, duplos, sobre chassis com lagartas, o que fez aparecer mais 112 engenhos blindados, sem contar as 112 viaturas meia-lagartas que os acompanham, dotados cada uma de 4 metralhadoras pesadas.

Nunca se viu, em toda a guerra, um só Cmt. de batalhão receber uma missão num vale, ou nas proximidades de um vale, sem se preocupar imediatamente com o número de carros de que disporia e em reclamar automaticamente uma certa majoração. Interrogamos os infantes americanos e sul-coreanos sobre a eficiência dos car-

ros. Nenhum só que não nos respondesse com um largo sorriso: "We love them!"

Em todas as opiniões inimigas recolhidas a respeito dos carros, não se encontra o menor sinal de menosprezo. Bem ao contrário, a propaganda chinesa não cessou de prometer aos combatentes que o próximo grande ataque se faria com massas de carros bem maiores que as dos americanos e que um aliado generoso deveria fornecer em breve...

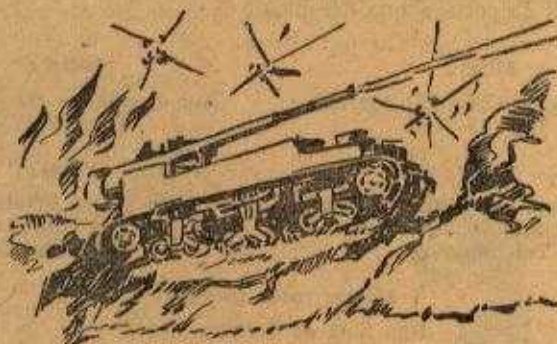
No próximo número:

OS MEIOS ANTICARROS

- O problema do bazooka
- Alcance e precisão do tiro.

ARTILHARIA

- Artilharia em contagotas
- A artilharia atira e ganha a parada
- O consumo de munição
- A artilharia em frente estabilizada
- Poucos tubos, mas muito fogo
- Vulnerabilidade da artilharia



RECONDICIONAMENTO FÍSICO DO EXÉRCITO

Coordenação do Ten.-Cel. JAYR JORDAO RAMOS



Quando um homem é incorporado ao Exército, é submetido a um programa de treinamento militar, capaz de prepará-lo física e mentalmente

para o cumprimento de seus deveres como soldado. Assim, os exercícios de ordem unida, a marcha, o combate, o treinamento físico e os demais ramos de instrução dão ao mesmo conhecimentos e qualidades que o capacitam a realizar os seus deveres, de maneira adequada e com o máximo rendimento. Quando o seu treinamento é bem orientado, no fim de pouco tempo, ele deve se encontrar convenientemente preparado para a guerra.

O soldado convalescente de um ferimento ou inativo por causa de prolongada doença, se não forem tomadas as precauções devidas, perde as qualidades físicas adquiridas. As preocupações pessoais, a inatividade, o desânimo e a ansiedade que acompanham o tratamento e a convescência contribuem para a perda da confiança em si, acarretando no mesmo apatia e indiferença. Essas atitudes retardam a cura e criam sérios problemas de ordem física e psíquica, produzindo indivíduos deficientes para o trabalho e muitas vezes desajustados para a vida civil ou militar.

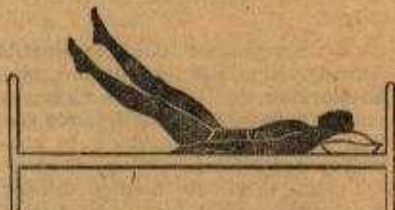
Durante a guerra, é preciso o máximo de conservação do potencial humano. Cada dia de retardo na recuperação do paciente, traduz falta de organização e perda de horas de trabalho útil para as necessidades da luta. A manutenção das qualidades físicas, mentais e emocionais do soldado convales-

cente devem ser cuidadosamente considerados. Por isso mesmo, cabe ao Serviço de Saúde do Exército, em face das responsabilidades que tem para com o combatente convalescente e para o esforço de guerra, como tarefa do médico militar, a exemplo dos países mais adiantados em organização militar, introduzir e generalizar, desde o tempo de paz, nas casernas e nos hospitais, as diferentes práticas de recondicionamento. Ao lado do Recondicionamento Físico, devem ser inteligentemente explorados o Recondicionamento Educacional, a Terapêutica Ocupacional e o Serviço Especial, tendo em vista prestar ao paciente a mais perfeita assistência.

Dentro das idéias expostas, caberá ao médico militar orientar e fiscalizar o treinamento do soldado convalescente, a fim de acelerar o seu retorno ao serviço ativo dentro do mais alto grau de eficiência física e mental, compatível com sua capacidade e natureza do serviço a



que foi encaminhado. Além disso, no caso do indivíduo se encontrar incapacitado para o serviço militar, promover a sua volta à vida civil nas melhores condições físicas possíveis, bem orientado nas suas responsabilidades de cidadão e convenientemente preparado para se ajustar satisfatoriamente às suas ocupações sociais e vocacionais.



Para organização de tão importante serviço, sugerimos que em cada hospital seja constituído uma equipe de trabalho de recuperação, constituída por um médico especializado em recondicionamento, chefe da equipe, por um instrutor e um número variável de monitores especializados. Ela trabalhará integrada com os demais médicos responsáveis pelo tratamento dos doentes ou feridos e com os diferentes especialistas: fisio-terapeutas, ortopedistas, cirurgiões, traumatologistas, etc. Entretanto, é preciso ressaltar que a responsabilidade do recondicionamento, em cada caso, será do médico responsável pelo tratamento do paciente.

Nos Corpos de Tropa e demais Estabelecimentos Militares, onde os casos serão pouco numerosos, as funções acima especificadas serão exercidas pelo médico respectivo e pelo pessoal especializado em educação física.

Diga-se de passagem que o pessoal para as questões específicas do recondicionamento, em princípio, será o mesmo formado pela Escola de Educação Física do Exército. Este Estabelecimento, para atender as exigências da guerra moderna, sem perda de tempo, deverá reorganizar os seus cursos e currículos, deixando de lado as questões de educação física do meio civil, a fim de poder cuidar somente

do treinamento físico militar em todos os seus aspectos. Além do médico especializado em educação física e recondicionamento, os oficiais e sargentos, egressos do ci-

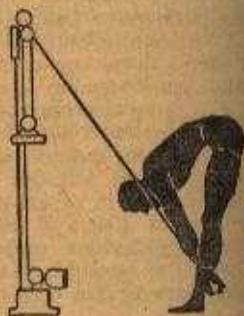


tado estabelecimento, adquirirão os conhecimentos necessários para auxiliar a gigantesca obra do recondicionamento físico e psíquico dos convalescentes em geral.

Prosseguindo na apreciação do assunto, a título de curiosidade, diremos que, de acordo com a orientação americana, os pacientes hospitalizados sob o regime de trabalho de recondicionamento, serão divididos em 4 classes:

Classe 4 — Pacientes acamados ou em cadeira, exigindo que todos os exercícios sejam feitos no leito.

Classe 3 — Pacientes recolhidos às enfermarias ou hospitais, que ainda necessitam de um tratamento médico ou cirúrgico, mas que se podem locomover e fazer exercícios na posição de pé.



Classe 2 — Pacientes não mais sujeitos a tratamento médico. Esses doentes devem ser considerados como em observação médica. Essa classe de exercitados ressurte de uma boa condição física ou apresenta ainda distúrbios que embaraçam ou in-

fluenciam o estabelecimento de uma formação física eficaz.

Classe 1 — Pacientes que estão quase prontos para retornar aos seus deveres.



Em resumo, com possível brevidade, precisamos criar o Serviço de Recondicionamento Físico nos nossos Hospitais e Corpos de Tropa e preparar o pessoal, especializado ou

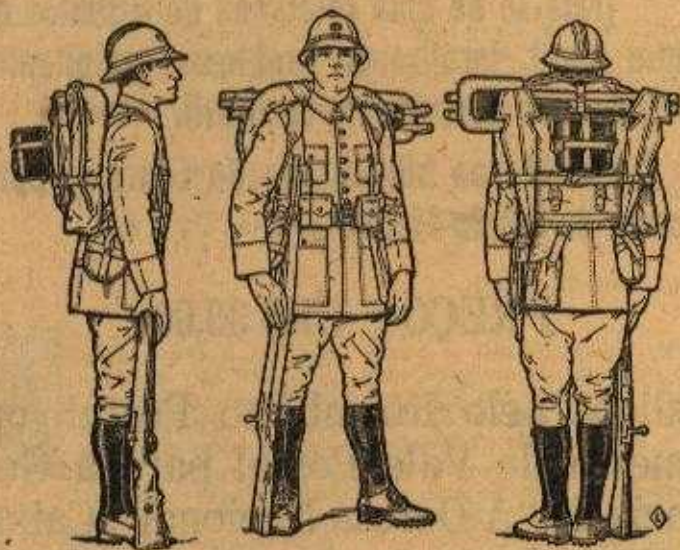
não, para o cumprimento dos diferentes encargos que ele exige. Nos diferentes cursos da Escola de Educação Física do Exército serão formados os especialistas e nos da Escola de Saúde do Exército o pessoal cooperador.

Mantida ou recuperada a eficiência física e psicológica do soldado durante a sua convalescença, tendo em vista o seu retorno às atividades militares ou à vida civil, teremos prestado, ao Exército e ao País, um inestimável serviço, cujos resultados irão se refletir, em última análise, na coletividade brasileira em geral.

Bibliografia :

Manual T-8-292 do Exército dos Estados Unidos.

Considerações sobre o Problema de Readaptação Física — Major Raul Clemente do Rego Barros.



A ENGENHARIA NA INDO-CHINA

(Traduzido da Revue de Génie Militaire, pelo
Major FERNANDO ALLAN MOREIRA BAR-
BOSA)

Certo número de artigos, publicados nesta revista ⁽¹⁾, tem mostrado o papel da Engenharia na Indo-China, tanto no decorrer de operações militares, como no campo dos trabalhos técnicos, propriamente ditos.

As modificações nas condições sob as quais se desenvolvem as operações militares e as mutações decorrentes da situação política e econômica do país, não podiam deixar de influir sobre as missões consignadas à Engenharia, no seu duplo papel de arma e de serviço.

Em vista disso, pareceu interessante aproveitar a evidência momentânea no assunto e agrupar, sob o título "A Engenharia na Indo-China", uma nova série de artigos dedicados ao quadro dentro do qual a Engenharia tem sido chamada a exercer suas atividades, dando-se, ao mesmo tempo, alguns exemplos de sua atuação e de suas realizações mais recentes.

O primeiro artigo dessa série, que expõe, sumariamente, as peripécias da guerra na Indo-China, é publicado abaixo.

Os outros artigos aparecerão, sucessivamente, nos próximos números.

I

A EVOLUÇÃO DA GUERRA ⁽²⁾

Coronel GAZIN



Assim como o mês de março, na Europa, marca o início de uma época propícia às operações militares, no Extremo Oriente, o mês de outubro tem uma significação bem conhecida de todos os combatentes. As chuvas torrenciais se tornam mais raras, o nível das águas baixa, o céu se aclara e as estradas se-

cam; a luta contra os elementos, que absorvia as energias dos adversários em presença, é suspensa para dar lugar à retomada das operações militares.

O último trimestre do ano coincide sempre, com o começo de um período ativo: a instrução de 1946, a ofensiva francesa de 1947, a derrota de Langson de 1950 e a ofensiva francesa de 1951, para só citar acontecimentos importantes.

(1) Revue de Génie Militaire.

(2) Revue de Génie Militaire — número de julho-agosto de 1952.

O fim do ano de 1949 inscreveu, na história dessa guerra, um acontecimento marcante: as tropas comunistas chinesas atingiram a fronteira tonquinesa, sem, entretanto, a ultrapassarem, uma vez que o governo de Pequim reconheceu Ho Chi Minh.

Então, a França se encontrou em contacto direto com um território comunista. Foi nessa ocasião que Giap, impulsionador incontestável do partido vermelho, viu se aproximar a realização de seu velho sonho: — criar um exército e expulsar os franceses.

sendo derrotado, facilmente, os exércitos nacionalistas, esgotados por uma longa retirada, tiveram que ensarilhar as armas.

Foi necessário ainda um ano, do fim de 1949 ao fim de 1950, para que Giap organizasse, partindo das tropas ligeiras que possuía, as cinco divisões combatentes, de que tinha necessidade.

E dessa época que data, na Indochina, a evolução dos processos de combate. A uma guerra de superfície, cuja característica dominante era a guerrilha, se sucedeu, pouco a pouco, uma guerra de forma mais



Fig. — O delta é uma imensa planura de água e lama...

A verdade é que, até esse momento, as tropas da União francesa vinham dominando, embora sem destroçar, definitivamente, o inimigo que não dispunha senão de armamento leve de infantaria. A tática predileta desse inimigo era, sempre, a guerrilha, executada por unidades regulares cujos efetivos, raramente, atingiam os de um regimento.

Giap estava tão seguro de si próprio, que não hesitou em anunciar, publicamente, a vitória que a ajuda chinesa lhe asseguraria. Entretanto, as delongas eram consideráveis e as forças comunistas não encontraram muita coisa a fazer. Ha-

regular, ainda que conduzida segundo a tática asiática.

Essa evolução foi, particularmente, sensível no Tonkin, para onde o inimigo fez convergir todos os seus esforços. Por outro lado, os processos de combate antigos evoluíram, muito lentamente, pois haver precariedade de meios e as comunicações eram deficientes. Seul, ao norte da província do Annam, em virtude de sua vizinhança do Tonkin, sofreu uma evolução paralela.

Parece, portanto, de grande interesse analisar as operações da região de Tonkin, nestes últimos anos, e a maneira pela qual a En-

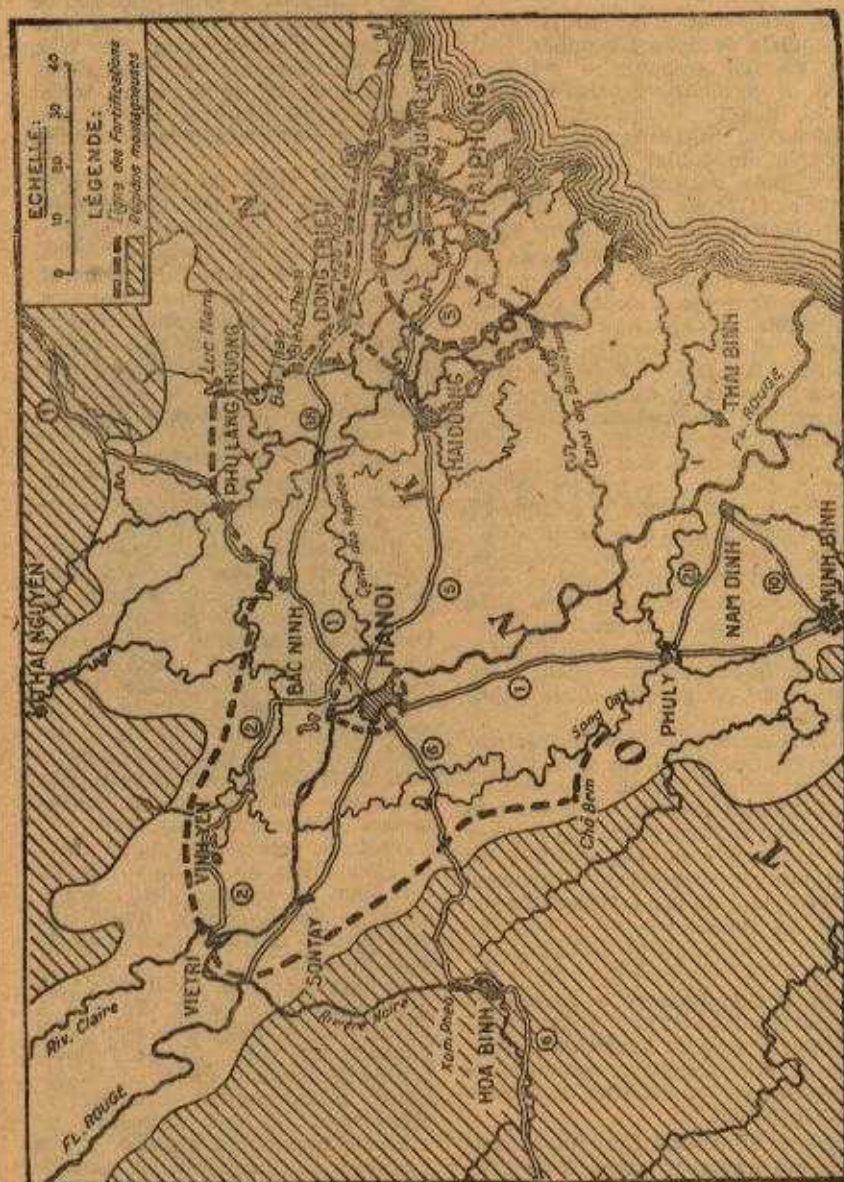


Fig. 2 — Croquis da região das operações

genharia desempenhou suas missões.

* *

A preocupação primordial era a conquista do delta tonquinês, fonte de viveres, soldados e riquezas. Daí, os vermelhos esperavam obter tudo quanto necessitavam para prosseguir, dispensando a ajuda chinesa, impopular e comprometedora, pois, vermelho ou branco, o chinês é, antes de tudo, um comerciante e tudo tem que ser pago.

Além do mais, no delta está localizada a cidade de Hanoi, antiga capital francesa e único ponto de passagem sobre o formidável obstáculo constituído pelo rio Vermelho. A conquista de Hanoi, portanto, abriria a grande porta que permitiria a invasão da Indo-China.

Tais considerações explicam o desejo do comando francês de estender, em 1949-1950, a política de pacificação a todo o delta. Isso explica, outrossim, a tática empregada pelo inimigo, na mesma ocasião: manter, a todo custo, suas posições no delta e provocar incidentes na fronteira, que distraíssem forças, impedindo a realização de uma ação de grande envergadura no delta.

Entretanto, a verdade é que não se podia ser forte em toda parte. Assim, embora nossas operações no delta fossem coroadas de êxito, não pudemos, ao contrário, nos manter na fronteira e os dias sombrios de outubro de 1950 viram a concentração geral de nossas forças na região do delta.

* *

Para compreender a longa batalha de 1951-1952; para acompanhar a ação da Engenharia, mister se faz relembrar algumas características geográficas do Teatro de Operações.

Nesse Teatro de Operações, mais que em qualquer outro, a geografia exerce influência dominante. Nos campos de batalha europeus, os obstáculos são menores e os trabalhos que vêm sendo executados, através dos séculos, os têm ame-

nizado, de modo que os adversários têm oportunidades, relativamente, iguais. Na Indo-China, pelo contrário, os obstáculos são de vulto fora do comum, quer se trate da selva tropical, quer dos rios, quer das florestas. E, além disso, os adversários, de estrutura social inteiramente diferente, não reagem diante desses obstáculos da mesma maneira.

O delta, antes de sofrer a ação de algumas semanas de estiagem, é uma imensa planura de água e lama. Emergindo dessa extensão, rigorosamente plana, as rodovias, os caminhos, os barrancos dos rios, as vilas e as raras colinas são as únicas superfícies bastante sólidas para permitirem a circulação do homem.

Os rios, de dimensões asiáticas, e a emaranhada rede de arroios dividem essa região em uma imensidade de pequenos compartimentos, muitas vezes sem outra ligação entre si, além da própria água.

Mais adiante, fica a montanha, coberta de bosques ou de uma selva impenetrável. As estradas são muito raras. Os caminhos para pedestres ou carroças são um pouco mais numerosos. De qualquer modo, a circulação é muito difícil.

Entre a planície, plantada de arroz e o sopé da montanha, se estende uma faixa estreita de argila, fácil de transpor; sua largura não ultrapassa uma dezena de quilômetros. Entretanto, essa faixa não é contínua, pois não existe ao norte de Hanoi nem ao sul da região de Cho-Ben. É terreno ideal para o emprêgo dos blindados, desde que eles possam aí chegar, partindo da zona do delta.

O tonquinês está habituado com essa natureza e, uma vez que a água está em toda parte, é ela que governa sua vida. Ele se desloca, rapidamente, por meio de "sam-pans" muito leves; é capaz de atravessar, de pés descalços, os arrozais inundados, atolado até os joelhos; os transportes de reabastecimentos e as ligações são feitas através dos arroios. As tropas vietnamitas possuem todas essas qualidades e ainda não adotaram nossos trens de combate rodoviá-

rios; deslocam-se, facilmente, não sendo detidas por qualquer obstáculo.

A tropa européia, muito ao contrário, não pode fazer face a uma situação de combate, se suas armas pesadas não podem ser trazidas ao local da batalha ou se não fôr, abundantemente, dotada de munição. A estrada transitável, ao menos, pelo G.M.C., lhe é indispensável e, caso os carros de combate sejam empregados, é preciso conseguir estradas para 18 ou 30 toneladas. Ao soldado europeu, mais pesado, calçado, pouco anfíbio, re-

descoberto, como no delta; não passam, muitas vezes, de uma estreita passagem, quase um túnel, em uma vegetação que tem a densidade de um muro. Toda a operação se reduz, então, em manter essa tênue linha de comunicações, para permitir a passagem dos comboios. A estrada transforma-se, então, em uma segunda frente, completamente absorvente. Não pode, portanto, haver igualdade entre os adversários, uma vez que qualquer deles pode tomar a iniciativa, nos locais mais inesperados e nos momentos menos previsíveis.



Fig. 3 — O soldado europeu se torna vulnerável pelo receio de enfrentar a lama

pugna se aventurar na lama dos arrozais. Até o último instante, deixa-se ficar sobre as barragens divisorias, exposto, inteiramente vulnerável. Por outro lado, torna-se ele ainda mais vulnerável, uma vez que toda ação feita por nossa iniciativa deve ser precedida de u'a marcha de aproximação descoberta, para localizar o inimigo, que não se revela, senão, no derradeiro instante.

As mesmas dificuldades são, também, encontradas na montanha, onde nossas tropas são escravas da estrada. Entretanto, aí, as estradas não se localizam em terreno

É possível, no entanto, reabastecer colunas a pé, mediante o emprego da aviação. Dessa maneira, foram levadas a cabo as operações ofensivas de 1947, que, ainda hoje, constituem modelo de operações desse gênero.

* *

A geografia reage, ainda, sobre os adversários, de maneira diferente, segundo suas posições relativas. Desde a insurreição do fim de 1946, temos procurado manter a posse de todo o delta. A partir dessa ocasião, nossa presença se foi

estendendo, pouco a pouco, até o sopé da montanha, malgrado a existência de bolsões vermelhos internos, dentro da zona ocupada por nós. Fomos levados, assim, a ter que manter a efetividade de nosso domínio.

Esse domínio, entretanto, era muito precário, em virtude do número extraordinário de pontos sensíveis. A manobra dos nossos elementos móveis, o reabastecimento e a vida econômica e administrativa da região dependiam da estrada, que era preciso vigiar ao longo de todo o percurso, pois os "comandos" vietminenses pareciam ser numerosos e bem armados. Era necessário, outrossim, guarnecer as instalações públicas essenciais, tais como: instalações portuárias, aeródromos, ferrovias, linhas telegráficas, etc., bem como as instalações militares.

Dêsse modo, uma grande porção da tropa foi absorvida pelas missões estáticas ou semi-estáticas. Isso é uma consequência da guerra de superfície e um dos ensinamentos desta guerra.

O inimigo, ao contrário, não tinha nada a guardar. Pelo menos, no que concerne ao que ele pudesse possuir de precioso no campo militar, sem com isso querermos injuriá-lo. Estava, além disso, milhares de vezes menos preso às estradas.

Um sistema de alarme, muito econômico, na periferia do delta era suficiente para proteger suas poucas instalações, escondidas nas florestas.

Podia, portanto, consagrar seus efetivos à massa de manobra móvel. Por essa razão, o simples cômputo dos efetivos em presença nunca teve maior significação.

O inimigo demonstrou, igualmente, muita habilidade na arte de selecionar os homens, criando uma verdadeira hierarquia de combatentes, desde o que serve de atirador a uma arma rara e que a conduz, até o "coolie", que transporta cargas, que é tratado como um animal e que é o verdadeiro mártir desta guerra. Assim, o inimigo poupa os transportes rodoviários e os equipamentos pesados.

Alguns espíritos brilhantes, que não chegaram a conhecer todas as servidões desse Teatro de Operações, elaboraram receitas supostas infalíveis, para resolverem a situação, uma das quais, muito divulgada, era "tomar a ofensiva com todas as forças". A descrição do terreno sobre o qual se desdobravam nossas retaguardas e da região onde seria mister ir procurar o inimigo, constitui a melhor refutação a essa teoria. Pode-se imaginar um corpo de exército se embrenhando, profundamente, nas selvas e deixando suas retaguardas e suas comunicações sem proteção?

Nossa única vantagem é que nossas armas são eficazes no delta e que o inimigo se vê na obrigação de nos atacar, aí, uma vez que almeja a conquista dessa região. Trata-se, para nós, de ganhar, desde logo, a batalha defensiva, o que não quer dizer que o façamos de forma estática, senão, também, através de uma guerra de usura, na qual só as perdas têm importância. Ainda é bem verdade que as nações ocidentais não podem sustentar uma guerra na Ásia, salvo se protegerem seus efetivos por meio de uma superioridade material esmagadora!

* *

De 1949 a 1952, assistimos a uma evolução considerável do adversário, simultaneamente, na organização, no armamento e nos processos de combate.

Muitos franceses, mesmo nos meios militares, que tinham oportunidade de serem bem informados, permanecem partidários da guerra de emboscadas e de escaramuças: das ações brutais e rápidas, desfechadas por efetivos reduzidos. Nesse tipo de guerra, as perdas, raramente, são vultosas, de um lado ou de outro. Isso era verdadeiro até 1949, mas não se aplica, em absoluto, à dura e longa batalha de Hoa-Binh, que foi travada durante 72 dias, sem interrupção. Tivemos, aí, em nossa frente, um inimigo cujas qualidades seria ridículo menosprezar.

A aparição sucessiva de divisões inimigas provocou, de nossa parte, o hábito de agir ou de reagir com efetivos importantes, do volume da divisão, pelo menos, e articulados como na Europa. Pouco a pouco, foi se tornando possível apoiar essas unidades táticas com massas de artilharia cada vez mais consideráveis, com carros de combate cada vez mais pesados e com uma aviação ativa.

O que caracterizava a antiga tática do inimigo era o rigor na montagem das operações. Através de um trabalho de reconhecimento

Tal tática continua em vigor nas pequenas unidades. Ela é insuperável em um exército onde a maioria dos quadros foi improvisada e não tem, por trás de si, uma longa tradição militar e onde o recrutamento é feito em uma população pouco adiantada.

A parte artística da guerra é reservada a uma pequena minoria de altos dignatários comunistas, que estudaram a nossa doutrina. Foi, apenas, depois que as divisões apareceram, que uma manobra de conjunto foi possível e que a guerra de movimento foi empregada. Nos



Fig. 4 — Entre os arrozais e a montanha se estende uma estreita faixa argilosa de fácil transposição.

minucioso, que lhe era, relativamente fácil, ele chegava a conhecer, com grande precisão, nosso dispositivo tático. Determinava os pontos fracos, os ângulos mortos e os pontos de defesas insuficientes ou carentes de armamento. O ataque era, então, montado de acordo com um padrão rígido, onde cada um desempenhava uma tarefa mecânica. Se, por uma circunstância fortuita, as condições particulares do caso se modificavam, produzia-se um desastre, pois a ordem era prosseguir de acordo com o plano inicial. Não havia variantes, nem novas ordens, nem iniciativa.

Últimos dois anos, sente-se, por vários fatos, que uma vontade única dirige o jogo, deslocando massas e designando objetivos escolhidos. Há idéias que são seguidas ou abandonadas, de acordo com a nossa reação, e que têm por finalidade obter a iniciativa das operações. A guerra tomou um caráter sério e teria se tornado clássica, não fossem os aspectos particulares decorrentes do meio físico e humano.

Disso resulta que, para nós, a experiência adquirida sobre esse Teatro de Operações tem um valor inestimável.

O armamento vietminhense, também, evoluiu em quantidade e qualidade. Sua infantaria é, agora, armada como a nossa e abundantemente municiada.

Como tem sido, até hoje, difícil, ao comando inimigo, reunir u'a massa ponderável de artilharia, ele se tem conformado com algumas peças leves. Em compensação, aumentou, muito, sua "artilharia do pobre": os morteiros de todos os calibres, inclusive os auto-propulsados, dos quais o mais temível é o foguete SKZ, que pode perfurar

cisivo, destruindo as defesas acessórias por meio de "comandos" sacrificados ou submergindo-as sob a massa dos efetivos. Este, porém, é um processo de combate desumano, no qual centenas de combatentes auxiliares são sacrificados. Conduz, sempre, em caso de insucesso, a uma carnificina espantosa. Foi por isso que, em Kom-Pheo, os oitocentos cadáveres vietminhenses tiveram que ser enterrados com o auxílio de um bull-dozer, o que foi u'a missão imprevista para a engenharia.

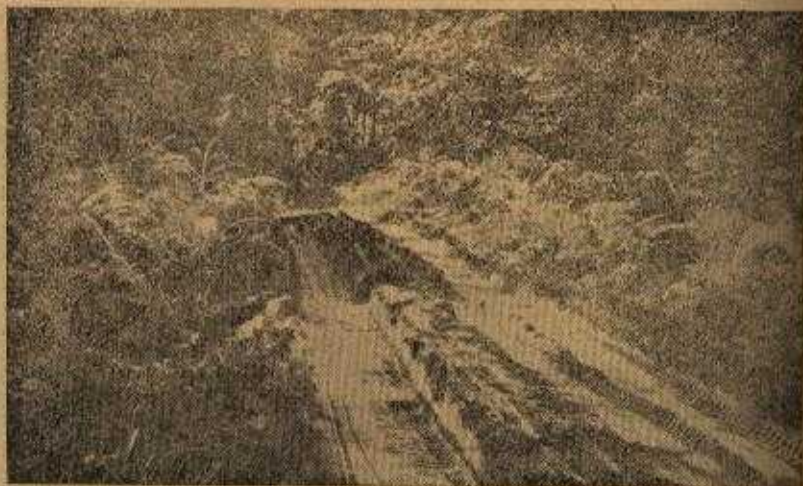


Fig. 5 — Caminho na selva aberto com o auxílio do "Bull-Dozer"

60 cm de sólido pára-peito. Por outro lado, tem dedicado sérias atenções às minas terrestres e fluviais.

Esse processo de apelo de fogos reagiu, como não podia deixar de fazê-lo, sobre os processos de combate. Uma preparação, com fogos de artilharia, só muito raramente é possível, seja pelas características dos obstáculos a destruir, seja porque os canhões ficam muito expostos. As preparações de morteiros, por sua vez, só têm algum valor contra as velhas construções medievais e não adiantam nada contra os obstáculos.

É preciso, então, procurar, o mais rápido possível, o corpo a corpo de-

O que se pode esperar, no futuro, é o aparecimento de armamento pesado no equipamento do inimigo, destinado a se medir com o nosso sistema defensivo, que vem sendo modernizado nos dois últimos anos.

* *

Para se demonstrar a densidade das operações militares no Tonkin, é suficiente enumerar a cronologia das ações:

— De julho de 1949 a setembro de 1950, dez operações foram empreendidas, tendo em vista pacificar o delta e rechassar as unidades vietminhenses para a montanha.

— Simultaneamente, de junho a setembro de 1950, uma batalha isolada foi travada na zona fronteiriça, na região de Dong-Khe, duas vezes tomada e perdida e em torno da R.C.-4 (estrada central 4), pesadelo dos órgãos de suprimento.

— Em outubro, a evacuação da zona fronteiriça, a oeste de Langson, foi completada com a destruição, quase completa, de dois dos nossos grupos móveis.

— A fim de reagrupar nossas forças, foi necessário evacuar Langson e Thai-Nguyen, esta última lo-

tiva, no delta, a fim de proteger suas retaguardas. Daí surgiram as operações de nomes simbólicos: Medusa, em maio e Citron e Mandarin em setembro e outubro.

Com a aproximação da estação do estio, ambos os adversários tentaram, quase simultaneamente, obter uma decisão. Para os vietminenses, após o biênio negativo de 1950-1951, era urgente, pelo menos, uma vitória de ressonância. Eles escolheram, como objetivo, Nghia-Lo, no reino do Sião, cujas defesas eram antiquadas e estavam fora do



Fig. 6 — Na selva, as estradas são verdadeiros túneis dentro de uma vegetação que tem a densidade de um muro.

calidade havendo sido conquistada na véspera.

— A partir de novembro de 1950, a iniciativa ficou com o inimigo. Após o ataque de diversão sobre Tien-Yen, que foi, talvez, uma ação mal dirigida, o inimigo nos impôs algumas batalhas encarniçadas: Vinh-Yen, em janeiro, Mao-Khe, em março, Ben-Tam e Bai-Tao, em abril, Day, em maio e junho. Todas representaram derrotas sanguinolentas para os vietminenses, mas as duas primeiras foram batalhas bem conduzidas.

Foi no fim de abril de 1951 que o Comando Supremo francês decidiu, por sua vez, retomar a inicia-

lance dos nossos grupos móveis. Entretanto, haviam sido despresados o valor das tropas siamesas e a presteza de nossas operações aero-transportadas. Isso resultou em uma das mais desastrosas derrotas já infligidas aos agressores.

Por motivos muito semelhantes, o Comando-em-Chefe francês decidiu, igualmente, passar à ofensiva contra Cho-Ben e, depois, contra Hoa-Binh. Cho-Ben foi o tipo clássico da ofensiva de objetivos limitados, incapaz de provocar a generalização de um conflito. Isso determinou que, a esse combate, se seguisse o de Hoa-Binh. O inimigo foi, então, obrigado a engajar

a maioria de suas tropas. A verdadeira batalha só começou no dia 11 de dezembro e terminou no fim de fevereiro. Quase não se passou um dia, sem que houvesse combates encarniçados.

O bolsão de Hoa-Binh, que marcou o fim dessa batalha, não traduziu uma perda de iniciativa, uma vez que outras operações foram retomadas, no sul, contra outra parte do exército vietminhense.

O que parece indiscutível, no momento, é que nada de importante poderá acontecer antes da próxima estação de estio. A longa batalha para a conquista do delta, empreendida, no fim de 1950, por iniciativa de Giap, terminou, dezto meses depois, sem que nenhum dos objetivos do Alto Comando vermelho houvesse sido atingido.

Este calendário, cheio de datas, e a descrição do meio físico do Teatro de Operações evidenciam, desde logo, o esforço extraordinário que se tem solicitado da engenharia na Indo-China, durante trinta meses de luta.

* *

De um modo ou de outro, essa guerra não é clássica, mas não deixa de desgastar os militares, física e espiritualmente. Talvez ela represente, simbolicamente, a luta permanente a ser sustentada pela atual geração. O que nos perturba, é que ela está impregnada de um sentido político nítido, até nos mais modestos escalões da hierarquia.

Sem dúvida, é necessário destruir as forças militares do inimigo, por intermédio de ações militares, mas não é menos vital derrotá-lo em seu próprio terreno, isto é, no campo da ideologia. Como em todos os regimes totalitários, os meios empregados para a conquista das consciências são a coação, a violência e, se necessário, o terror. Nossos meios não podem ser os mesmos, pois seria contrário à nossa formação espiritual que a conquista das consciências não decorresse do livre consentimento dos indivíduos.

Em virtude dessa razão política, o emprêgo da força só pode ser feito com muita delicadeza, por paradoxal que seja a associação dessas duas palavras, pois, ganhar a guerra criando um deserto é, ao fim de tudo, perder a partida.

Esse foi o erro de Ho Chi Minh, em dezembro de 1946, quando, crendo aplicar, sem refletir, uma lei da guerra, autorizou uma política de terra arrasada, que lançou na miséria uma população que, dificilmente, esquece as ofensas recebidas.

O inimigo a combater, proclamou o general Salan, na véspera de Hoa-Binh, é o imbecil que incendia uma palhoça.

Assim, sempre que nos é possível evitar mortes ou ruínas, sempre que construirmos alguma coisa, damos mais um passo para a solução do nosso problema, com mais segurança do que matando e destruindo. Parece que a França, por suas tradições militares, pode se constituir pioneira dessa espécie de guerra.

A engenharia, ainda tomando parte nos combates, como as demais armas, é colocada, por sua missão de trabalhos permanentes, em uma situação privilegiada, no campo de batalha das consciências. A população da Indo-China tem visto, em toda parte, suas unidades e seus serviços empenhados em um imenso esforço desinteressado, primeiramente, para preservar as riquezas da coletividade e, depois, para reconstruir as fontes de produção e as desenvolver. Os sapadores são, com os médicos, em todos os escalões, os pioneiros da conquista moral.

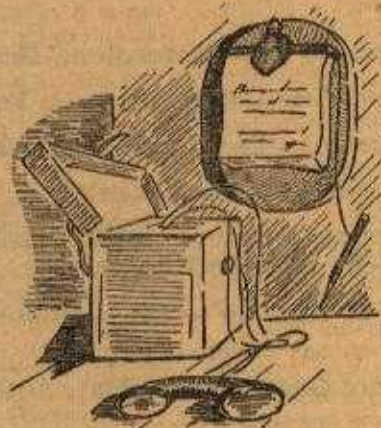
Mas não se trata, aqui, de palavras abstratas; eis algumas provas tangíveis:

— Os prisioneiros vietminhenses, empregados como "coolies" nas unidades de engenharia, são, periodicamente, libertados. Um grande número deles pede para continuar adido às unidades, como "coolies livres", mesmo sem vencimentos, porque, segundo dizem, são tratados com humanidade e justiça.

— Recentemente, os operários de uma oficina civil dirigida por um oficial de engenharia enviaram, ao Chefe do Governo vietnamita, uma petição coletiva solicitando uma condecoração da Ordem Nacional para seu chefe. No florido estilo literário do Extremo-Oriente, que encerrava um pensamento comovente, eles salientaram que o tenente os havia tratado com huma-

nidade, preocupando-se com suas condições de vida e os ajudando a resolver os problemas sociais e a melhorarem os conhecimentos profissionais.

É este, realmente, o caminho que se deve seguir, com paciência, pois ele mostra a verdadeira imagem da França, cheia de tolerância, de generosidade e de caridade.



ARTILHARIA AEROTERRESTRE

Major E. M. FLANAGAN, do "Combat Forces Journal"

Traduzido, "data vênia" da "Revista Militar"
— Argentina, de fevereiro de 1952, pelo
Major A. V. PAIVA



NUMEROSAS esquadrilhas de aviões de transporte cruzavam os céus numa extensão de 500 km. O ronco estrondoso de milhares de moto-

res enchia o espaço com sinistra insistência. Os elementos de transporte das tropas aliadas e o primeiro exército aeroterrestre cruzavam o Reno, oriundos de bases situadas no continente e na Grã-Bretanha. Centenas de caças velozes e ousados protegiam as formações regulares de grande número de transportes e planadores.

Estava-se em plena primavera de 1945. As forças aéreas e aeroterrestres faziam rigorosos exercícios, tendo em vista o objetivo final, depois do treinamento na Sicília, Normandia, França meridional e Holanda.

Agora, lançando um olhar retrospectivo, podemos dizer que se conduziram mui bravamente.

Ao se lançarem no Reno, comportaram-se tão bem que essa operação, denominada *Varsity*, tem sido estudada detalhadamente por elementos de forças aeroterrestres, que a consideravam, até há pouco, como a base da doutrina referente ao emprêgo das forças aeroterrestres.

Hoje, esses mesmos estudiosos admitem que o lançamento do Reno foi um bom tema final, mas, para *jardim de infância*...

As forças aeroterrestres não podiam se desenvolver incontrolada-

mente até que tivessem mais força, graças a u'a maior potência de fogo, maiores efetivos e maior mobilidade em terra.

As lições aprendidas, no que se relaciona às zonas de lançamento e aterragem, da 2ª Guerra Mundial deviam ser estudadas e analisadas, aproveitando-se a seguir seus resultados e ensinamentos.

Não é muito lógico denominar Divisão à Divisão Aeroterrestre da 2ª Guerra Mundial, uma vez que seu efetivo era pouco maior do que o de um grupamento tático reforçado. Tinha somente sete batalhões de fuzileiros, com efetivos menores que os normais e apoiados por 38 obuses de dorso, ótimos canhões, que, entretanto, não podem ser comparados, principalmente em alcance, aos de calibre 105 e 155 mm das divisões normais.

Tôdas unidades, nas primeiras divisões aeroterrestres da 2ª Guerra Mundial, tinham efetivo reduzido: uma pequena companhia de inteligência, companhias leves de manutenção e de comunicações, um pelotão de polícia; não possuíam meios de reconhecimento. Em síntese, era uma unidade que, mesmo conseguindo a surpresa, conduzida por um comando audaz e com grande superioridade física de seus homens, só se podia manter isolada durante pouco tempo; depois necessitava substituição ou apoio.

O fato dessa divisão haver oferecido resistência digna de nota, não é uma razão para mantê-la.

Necessitamos de uma unidade leve, mas em homens e meios de



Fig. 1 — Processo antigo, lento. Planadores levando canhões de 75 mm e o "jeep" para o seu transporte. Faltava potência de fogo

serviços e não em canhões e material de combate, isto é, potência de fogo.

Devemos organizar as unidades aeroterrestres à base de células, de forma a constituir, dentro da divisão, pequenos grupamentos com potência, mobilidade e independência suficiente para cumprir determinadas missões isoladas.

Da 2ª Guerra Mundial até nossos dias, tempo relativamente curto, a divisão aeroterrestre cresceu, a princípio, com a dotação de unidades de reforço, para permitir realizar um combate prolongado, em seguida incorporando essas unidades à sua organização.

A divisão aeroterrestre atual é pouco inferior em potência de choque e fogo à divisão de infantaria.

Quem pertence a uma unidade de infantaria ou de artilharia, deveria conhecer, com detalhes, o que pode esperar da divisão aeroterrestre, principalmente no que se relaciona à sua artilharia. Poderá algum dia ter que combater junto a uma tal unidade e, portanto, deve saber como ela age e que problemas terá sua artilharia num assalto aeroterrestre.

Permitam-me, antes de mais nada, dissipar algumas idéias falsas sobre a organização da artilharia numa divisão aeroterrestre. Não

dispõe de morteiros de 105 mm nem deve tê-los. Se alguém está interessado nas razões, basta considerar a necessidade de concentrações de fogo anticarro a grande distância e as possibilidades da cadência de tiro da artilharia considerando-se que a infantaria aeroterrestre conta com a artilharia à sua retaguarda para poder conter o adversário, enquanto se organiza a cabeça de ponte aérea, e rechaçar o inevitável ataque de carros de combate que o inimigo alerta lançaria.

Não se emprega mais o 77 mm de dorso como arma básica nem existe mais efetivo em homens com o único fim de tracioná-lo. As metralhadoras .50 já não são as únicas armas de defesa antiaérea. E assim, como os exemplos já citados, há uma série de outras coisas. Mas, tem potência, potência que proporciona ao artilheiro o fogo que ele há muito aguardava, potência que lhe permite combater o infante. Combater como este desejava fazê-lo.

Hoje a artilharia antiaérea dispõe de armamento que, graças a alguns inventos importantes conhecidos, como a técnica de lançamento de cargas pesadas, pode ser lançados com o escalão de assalto.

A técnica do lançamento de cargas pesadas tem alcançado tais êxi-

tos que já se a aceitou, como processo normal, o lançamento, numa cabeça de ponte aérea, de "jeeps", viaturas de 3/4 toneladas, obuses 105 e canhões anticarro 90 mm.

O obus 105 mm substituiu o canhão 75 mm como arma básica no grupo leve de artilharia aeroterrestre. A moderna técnica de lançamento condenou à morte o emprego militar dos planadores.

Trabalha-se para generalizar o lançamento de viaturas de 2 1/2 toneladas e do obus de 155 mm. Em caso de êxito, os comandantes das forças aeroterrestres ficarão muito satisfeitos.

Contudo, se existe uma tarefa a ser cumprida pela artilharia na cabeça de ponte aérea, os quatro obuses deverão disparar o número de projéteis suficientes para cumprir sua missão que, talvez, seja mais do que a normalmente atribuída a uma bateria de seis peças.

Sem considerar outros aspectos, esta é a maior diferença entre o grupo 105 mm aeroterrestre e o seu correspondente na divisão de infantaria.

Observa-se a mesma diferença entre os grupos de 155 mm; eles, também, têm quatro obuses por bateria, sendo, em tudo o mais, semelhantes.



Fig. 2 — O canhão de 40 mm pôsto em posição pelos serventes, após haverem descido de para-quedas

O lançamento de um grupo 155 mm no assalto inicial, em face de sua grande potência de fogo, contribuiria para uma rápida integração de poder na cabeça de ponte aérea e conseqüentemente o êxito do assalto.

Um grupo leve de artilharia aeroterrestre tem três baterias, sendo que a divisão dispõe de três desses grupos.

A organização dessas baterias é diferente da dos demais grupos 105 mm, porque tem somente quatro peças em vez de seis.

A razão disso é muito vaga: parece que se relaciona com a quantidade de transportes necessários para o escalão de assalto e a necessidade de reduzir o abastecimento de munição de artilharia.

A outra unidade importante de artilharia, na divisão de que estamos tratando, é o grupo antiaéreo. Há muita diferença entre este e o da divisão de infantaria. Aquêle tem três baterias de canhões 40 mm rebocados e este quatro baterias de canhões de 40 mm, duplos, autopropulsados.

Aparentemente, a necessidade de um grupo orgânico de artilharia antiaérea na divisão aeroterrestre é algo discutível, assim como alguém dizer que nenhuma operação aeroterrestre se pode efetuar com êxito, a menos que consiga, e possa manter, a superioridade aérea nos campos de aviação de partida, ao longo das rotas e sobre a cabeça de ponte aérea. Mas, fica de pé o conceito de que devemos sempre estar

preparados para a defesa contra o inimigo aéreo, mesmo tendo superioridade aérea. As metralhadoras .50 do grupo AA podem cumprir essa missão e, além disso, são muito úteis contra a infantaria.

São essas as considerações gerais e muito sumárias sobre os quadros de organização e dotação da artilharia aeroterrestre.

5. E, o que é mais importante, uma artilharia potente pode, agora, acompanhar a infantaria para-quedista, na fase inicial do assalto aéreo. Os obuses 105 mm podem ser lançados já montados e as experiências estão conduzindo a solução do problema do lançamento de obuses 155 mm e viaturas de 2 1/2 toneladas.



Fig. 3 — Este é o processo moderno e mais rápido: o canhão 105 mm e o "jeep" são lançados juntamente com os artilheiros. A potência de fogo é maior.

Os aspectos mais importantes são:

1. Cada grupo de artilharia aeroterrestre 105 mm tem somente 12 obuses;

2. O grupo orgânico 155 mm da divisão aeroterrestre tem somente 12 obuses;

3. O grupo antiaéreo aeroterrestre da divisão possui três baterias de canhões de 40 mm rebocados e metralhadoras quádruplas .50;

4. Em tudo mais, no que se refere a tração, rádio, telefone, centrais de tiro, mecânicos, cozinheiros, artilheiros, pessoal para a direção de tiro e reconhecimento, é igual à divisão de infantaria;

A artilharia aeroterrestre, embora possuindo, geralmente, os mesmos meios de combate das divisões normais de infantaria, deve estar preparada para certas eventualidades que, aos outros artilheiros, poderiam parecer aleatórias, mas que devem ser previstas como normais e para as quais devem estar suficientemente instruídos.

Apesar dos processos de combate aeroterrestre terem progredido a passos largos, ainda se acham pouco desenvolvidos e, por isso, os artilheiros devem estar preparados para enfrentar as situações abaixo enumeradas que se podem apresentar nas fases iniciais da descida.

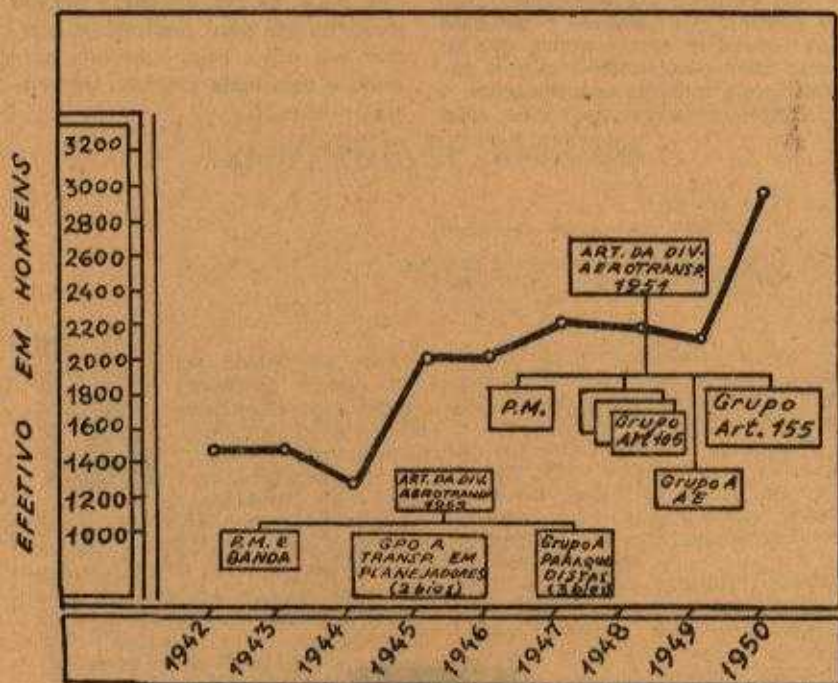


Fig. 4 — Desenvolvimento da potência de fogo na D.I. Aeroterrestre (unicamente unidades orgânicas)

1. Descentralização do comando, não só porque os pequenos grupamentos são a formação normal para um assalto aeroterrestre, como, também, porque os homens e materiais podem cair fora das zonas de lançamento previamente determinadas, ou ainda, face à própria natureza do ataque, que pode levá-los a ficarem isolados da unidade superior.

2. Transporte e deslocamento das peças a braço, pois os meios de tração podem perder-se, não haverem sido lançados ou serem danificados na descida.

3. Comunicações unicamente pelo rádio, porque o inimigo pode ocupar o terreno o qual se devem estender os fios, ou pela necessidade de se privar das instalações com fio, devido a urgência.

4. A necessidade de abrir fogo imediatamente contra o inimigo

leva a ocupação de posições a descoberto, portanto desvantajosas.

5. Necessidade de defender-se contra elementos blindados, visto que a divisão aeroterrestre é fraca, quando encarada sob este aspecto, e porque o blindado constitui uma ameaça a ser considerada pelo ataque aeroterrestre.

6. Uma sólida defesa em torno de uma posição de artilharia, situação que, como na Coréia, é comum a todos os artilheiros.

7. Um setor de fogo extraordinariamente grande, por causa da forma circular da cabeça de ponte aérea.

8. Uma possível deficiência no remuniamento, como consequência da escassez de aviões de transporte, interferência do inimigo aéreo ou condições climatológicas que poderão impedir o abastecimento aéreo.

São estas as possibilidades, mas, à medida que progride o combate na cabeça de ponte aérea, que se centraliza o comando e que se estabelecem maiores comunicações, o artilheiro aerotegreste aplica, cada

vez mais, os refinamentos de sua doutrina até que, finalmente, conduz sua arma com o mesmo cuidado e detalhada precisão de artilheiro terrestre.



RÁDIO-RELÉS DE CAMPANHA

(Publicado na revista "Ejército")

Tradução e apresentação do Cap. "T" LUIZ
FERNANDO VALLIM SCHNEIDER



A PROPÓSITO das comunicações e sua importância no decorrer das operações de guerra, é desnecessário tecer qualquer comentário. Dia a dia, novos aperfeiçoamentos se vão somando ao já notável equipamento existente e é mister que efetue-mos de vez em quando uma revisão nos nossos conhecimentos sobre o assunto, a fim de que não fiquemos muito atrasados em relação ao que a técnica da eletrônica nos proporciona.

Foi, pois, com prazer que aquie-cemos em colaborar nesse sentido com a nossa despretenciosa tradução do trabalho dos "Comandan-tes de Ingeniero" Claudio Palmero Sotelo, diplomado em eletricidade, e José Luiz Vallejo Gimenez-Bre-ton, professores da "Escuela de Aplicación de Ingenieros y Trans-misiones del Ejército" de Espa-nha.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, com este artigo, fa-zer chegar à oficialidade, de uma forma clara e simples, o conheci-mento de um novo método de comunicação que se desenvolveu durante a última guerra e cuja última palavra ainda não foi dada.

Documentados artigos apareci-dos nesta Revista, escritos por um prestigioso "Jefe de Ingenieros", explicaram, com visão clara, esse importante meio de comunicação. (Ver n. 140 e 153 da revista "Ejér-cito").

Nós só pretendemos, depois da-queles interessantes artigos, expli-car o funcionamento desse novo sistema na zona de operações, isto é, sua aplicação em campanha.

No novo sistema de comunica-ção por meio do rádio-relé, eli-minam-se os cabos e linhas, substi-tuindo-os por estações de rádio de ondas dirigidas.

A técnica de rádio produz on-das cada vez mais curtas e essas ondas permitem irradiar feixes ca-da vez mais estreitos. Esses fei-xes de onda são como o feixe de luz de um projetor, enquanto que a irradiação de uma antena co-mum seria como a luz de uma lanterna que sai em tôdas as di-reções.

As ondas normais envolvem os obstáculos que se interpoem em seu caminho e as ultra-curtas, em troca, se propagam em linha reta, como a luz. Com isso, se tem menos alcance, porém se mantém o segredo.

Esse moderníssimo sistema de comunicações por meio dos rádios-relés é formado por uma série de estações de onda ultra-curta, em feixes dirigidos; de cada estação se vê a seguinte e a comunicação vai passando de uma a outra, em cadeia, até seu destino. A dis-tância entre relés pode chegar até 100 km e mais, segundo a con-figuração do terreno e o compri-mento de onda empregado; po-rém, em geral, em campanha, é muito menor e raramente passa de 50 km.

O tempo necessário para esta-belecer uma comunicação por meio

do rádio-relé é muito inferior ao que se necessitaria para estender cabos ou instalar linhas com poste.

Também podem usar-se os rádio-relés para substituir rapidamente um trecho de linha destruído por bombardeio ou que tenha

que passar por terreno em mãos do inimigo.

Depois deste preâmbulo para dar a conhecer o novo sistema de comunicação, faremos um pouco de história sobre seus primeiros passos até seu atual aperfeiçoamento, que, como dissemos, é de limites amplos.

HISTÓRIA

Os comandos superiores, em guerras anteriores à 2ª Grande Guerra Mundial, não tinham problemas para efetuar a ligação entre seus Q.G. e seus Exércitos, Grupos de Exército, Corpos de Exército, Divisões, etc.

Antes da última guerra, a aviação, ainda nos primórdios, não fazia outros serviços que reconhecimento, bombardeios ligeiros, e assim mesmo, sem se afastar muito de suas bases, por causa da sua pequena autonomia de voo.

Os comandos alemães, ante o poderoso impulso dado à aviação no tempo que medeou entre as duas guerras, haviam estudado um modo de manter a ligação entre seus Q.G. e suas unidades, apesar dos destruidores bombardeiros da aviação, que, supunham, destruiria suas comunicações por terra e de possíveis atos de sabotagem.

A lição aprendida na guerra de 14, em que a falta de comunicações estratégicas originou as mais graves perdas, preocupou profundamente o Estado-Maior alemão e



Os alemães foram os criadores das comunicações por rádio-relés. Na fotografia se vê uma estação na linha Berlim-Atenas, que funcionou no ano de 1941

Aparelho de Telefonia por onda portadora



O aparelho de telefonia por ondas portadoras CF-1 permite estabelecer 4 comunicações telefônicas por um mesmo cabo

um interesse constante ante o problema fez com que os melhores técnicos na matéria trabalhassem até lograrem um sistema de ligação que consideraram (e com razão) invulnerável.

Nos imaginamos os exércitos das nações vencidas, ante o empurrão alemão, com suas unidades desligadas de seus comandos, em plena desorientação ante os primeiros bombardeios, que, praticamente, as deixaram isoladas e, posteriormente, aniquiladas ou prisioneiras.

Os alemães foram os primeiros a usar os rádio-relés nos Balkans e, posteriormente, em Creta, Rússia, África e Itália. Graças a isso, mantiveram até o final, por esse sistema de redes fixas de cabos sem fio, uma perfeita e segura ligação com os lugares mais afastados do seu QG. Houve, entre outras, as linhas Berlim-Smolensko, Oslo-Narvik, Belgrado-Atenas, Berlim-Nicolajewo e as do "África Korps" que funcionaram perfeitamente.

Esses rádio-relés, situados em lugar bem escondido do terreno, impediam sua destruição à aviação inimiga e, para evitar possíveis ataques sabotadores, a defesa próxima aos mesmos estava garantida por poderoso armamento.

Os americanos aperfeiçoaram o sistema com duas aplicações distintas:

a) Por um lado, criaram rádio-relés de campanha muito portáteis, capazes para quatro conversações telefônicas simultâneas e outros de oito comunicações, um

pouco mais pesados. Todos esses aparelhos foram de grande utilidade na África, Itália e Oceânia e constituíram a base de toda a transmissão durante o desembarque e operações na França para substituir as redes telefônicas destruídas que não haviam podido reconstituir-se ao ritmo de um avanço motorizado.

b) Para aplicações civis, criaram uma rede completa de rádio-relés, que cobre todo seu território, capaz para muitas centenas de conversações, televisão, etc.

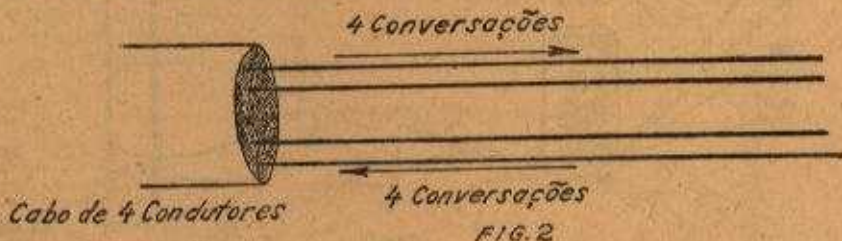
Depois da guerra, americanos e alemães continuaram aperfeiçoando o sistema e criaram novos tipos, tanto de aplicação militar, como civil, chegando-se nestes últimos, a cem comunicações para um cabo hertziano.

DIVERSOS TIPOS DE RÁDIO-RELÉS DE CAMPANHA

Como há numerosos tipos, limitar-nos-emos aos mais conhecidos das nações mais adiantadas nesta técnica. Vamos nos referir aos tipos norte-americanos AN/TRC-1 e AN/TRC-5 e ao tipo alemão DRG-4.

RÁDIO-RELE AMERICANO AN/TRC-1

Antes de entrar na descrição do rádio-relé, vamos fazer uma breve referência de como utilizavam os americanos o cabo de borracha de quatro condutores (s-4), para estabelecer, com ele, quatro comunicações telefônicas simultâneas. Utilizavam, para isso, o aparelho



Dos 4 fios que formam o cabo da fig. 2, utilizam-se 2 para enviar as 4 comunicações em um sentido e os outros 2 para as mesmas 4 conversações em sentido contrário. Ao ligar ao terminal rádio, unem-se os 2 fios da parte superior ao transmissor (em lugar do microfone) e os 2 fios da parte inferior se unem ao receptor (em lugar do alto-falante).

CF-1, cujas conexões podem ver-se na fig. 1. Esse aparelho transformava as conversações dos quatro telefones, de modo que pudessem circular pelo cabo sem confundir-se, umas com as outras. Os quatro condutores do cabo, formam duas linhas; por uma delas vão as quatro comunicações em um sentido, e por outra voltam em sentido contrário (fig. 2).

O nome técnico deste aparelho é "equipamento de telefonia por correntes portadoras de quatro canais a quatro fios CF-1".

A estação AN/TRC-1 (fig. 3), não é, em essência, mais que o conjunto de um rádio-transmissor e um rádio-receptor com suas antenas direcionais correspondentes e sua alimentação. Portáteis e de grande robustez, capazes de resistir a frequentes transportes. A onda do transmissor pode levar quatro conversações a seu correspondente e à saída de seu receptor se encontram as quatro conversações que lhe correspondem. Esse equipamento se usa com o aparelho de telefonia com corrente portadora de quatro canais CF-1,

que é o mesmo que se usa com o cabo de quatro condutores (fig. 3).

Se ao aparelho AN/TRC-1 chega um cabo que traz quatro conversações, não se necessita nenhum aparelho auxiliar, de vez que se aplica diretamente o cabo ao AN/TRC-1, como se vê na fig. 4.

A ligação rádio-telefonia por meio do novo sistema, vê-se, claramente, na fig. 4, sempre que a distância entre as duas estações esteja compreendida dentro do alcance e visão das antenas seja perfeita. Se, por dificuldades do terreno, a visibilidade entre as duas estações AN/TRC-1 fôr impossível, complementa-se esse meio de comunicação com estações intermediárias (rádio-relés), as quais, colocadas em lugares convenientemente escolhidos, facilitam a comunicação que não poderia efetuar-se, por não serem visíveis entre si as estações terminais; na fig. 5, observa-se a colocação das estações (rádio-relés) que permitem a ligação.

Cada estação rádio-relé consta, em essência, de dois receptores,

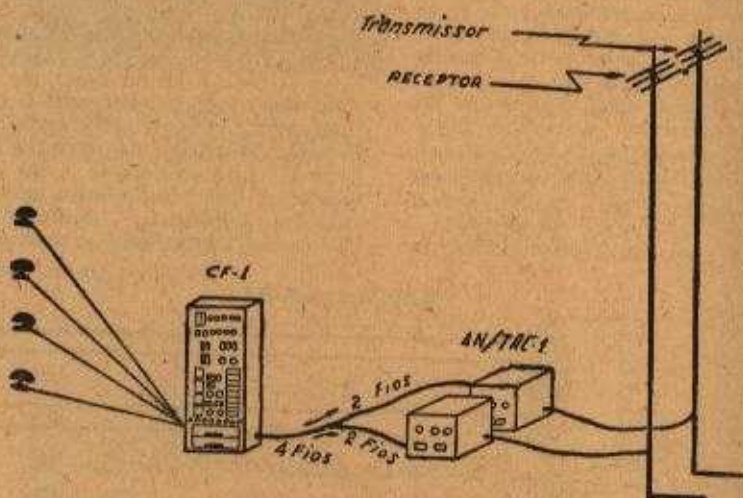


FIG. 3

Conexões do aparelho AN/TRC-1 para transmitir e receber 4 comunicações radio-telefônicas simultâneas com antenas dirigidas. A mistura e separação das 4 conversações em cada sentido se efetua mediante o aparelho CF-1, o mesmo que nos cabos.

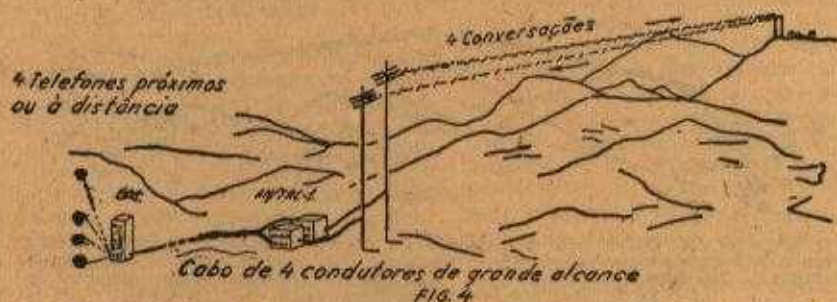


FIG. 4

Vista panorâmica de um cabo "inalâmbrico" para 4 conversações. O aparelho CF-1 pode estar distante muitos quilômetros do AN/TRC-1, estando unidos ambos pelo cabo de 4 condutores.

dois transmissores e quatro antenas.

O equipamento de campanha americano não é tão perfeito como o alemão DRG-4 (que logo será descrito), que tem uma série de detalhes: como indicadores de avarias automáticos, reguladores automáticos de frequência e de nível e outros próprios do caráter mais fixo desses aparelhos.

Como temos visto, o aparelho AN/TRC-1 utiliza, para ligação com os aparelhos telefônicos propriamente ditos, os cabos de quatro condutores e o aparelho intermediário CF-1 de onda portadora (fig. 3).

RÁDIO-RELÊS AN/TRC-5

Com o fim de reduzir aparelhos, reunindo em um só o CF-1 e o AN/TRC-1, e suprimindo o cabo de quatro condutores, logrou-se outro novo sistema, o equipamento americano rádio-relê AN/TRC-5, que tem diferenças essenciais com o alemão DRG-4 e com o ameri-

cano AN/TRC-1. No AN/TRC-5, emprega-se a chamada modulação de impulsos que permite prescindir dos bastidores de baixa frequência. Com um peso algo superior ao das caixas de alta frequência do AN/TRC-1, se conseguem oito comunicações, sem necessidade de mais elementos (figura 6).

EQUIPAMENTO ALEMÃO DRG-4

Esse tipo de rádio-relê tem características intermediárias entre os dois tipos americanos de campanha e as instalações fixas civis (fig. 7). Sua capacidade é de vinte e quatro canais no máximo, mas podem se reduzir a quatro. Para isso, o equipamento é formado por um certo número de bastidores ou armários com aparelhos. Dois bastidores de alta frequência que são sempre os mesmos, qualquer que seja o número de canais que se utilizar: um é o rádio-transmissor e o outro o rádio-receptor. Necessita-se ainda

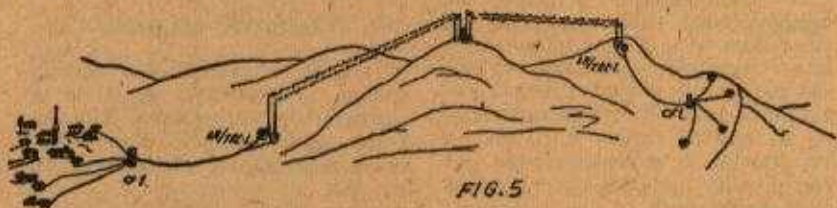
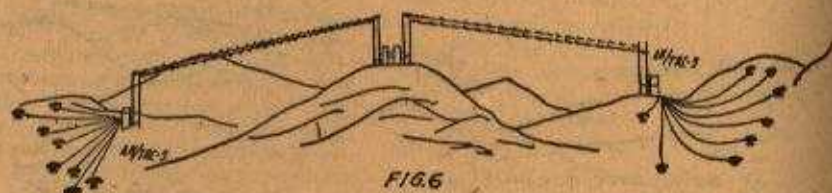


FIG. 5

Quando se interpõe um obstáculo na propagação ótica das ondas dirigidas, arreda-se este inconveniente mediante uma ou várias estações relês.



O aparelho AN/TRC-5, sem necessidade de empregar o CF-1, transforma diretamente 8 conversações para serem irradiadas pela antena. Utiliza um processo chamado "modulação de impulsos". Quando os telefones estão distantes do AN/TRC-5, necessita-se de uma linha para cada telefone

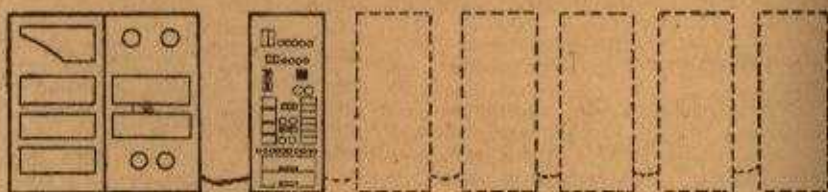


FIG. 7 - DRG/4

O rádio-relé alemão DRG-4 consta de 2 bastidores de alta frequência, mais um número variável de bastidores de baixa frequência segundo o número de conversações simultâneas: um por cada 4 conversações, podendo-se chegar até 6, ou sejam 24 conversações

de um bastidor de baixa frequência para quatro canais ou conversações simultâneas. Esses bastidores são os mesmos que se empregam para meter vários canais de conversação por um só circuito telefônico e podem aplicar-se indistintamente ao rádio ou aos fios, isto é, são análogos ao CF-1 americano.

O equipamento de quatro canais é composto por três bastidores: dois de alta frequência e um de baixa.

O inconveniente principal do equipamento, como material de campanha, é que os bastidores de alta frequência, como capazes que são para vinte e quatro canais, resultam demasiado complicados para só quatro canais e o peso a transportar é excessivo para ser considerado material de campanha verdadeiramente.

A utilidade desses equipamentos é maior em escalões superiores,

para substituir grandes trechos da rede nacional telefônica, em caso de ficarem danificados pelos bombardeios ou sabotagem e, para criar, com urgência, artérias de grande tráfego que completem as existentes. Por isso, apresentam a vantagem de poder instalar-se, de primeira intenção, com quatro canais, para ir-se logo ampliando, segundo as necessidades e inclusive, a de poder aplicar-lhes alguns aparelhos de telefonia com onda portadora que se aplicam atualmente às linhas.

EXÉRCITO FRANCÊS

O exército francês fez, recentemente, uma revisão geral de seu material de transmissão, adotando, como regulamentares, alguns tipos norte-americanos, escolhidos entre os que se utilizaram na última guerra. Como rádio-relé, adotou o AN/TRC-1, por ser mais factível a sua fabricação no país.

O PROBLEMA MILITAR E O NACIONAL

Atualmente, está-se estudando, na Espanha, o estabelecimento de uma rede nacional de rádio-relês. Essa rede poderia substituir as artérias fundamentais da "Telefônica", daria vasão desde França à África, a todo o tráfico telefônico intercontinental e serviria também para a transmissão de programas de televisão.

Não se trata de um problema estritamente Militar, ainda que o Exército tenha que dizer sua palavra, como em tudo relativo a co-

municações, pela importância que elas têm em caso de guerra. Neste caso, o Exército tomaria tantos circuitos quantos lhe fizessem falta e incluso, chegaria a fazer-se encargo do funcionamento de toda a rede. É um caso completamente análogo ao uso militar das linhas permanentes da "Telefônica". Porém o Exército tem, ademais, um problema diferente, que são as transmissões no teatro de operações com instalações de campanha, a cargo da arma de engenharia. Esse problema é o que temos tratado de focalizar neste artigo.

PUBLICAÇÕES ARGENTINAS

"REVISTA MILITAR" E "BIBLIOTECA DO OFICIAL"

CONDIÇÕES DE ASSINATURAS

Aos Srs. Oficiais interessados informamos que são as seguintes as condições de assinaturas das publicações acima referidas :

Custo das assinaturas anuais :

Revista Militar (publicação bimensal)	50 pesos
Biblioteca do Oficial (publicação mensal)	84 pesos

Os pagamentos são feitos adiantadamente e por meio de cheques em nome do Círculo Militar ou diretamente para o escritório da "Dirección de Publicaciones del Círculo Militar (Galle Charcas n. 745 1º derecha — Buenos Aires).

NOÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO TIRO DE CANHÕES AUTOMÁTICOS BOFORS DE 40 mm

Cap. PERY O'REILLY CABRAL, do CIDAAE.

1 — *Introdução*: é minha intenção dar aos artilheiros de costa e de campanha, uma noção sobre a Técnica do Tiro com o canhão automático Bofors de 40 mm.

Lancei-me a esta empresa com a finalidade de difundir alguns conhecimentos sobre a Artilharia Antiaérea que, indiscutivelmente, é a Artilharia do futuro, tendo-se em vista a doutrina já firmada de que, para se vencer uma guerra, necessita-se ter superioridade aérea e somente a Arma Antiaérea eficiente e aliada a uma aviação de caça moderna são capazes de fazer frente a qualquer ataque aéreo.

2 — *Generalidades*:

a) O principal objetivo do canhão automático é o avião de voo baixo, compreendendo-se, nesta classificação o bombardeio horizontal a baixa altura e o bombardeio em mergulho.

b) O fator tempo é essencial ao tiro de canhões automáticos, pois os alvos aéreos permanecem cerca de 10 segundos dentro do campo de tiro dessas armas.

c) Devido à grande manobrabilidade dos alvos aéreos e às velocidades que podem atingir, exige-se que os canhões automáticos empregados sejam dotados das seguintes características:

- Grande precisão
- Grande velocidade inicial
- Grande cadência de tiro
- Grande flexibilidade

Os Canhões Bofors de 40 mm possuem essas características em elevado grau.

3 — *A cadeia de tiro*:

a) *Generalidades*:

Para se obter um impacto são necessários quatro requisitos, e como são todos igualmente importantes, tendo portanto a característica de uma corrente ou cadeia, são chamados *elos da cadeia de tiro*.

b) *Classificação*:

Elo I — Estabelecer a linha de visada.

Elo II — Juxtapor o plano de precessão no plano da rota.

Elo III — Estabelecer a precessão correta.

Elo IV — Introduzir o ângulo de tiro correto.

c) *Descrição*:

I — Elo I — esta operação é realizada pelos apontadores, os quais colocam e mantêm o cruzamento dos retículos dos visores sobre o centro do alvo.

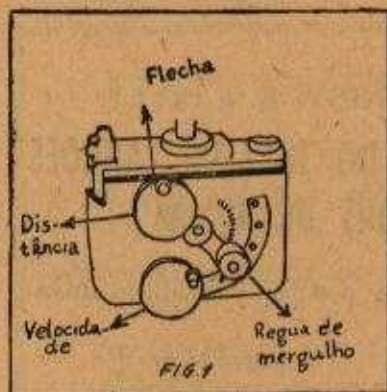
II — Elo II — este elo é realizado pelo O.C. (Sgt. operador do corretor) que, nas rotas horizontais, alinha a flecha do corretor com a rota do alvo. (Fig. 1).

III — Elo III — é estabelecido quando o O.C. introduz no corretor a velocidade estimada do alvo.

IV — Elo IV — é estabelecido quando o O.C. introduz a distância inclinada. Este elo não é corrigido durante o tiro.

4 — *Definições*:

a) *Cone de visada*: se tirarmos linhas dos limites do alvo ao olho do observador (considerado como



estando no eixo dos munhões do tubo) elas formarão, de u'a maneira geral, um cone, que é chamado cone de visada.

b) *Tiro na linha*: tiro na linha de visada ou tiro na linha é todo tiro que atravessa o cone de visada. Corresponde, na Artilharia de Campanha ou de Costa, a um tiro BD (boa direção).

c) *Plano de precessão*: é o plano formado pelas linhas de tiro e de visada.

d) *Plano da rota*: é o plano formado pela linha da rota do alvo e o centro dos munhões da peça.

e) *Tiro alto*: este termo descreve o traçante que passa por cima do alvo. (Fig. 2)

f) *Tiro baixo*: este termo descreve o traçante que passa por baixo do alvo. (Fig. 3)

g) *Tiro longo*: descreve o traçante que passa na frente do alvo. (Fig. 4).

h) *Tiro curto*: descreve o traçante que passa à retaguarda do alvo. (Fig. 5).

5 — Ajustagem do tiro:

a) *Generalidades*: conforme a rota do alvo, haverá um procedimento para a ajustagem do tiro, mas sendo minha intenção dar apenas uma noção sobre a Técnica do Tiro, não descerei a pormenores. Descreverei a ajustagem de uma maneira geral.

Devido à velocidade, manobrabilidade e o tempo em que as aeronaves permanecem dentro do alcance dos canhões automáticos, não seria possível uma regulação do tiro, mas tão somente uma ajustagem.

b) *Procedimento*: como o objetivo da Técnica do Tiro dos canhões automáticos é obter impactos diretos no alvo, nós teremos de conduzir o tiro diretamente sobre o alvo.

Os elementos iniciais que introduzimos no corretor são: (Fig. 2, 3, 4 e 5).

— Flecha (paralela à rota)

— Ângulo de mergulho (nas rotas horizontais registramos o valor zero)

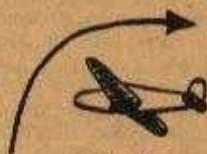


Fig 2

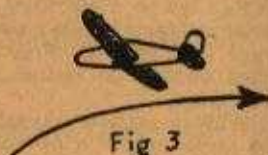


Fig 3



Fig 4

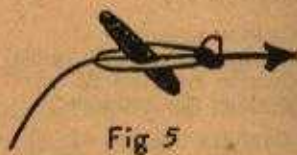


Fig 5

- Distância inclinada
- Velocidade do alvo

É evidente que, com a introdução destes elementos, não haverá um impacto, serão necessárias pequenas correções, que são baseadas na observação dos traçantes. Assim:

I — O primeiro tiro estará fora da linha (alto ou baixo), isto é, o plano de precessão não está juxtaposto ao de precessão, porque o elo II é uma operação aproximada. Então corrigiremos o tiro até termos um tiro na linha (longo ou curto). Com uma guarnição comum no 4º ou 5º tiro e com uma guarnição treinada no 2º ou 3º.

II — Obtido um tiro na linha, ele poderá ser curto ou longo. Se for curto, é sinal de que a veloci-

dade introduzida no corretor é menor que a velocidade do alvo; neste caso aumentaremos a velocidade no corretor até obtermos um tiro no alvo. Se, ao contrário, o tiro for longo, é sinal que a velocidade do alvo é menor que a velocidade introduzida no corretor; neste caso diminuiremos a velocidade do corretor até obtermos um tiro no alvo.

Antes de terminar este desprezível artigo, convém lembrar que o canhão automático antiaéreo Bofors de 40 mm também realiza, com eficiência, o tiro de superfície (terrestre e naval) e, na guerra da Coreia, esta arma foi muito empregada no apoio às operações terrestres.



AINDA O PROBLEMA DA RESERVA DE OFICIAIS

(Subsídios para seu estudo)

3º Tem. R/3 Inf. JAYME DA FRANCA DORIA



M o n. 463, de fevereiro passado, desta Revista, abordamos na forma de um apêlo aos Altos Chefes do Exército, e de um modo geral, o

problema da Reserva de Oficiais, para a qual pretendemos, leal e desinteressadamente, um grau de adexramento compatível com o estágio atual da guerra. Aliás, sentimo-nos fortemente apoiados pelo incisivo e oportuno Editorial, publicado naquele mesmo número e foi confortador verificarmos que escolhemos o caminho acertado e condizente com os altos interesses do Exército, ao qual buscamos servir com o mesmo ardor como se a êle pertencessemos como Oficiais da Ativa.

Abramos um parêntesis e esclareçamos que nossa anterior referência à instituição entre nós, de cursos por correspondência, o foi apenas quanto aos de aperfeiçoamento ou de renovação periódica de conhecimentos. Os de formação, salvo reformas que lhe aumentem a eficiência, deverão permanecer nos moldes até aqui adotados.

Foi sugerido que, à semelhança da França, se permitisse entre nós o curso de Estado-Maior para os Oficiais R/2, inclusive à base de correspondência, "criando-se na E.E.M. um departamento especial encarregado de sua execução". Esta sugestão que acima de tudo respeitamos pela idoneidade do autor, se posta em prática, só poderá merecer nossos mais entusiásticos aplausos. Todavia, somos mais

modestos em nossas pretensões e batemo-nos pela reabertura dos cursos "B" de aperfeiçoamento de que nos fala o Regulamento dos C.P.O.R., com programas desenvolvidos e adaptados ao momento atual, não se excluindo a passagem do R/2, ali rigorosamente selecionado, pela E.A.O. ou pelo C.A.E.R. Estes cursos, julgamos, facultariam conhecimentos necessários ao fiel desempenho das funções de Tenentes, Capitães e mesmo Majores, dentro do limite mínimo exigido para oficiais de tais postos.

Argumentarão os que formam no lado oposto ao nosso, não se justificarem as despesas dali decorrentes, pois se o jovem é da Reserva é porque nunca lhe atraíram as glórias e os sacrifícios da carreira das Armas. De um modo geral, isto é verdade, embora não seja axiomática. É fato perfeitamente verificável, especialmente nas grandes Regiões Militares onde a existência de equipamento moderno e abundante, exerce no espírito considerável influência, que alguns dos jovens que buscam os C.P.O.R. fazem-no porque tiveram fechados ao seu ingresso os portões de nossas Escolas Militares. Outros, por seu turno, experimentam, no decorrer do Curso, o despertar senão de uma verdadeira vocação, pelo menos de uma aproveitável tendência para a vida militar. Com uns e outros, e mediante um plano racional para seu aproveitamento, constituir-se-ia a ELITE DOS OFICIAIS R/2, integrada de valores selecionados e que atenderia, até certo ponto, às necessidades do Exército.

As cartas e artigos endereçados a esta Redação abordando o assunto, é prova da viabilidade do que propomos.

Na Inglaterra, o oficial da Reserva, qualquer que seja o posto, perde-o se afastado da tropa cinco anos consecutivos. Volta a ser simples cidadão, mobilizável como soldado. Esta é, pelo menos, a informação que me dá um amigo, herói das campanhas da África na última guerra. Não queremos admitir o rigorismo inglês, embora, na dureza da realidade, sejamos compelidos a reconhecer que chegamos praticamente ao mesmo ponto, pois raríssimos são os oficiais R/2, egressos da tropa desde a conflagração passada, que possuem, nos dias atuais, conhecimentos militares iguais aos de um cabo aprovado no C.C.S. "Os comandantes de pequenas unidades, diz-nos o Coronel J.B. Magalhães, e isto tanto mais quanto menos importantes são elas também julgam, concebem e ordenam, mas fazem-no, a bem dizer, sós, contando apenas com seus recursos pessoais, no tumulto e fragor dos combates. Sentem diretamente, imprevisivelmente os sofrimentos e misérias da luta, vivem numa atmosfera de morte. O medo aperta-lhe o coração e perturba seu trabalho intelectual e, às vezes, funde-lhes a personalidade".

É através a leitura constante dos compêndios técnicos, das obras dos nossos melhores escritores militares e, periodicamente de nossa Revista, — forma pela qual vamos realizando o que aqui apregoamos e ao mesmo tempo damos satisfação à vocação insatisfeita — que sentimos ainda mais intimamente, quanto estamos longe da realidade atual na arte da guerra e como corolário, a urgente necessidade de o BRASIL possuir sua reserva de Oficiais R/2 perfeitamente adestrada no manejo e emprego dos modernos engenhos bélicos. Temos tido sempre em mente que uma nossa volta à caserna, por força de uma imposição qualquer, far-se-á em condições as mais adversas e que dificilmente alcançaremos o mínimo indispensável às funções de comando nos escalões de nossa

responsabilidade. A eclosão de um novo conflito armado, no qual estaremos inexoravelmente envolvidos, será de tal forma que o fator tempo pesará decididamente no plano de operações e a rapidez em se obter a vitória sobre o inimigo não permitirá arranjos: ANTES, EXIGIRÁ QUE ESTEJAMOS PLENAMENTE CAPACITADOS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO DEVER.

"A guerra, segundo o imortal FOCH, não se aprende com uma guerra; no campo de batalha não se estuda. Aí se faz o que se pode para aplicar o que se sabe, e, em consequência, para aí se poder é necessário se saber muito e bem". Em resumo: é na paz que um povo se prepara para a guerra.

Nosso convívio mais ou menos longo com a tropa deu-nos mostra do ambiente de desequilíbrio em que trabalha o oficial R/2, com idênticas funções ao da ativa, mas com reduzidos conhecimentos para desempenhá-las perdendo, não raro, sua ascendência sobre os subordinados. Se atentarmos na importância que o fator moral tem, hoje, nas preocupações de um chefe militar, mais oportunas se tornam as medidas que temos preconizado. Não só a importância do oficial da Reserva na vida nacional, como suas deficiências foram magnificamente exemplificadas com a FEB. Tal exemplo não deve ser olvidado para que os erros não se repitam. CLAUSEWITZ, no seu livro "Da guerra" afirmou: "excepcionais qualidades de caráter; uma profunda devoção ao dever e uma personalidade bem formada são os requisitos que se exigem de um chefe militar. Esses requisitos necessários para vencer os atritos inerentes à guerra e para tomar decisões heróicas baseadas no raciocínio são a mais verdadeira expressão da superior aptidão para ser chefe". De nossa parte, afirmamos que tais qualidades jamais poderão ser obtidas pelos oficiais da Reserva no ostracismo absoluto a que estamos relegados, sem o menor contacto com o Exército ou cousas que lhe digam respeito. E não nos esque-

camos: na guerra, os oficiais da Reserva também serão chefes.

Ao oficial R/2, bem treinado, poderá ser confiada, entre outras, a missão de guardar pontos remotos do extenso litoral pátrio contra a incursão de "comandos" inimigos, quer chefando grupos de guerrilheiros, quer à frente de pequenos contingentes regulares, poupando desta forma, a oficiais da ativa, inegavelmente mais úteis em outros postos.

Para o General PEUCKER, fundador da Kriegsakademie prussiana, citado pelo Cel. J.B. Magalhães em seu livro "NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS" "quando o homem de guerra tem o sentimento íntimo de ser instruído, quando percebe que sabe o bastante para se orientar facilmente em circunstâncias difíceis, seu caráter se fortifica, torna-se capaz de tomar com propósito decisões nítidas e de lhes dar execução. Ao contrário, o homem de guerra que sabe que é ignorante e que necessita aconselhar-se com outros, mostra-se indeciso, perplexo, preste a se desmoralizar". Ufanamo-nos, com justa razão, de ver nossa querida instituição integrada nos moldes das modernas organizações guerreiras, com uma plêiade de expressivos Chefes e não menos digna de oficiais de todos os postos. E uma de nossas poucas deficiências está em vias de ser sanada ou pelo menos reduzida ao mínimo, com a aquisição já iniciada de armas e equipamentos nos termos do Acórdão BRASIL-EE.UU. Este e outros são progressos que consignamos com alegria. Entretanto, é preciso que o não adextramento da Reserva de Oficiais não se constitua em óbices aos progressos já conquistados, nem em obstáculos aos outros para cuja obtenção se empenham nossos maiores e muito contribui o esforço anônimo e constante dos jovens oficiais da Ativa.

Uma sugestão que muito se destacou pela sua oportunidade, bem como pelos efeitos que, se posta em prática, produzirá, foi a da criação de Subunidades-Quadros nos C.P. O.R., "utilizando-se o elemento aluno como matéria-prima para as

instruções". De nossa parte, sugerimos a criação de cursos regionais de aperfeiçoamento ou a reabertura dos cursos "B" antes mencionados, com programas mais ou menos na seguinte base:

1º período — 2 meses:

a) noções sobre a guerra moderna; b) idem sobre tática e estratégia — sua diferenciação; Guilbert, Jomini, Thier Mordacq, etc...; c) tática de infantaria nos pequenos escalões (para esta arma) — ofensiva e defensiva; d) serviço em campanha; e) estudo intensivo de todas as armas, tanto individuais, como de apoio; f) estudo sobre a participação das armas irmãs agindo em apoio à nossa, *especialmente sobre a observação e conduta da artilharia*; g) algumas noções sobre operações anfíbias e aeroterrestres; h) diversos processos de pedidos de apoio aéreo; i) topografia militar com leitura, interpretação e problemas na carta. Exercícios no terreno e identificação de pontos do terreno na carta; k) testes de iniciativa individual; m) EDUCAÇÃO FÍSICA.

2º período — 2 meses:

Estágio de aplicação na tropa onde será feita apurada observação da conduta do Oficial estagiário quanto à sua capacidade de comando, trato com os subordinados, maior ou menor facilidade na interpretação de ordens, capacidade em solucionar situações delicadas e demais qualidades inerentes e indispensáveis às funções de comando, PARTICULARMENTE AS DE ORDEM MORAL.

O saber profissional, a integridade de caráter, a energia, a urbanidade, a lealdade, são as qualidades supremas que se exige de um bom comandante, qualquer que seja o escalão e, somente na tropa, em íntimo contacto com o meio ambiente em que terá de agir na guerra, poderá o oficial da Reserva auferi-las. Para MUNSON, "da conduta do Chefe nasce a disciplina, o espírito de corpo ou o descontentamento".

Mas não é somente a inatividade prolongada que faz do oficial R/2 um desinteressado, "quicá um revoltado". A falta de promoção ao posto imediato entra com apreciável dose de desestímulo para criar, desgraçadamente, a situação de completo alheamento para com o Exército em que se coloca o oficial da Reserva que é, na França, alvo de especial atenção, "pois ele prolonga na vida civil a mentalidade de quartel, isto é, mantém-se permanentemente vigilante pela segurança e defesa da Pátria".

No BRASIL onde, infelizmente, as Forças Armadas são mal compreendidas pela população civil, o oficial da Reserva, imbuído de elevado censo de responsabilidade, poderia ser o elo que ligaria, mais e mais, povo e soldado, tanto mais quanto o moderno conceito de mobilização para a guerra exige a mais íntima cooperação entre o paisano e o militar.

É claro que a adoção das medidas aqui defendidas acarretará uma sequência de outros problemas que situamos como de menor importância, dentre os quais sobressae o do afastamento do oficial R/2 de suas lides diárias de onde tira o sustento próprio e de sua família. Contornemos esta situação remunerando-o de acordo com o posto durante o período de instrução, assegurado seu retorno ao emprego, se for o caso, sem prejuízos. A promoção ao posto imediato, se assim fizer jus, será o prêmio de sua cooperação com o Exército.

Há provas concretas de que um pequeno grupo de moços deseja instruir-se, convenientemente, nos intrincados mistérios da guerra. E o Exército Brasileiro que mui justamente pode orgulhar-se do elevado grau de cultura de seus oficiais, como o fruto de suas várias e modelares Escolas cujo ponto alto é este magnífico monumento, a ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, não pode permanecer por mais tempo indiferente à sorte de seus oficiais da Reserva, pelo menos daqueles que anseiam por ser verdadeiros oficiais. Unamos, pois, num esforço comum, nossa vontade com as medidas de ordem legal para que o BRASIL tenha uma ELITE DE OFICIAIS DA RESERVA digna da confiança do povo e, sobretudo, das nossas mais caras tradições militares. E a falta de recursos financeiros não há que ser aduzida como obstáculo à concretização do ideal aqui defendido, pois a Lei n. 1.841, de 13-IV-53, que autorizou o estágio da Reserva de Saúde e que consideramo-la como um feliz precedente para a breve oportunidade que se haverá de dar à Reserva das Armas, mostrou que aqueles existirão sempre que os supremos interesses do BRASIL assim o exigirem. Temos, na criação da Diretoria da Reserva, cuja regulamentação ora se processa, e a cujo digno Diretor foi o assunto encaminhado oficialmente e por nós, a esperança de que é chegado o momento em que o problema da Reserva de Oficiais, que não é nosso, mas do BRASIL, será equacionado e resolvido.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.



ARISTOCRACIA E CULTURA

J. P. GALVAO DE SOUSA

Extraído do "Digesto Económico" de março de 1953

Os homens com responsabilidade na vida pública brasileira começam a sentir a necessidade premente de uma elite capaz de nos levantar deste pântano em que nos vamos atolando.

O papel das elites tem sido sempre o de elevar o padrão cultural de um povo. Emprego aqui a palavra "cultura" no sentido sociológico em que tem sido usada recentemente, incluindo na sua significação as idéias, os costumes, os hábitos sociais e até mesmo as boas maneiras, as convenções, o protocolo. Tudo isto eleva o teor da convivência humana. É a negação do plebeísmo. É o sinal da presença do elemento aristocrático, dando nobreza à vida.

As elites aristocráticas tiveram suas fases de brilho e de declínio, este quase sempre oriundo dos seus próprios pecados. Muitas vezes deixando de ser guardas da tradição e vanguarda do autêntico progresso social, caíram num conservadorismo inerte, abroquelando-se ociosas atrás dos seus privilégios.

Outras vezes, atiraram-se loucamente às idéias e aos costumes modernos eivados de espírito revolucionário, sem perceberem que com isso preparavam a própria ruína. Nem sempre corresponderam à grandeza da sua missão.

A vida fácil, quando não mesmo licenciosa, o orgulho estulto de ostentar títulos e brasões, vitimou, em certas épocas, as classes aristocráticas, fazendo-as perder a mais alta nobreza, a nobreza moral. Sendo a sociedade formada de famílias e as famílias de indivíduos, não admira que a corrupção moral dos indivíduos acarretasse a degenerescência das famílias e de toda uma classe social.

Mas se as aristocracias pecaram, pecou também a democracia. Os regimes populares, fundados a partir de 1789, vinham sempre com aquele estigma da inveja, levantando-se contra o orgulho dos nobres, numa outra forma de orgulho. *La démocratie c'est l'envie* — chegou a dizer Proudhon. Por isso, insurgindo-se contra os privilégios

da antiga nobreza, instaurava-se uma nova modalidade de privilégios em favor da classe burguesa.

Houve tentativas de conciliação entre os dois princípios, isto é, entre aristocracia e democracia. Assim foi, por exemplo, o sistema engenhado na França durante a monarquia de julho. Assim também, na organização dos poderes políticos, a combinação entre a câmara alta ou dos pares e a câmara baixa ou popular. Sem falar da Inglaterra, onde o processo democratizador não usou dos mesmos métodos revolucionários e jacobinos que pôs em prática especialmente nos países latinos, explicando-se assim um real e mais efetivo equilíbrio lá estabelecido entre o elemento aristocrático e o democrático, no respeito duma tradição comum.

O fato é que a dinâmica do movimento democrático surgia quase sempre em antagonismo com as aristocracias, no mesmo antagonismo que colocava frente a frente as forças da Revolução e da Reação.

Menosprezou-se, por tal forma, o papel das elites. E quando se começava a sentir a falta de um elemento selecionado para dirigir a sociedade, procurava-se então suprir a lacuna pela criação artificial de uma elite de cultura. Era o tempo em que, na esteira de Vitor Hugo, muitos vinham dizer: "abra-se uma escola, e é uma prisão a mais que se fecha..." Aumentaram-se, pois, as escolas. Mas as penitenciárias se multiplicaram.

Quando tudo se fabrica em série, não admira que se pensasse em fabricar também elites. E até mesmo se viesse a falar numa aristocracia do trabalho, apurada tecnicamente por meio de testes e outros sistemas da pedagogia moderna.

Tudo isso significa o desconhecimento de que as elites devem ser antes de tudo uma expressão de cultura, um fruto da tradição, o resultado natural da vivência de um povo no que tem de mais espontâneo ou íntimo. As elites resultam naturalmente do aprimoramento moral e social das famílias. Por isso mesmo, sua decadência origi-

na-se também na decadência interna das famílias.

Entre nós, cometeu a monarquia o grande erro de não instituir a nobreza hereditária. Era já um começo de individualismo. Veio depois a república, da qual ainda há pouco escrevia João de Scanlimburgo, pelas colunas do *Diário de São Paulo*, não ter correspondido "às nossas tradições históricas, às leis que presidiam ao nosso desenvolvimento, e que traçaram o itinerário do nosso crescimento, no tempo e no espaço".

E agora, que fazer? — pergunta o ilustre jornalista. A formação das elites é demorada. Que vamos fazer para dar solução imediata aos tremendos problemas da nossa crise moral, espiritual e cultural? Muito tarde se começa a compreender que essa crise requeira uma elite dirigente em condições de a debelar.

• •

O esplendor cultural dos povos tem-se revestido sempre de um cunho aristocrático.

Não apenas o prestígio de um nome, como o de Péricles ou Augusto, assinala a grandeza de uma época, mas também a atuação enobrecedora de uma classe social dirigente acostuada a práticas de magnanimidade.

Atenas de Péricles não é a democracia das massas, tremendo nos comícios populares, mas a cidade governada por uma elite que representa o elemento tradicional.

Roma de Augusto remata um período de glórias, alimentado pelas virtudes cívicas dos patrícios de outrora.

A mesma lição, continuam a darnos os séculos seguintes.

Domando a ferocidade dos bárbaros, a cavalaria medieval desperta o sentimento de honra, transfigura os costumes belicosos, santifica a força bruta.

Desabrocham as letras e as artes na Renascença sob o patrocínio do mecenas, cujos recursos são postos a serviço das obras do espírito.

Fosseiam fidalgos da mais alta linhagem pelas ruas de Salanca,

enquanto, no recolhimento do claustro dominicano de Santo Estêvão ou das aulas da Universidade, se renova a escolástica e o direito das gentes recebe a sua elaboração definitiva, frutos sazonados da idade de ouro hispânica.

Anobreza da França, em requintes de civilização, aprimora o ambiente social e artístico que faz do século de Luís XIV o século de Bossuet, Racine, Corneille, Boileau, La Fontaine e Molière.

Em sentido contrário, vemos a cultura grega decompor-se, no helenismo dissolvente, quando a demagogia impera nas ruas. Assistimos à desagregação do império romano quando as virtudes do patriciado desaparecem, a corrupção se alastra e as orgias pretorianas levantam o despotismo monocrático. E antes da revolução explodir na praça pública, pressentimo-la já no crescente domínio da burguesia em Paris, coincidindo com o advento da aristocracia da corte, luxuriosa e sibarita, suplantando a velha nobreza ligada à terra e afeita ao manejo das armas.

La lanza no embota la pluma, ni la pluma la lanza... diziam aqueles que tinham diante de si os exemplos de um Afonso, o Sábio ou um Infante João Manuel, um Garcilaso de Vega ou um Cervantes.

Foi a moldura aristocrática do meio no qual viveram, que permitiu o desabrochar destes gênios, apurando-lhes a forma no falar e no escrever. Sociologicamente isto sempre se observa; a aristocracia das letras não viceja nos povos cuja organização político-social tenha perdido sua estrutura aristocrática. Diga-se o mesmo das artes. Não foi em vão que os comunistas pretenderam criar uma "arte proletária", expressão fiel do aplainamento social a que submeteram o povo russo. E como julgar as extravagâncias da arte moderna, numa sociedade cujo senso de hierarquia já desapareceu quase por completo? Onde um reflexo mais perfeito dos planejamentos coletivistas ou das estandarizações niveladoras? Para uma época sem nobreza

não há outra "nobre arte" senão o pugilismo.

As aristocracias supõem o privilégio. O homem moderno, com o orgulho dos revoltados, não quer ouvir falar nesta palavra, e se acoberta em pretextos de uma falsa democracia. Não é capaz de compreender que, mandando a justiça tratar desigualmente quantidades desiguais, o privilégio é inerente à própria condição humana. Não alcança as razões pelas quais La Tour du Pin afirmou que sem privilégio não há justiça social. Não percebe de maneira nenhuma como no privilégio legítimo está o amparo das liberdades concretas do homem.

Por isso, os homens de hoje, abandonados à sua insuficiência, sentem-se fracos, receosos do futuro, oprimidos pela angústia, e clamam pela libertação do medo, uma dessas quatro liberdades a que almejam desesperados sem poder usufruir.

Aboliram-se os privilégios da nobreza, mas em seu lugar surgiu o privilégio odioso do dinheiro, doutrando a nova estirpe dos especuladores enriquecidos ou dos agiotas internacionais. Suprimiram-se as prerrogativas das corporações de ofício, verdadeiros escudos protetores dos interesses da classe operária. Sufocaram-se os regimes autônomos das cidades e regiões, cujas franquias asseguravam o florescimento das liberdades municipais contra a prepotência centralizadora do Estado. E assim ficou a sociedade, sob a devastação individualista, transformada na massa propícia ao germinar das ditaduras e dos totalitarismos.

As sociedades aristocráticas e as sociedades democráticas, consideradas sob um prisma conceptual, parecem opor-se entre si por uma antinomia irredutível. Ou a sociedade política admite a diferenciação das classes e o regime de privilégio, ou se baseia na igualdade de todos perante a lei. No primeiro caso, temos uma sociedade aristocrática; no segundo, uma sociedade democrática.

Entretanto, a realidade é muito mais complexa do que os nossos

esquemas abstratos. Ela nos mostra que uma autêntica democracia só se pode realizar numa sociedade de base aristocrática. A democracia política essencialmente consiste na participação do povo no governo. Participar, ou tomar parte no governo, é atribuição dada ao povo nos regimes em que o poder não se torna o monopólio de um ditador, um monarca absoluto, um partido ou uma casta.

Quando a sociedade aristocrática resulta da existência de castas hermeticamente fechadas, como na Índia, então sim toda democracia é excluída. Mas a aristocracia pode significar uma classe superior cujo acesso é aberto aos membros das classes inferiores. Neste caso, não só a ideia democrática não está excluída mas até chega, por vezes, a encontrar as condições mais favoráveis para a sua realização. Note-se que a possibilidade do acesso à nobreza concilia o princípio aristocrático com a democracia social. Quanto à democracia política propriamente dita — participação do povo no governo — ela se realiza facilmente desde que haja aquela conciliação, pois aos membros das classes populares, antes mesmo de "nobilitados", se costuma dar uma representação efetiva junto ao poder. Esta representação é o meio de concretizar politicamente a democracia.

Se, porém, entendermos por democracia um regime de abolição completa das situações privilegiadas na vida social, então para sermos lógicos temos que chegar a admitir até mesmo uma sociedade sem classe, o nivelamento igualitário de um regime absolutamente comunista, ou antes anarquista. Pregam os anarquistas a extinção do Estado e do poder público. Com efeito, só assim poderíamos ter um perfeito nivelamento, pois enquanto existirem órgãos do governo haverá pelo menos a diferença entre governantes e governados, daí resultando uma situação privilegiada para os primeiros.

Podemos, pois, concluir que:

1 — a desigualdade de classes não pode desaparecer, mesmo numa sociedade democrática;

2 — nas sociedades aristocráticas, a diferença de classes não impede a ascensão de indivíduos de classes inferiores às classes superiores.

Diz muito bem António Sardinha que a nobreza é inerente à natureza do homem, e "não é mais que a regularização da legítima tendência humana para se ganhar os cumes sociais. Baseia-se na verdade experimental de que a sociedade se compõe, não de indivíduos, mas de famílias. Como é inata a ânsia de transferência duma classe inferior para outra superior, se essa transferência se opera apenas pelo indivíduo em si, cai-se no erro revolucionário, com os funestos resultados do arrivismo. Se, porém, a ascensão pessoal se submete ao equilíbrio do grupo, é a família que sobe com o indivíduo, efetuando-se assim uma seleção casada com uma duração" (1).

Foi precisamente o arrivismo revolucionário das democracias modernas que gerou "uma pequena oligarquia de parvenus enriquecidos, desapossando as populações rurais de benefícios tantas vezes seculares. Nas cidades o mal iria a pior com a dissolução das corporações de artes e ofícios que deixava o artífice abandonado às contingências caprichosas da concorrência. O Barão das Finanças assomava no limiar da história contemporânea. A nobreza da terra e do sangue substituíam-se as potências do ouro e da especulação. A seleção agora operava-se às avessas. Dantes a nobreza corrigia a influência das fortunas na sociedade, submetendo-as pela nobilitação ao interesse supremo do todo. Desembaraçado de quaisquer disciplinas que o limitassem e contivessem, o argentário campou como maioral onipotente a que tudo se inclinava, — homens e coisas". (2)

(1) António Sardinha, *do princípio era o verbo*, 2ª edição, pág. 327.

(2) *Op. cit.*, p. 207-208.

Enquanto a nobilitação se fazia outrora pelos méritos e pelos serviços prestados, o enobrecimento espúrio, na plutocracia de hoje, se faz pelo sucesso nos negócios, nem sempre lícitos, pelo acaso dos enriquecimentos súbitos. Para evitar-se esta injustiça, mantida apesar de dizerem as constituições que "todas são iguais perante a lei", não há outro critério a apelar senão o da Nobreza de procedência familiar,

fundada na honra, nas ações dignificantes, no trabalho útil à comunidade. Em vez de se nivelar por baixo com o critério da igualdade, o que importa é assegurar uma justa possibilidade de ascensão, aprimorando-se assim os valores sociais.

Voltarão as aristocracias?

É o mesmo que perguntar se a cultura do ocidente poderá salvar-se.

VENDA DE LIVROS

Monumentos Nacionais — autor "Cel. J. B. Mattos" :

	Cr\$
Santa Catarina.....	60,00
Piauí.....	40,00
Guaporé.....	30,00
Estado do Rio de Janeiro.....	80,00
Espírito Santo.....	40,00
Lei do Serviço Militar Atualizada.....	30,00
Lei Movimento e Quadros.....	20,00
Estatuto dos Militares.....	20,00
Brasiléi "Lucas da Silveira".....	45,00

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Matriz:

RUA MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0890 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SÃO PAULO

Representantes de:

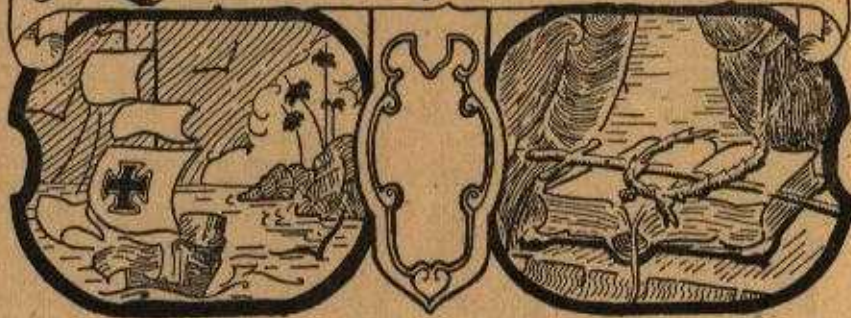
TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY EASTON
ROAD — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição
Solicitamos consultas

(N. 16)

Geografia e História Militar



UM COMBATE AÉREO NA FRENTE SUL, NO COMEÇO DA REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932

Gen. Exército AMARO DE AZAMBUJA
VILLANOVA

Os aviões legais que foi possível concentrar em Faxina, nos primeiros dias da revolução paulista, estavam na absoluta impossibilidade de poderem fazer o que se desejava que fizessem.

Não dispendo, como era natural, de oficinas de reparação nem de hangares, ficavam expostos ao tempo e nunca será demasiado o louvor que se fizer ao árduo trabalho executado pelo seu pessoal a fim de pôr, os aparelhos chegados em condições de voar.

Muita gente não sabia disso e supunha que todos os aviões deviam estar prontos para voar desde o momento da chegada, daí comentários injustos visando fazer crer que a aviação legal, em Faxina, estava fazendo o corpo mole propositalmente... Sabedor disso, o Cap. Archimedes Cordeiro, indignado, prontificou-se a voar no único avião que já estava em condições de voar: um Potez. Foi encarregado de uma missão que deveria levá-lo até Itapetininga. Em

caminho avistou três aviões paulistas e procurou evitá-los, rumando para os lados de Bonsucesso, mas tal intenção foi anulada por um Waco inimigo. Mudando novamente de rumo, viu o Capitão Archimedes que os outros dois aviões embargavam-lhe a marcha, pelo que resolveu regressar a Faxina, onde as metralhadoras e fuzis amigos viriam em seu auxílio. Os dois aviões paulistas, porém, perceberam a manobra e cortaram a retirada do Potez, do qual o Waco também se aproximava rapidamente. Diante dessa situação desesperada o Cap. Archimedes ordenou ao seu piloto, o 2º Ten. Oswaldo Lima, que voasse a toda velocidade sobre o avião que estava à sua frente e com as suas metralhadoras vomitando fogo, com o Waco já atirando de cima, empenhou-se o Potez numa corrida aérea de morte.

Uma das metralhadoras do Potez engasga, mas as outras duas continuam a alvejar os aviões paulistas: o avião da frente baixa e ru-

ma para Itapetininga seguido pelo seu companheiro... mas o Waco continua a atirar lá de cima e dentro em pouco uma nuvem de vapor irrompe do Potez, obrigando-o, qual ave ferida, a pousar sem demora. E nas imediações da estação de Rondinha, guardada por uma Companhia do 13º Regimento de Infantaria, sob o comando, se não me falha a memória, do então Ten. Archimedes Lopes de Araujo Dória, aterra o Potez num campo cheio de cocurutos, danificando uma asa e sempre perseguido pelo Waco. O Ten. Archimedes e sua gente, de armas em punho, acorrem sem poder atirar porque não sabiam ainda se o Waco, que cessara o fogo, era amigo ou inimigo, mas tal dúvida logo é desfeita pelo Cap. Archimedes e seu piloto que saltam do Potez e em altas vozes tudo explicam e o Waco foge rapidamente sob tremenda sairavada de balas.

Os aviadores vão de trem até Faxina, onde prestam as necessárias informações e donde voltam de auto em companhia do então Major Intendente de Guerra Clodomiro Nogueira para tratarem do transporte do Potez.

Durante essa viagem de ida e volta, porém, dera-se uma coisa verdadeiramente extraordinária: o Potez havia desaparecido...

Vejamos como. Logo que os aviadores partiram para Faxina, o Ten. Archimedes lembrou-se de que os aviões paulistas poderiam voltar para liquidar o Potez e resolveu camofia-lo, mergulhando-o num bosque artificial, o que levou a efeito com sua gente, enquanto o diabo esfrega um olho, ficando até árvores de cinco e seis metros de altura!

Os aviadores, com o Major Clodomiro, acabavam de chegar e estavam ainda admirando esse belo e rápido trabalho quando os aviões paulistas roncaram perto, obrigando todos a ficarem estendidos no chão e imóveis. Com grande assombro, lá de cima não viram os paulistas nem rastros do Potez...

Em todo caso, nesse momento havia mais um capãozinho nesse terreno cheio de cupins e em sua orla alguns militares deitados e imóveis, inclusive o Major Clodomiro, com o resto bem junto a um terrível formigueiro em reboliço, mas nem pestanejava...

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadaria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

MARCENARIA PAULISTA

MOVEIS EM TODOS OS ESTILOS

RUA VIDAL NEGREIROS, N. 128 — SÃO PAULO

CARLOS THOMAZ, cumprimenta a "A DEFESA NACIONAL" pela passagem de 40º aniversário

(N. 3)

A BIBLIOTECA DE UM SOLDADO

Ten.-Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Lendo, há dias, um artigo sobre o General PATTON, escrito pela viúva desse ilustre cabo de guerra norte americano, ficamos vivamente impressionado com o cuidado com que esse oficial escolhia os livros para sua leitura. E, ainda mais, com a profunda objetividade de suas conclusões, após ter findo esse trabalho intelectual. Desde oito anos de idade que ele se interessou pelas obras clássicas de seu tempo. A *Iliada*, a *Adysséa*, algumas de Shakespeare, além das novelas de Conan Doyle, foram repassadas sôfregamente. Como cadete, passou em revista os grandes Capitães da antiguidade. De todos esses livros, fazia ele um pequeno resumo, destacando as idéias que julgava úteis ao seu preparo profissional e que, realmente, mais tarde, lhe seriam de valor inestimável.

Freqüentemente, a viúva do Gen. Patton se viu na contingência de traduzir do alemão várias obras de interesse militar para seu espôso. Um livro de Von Bernhardi — "A Alemanha e a próxima guerra" —, deu-lhe muito que fazer, pois os seus conhecimentos da língua não eram lá muito profundos e Patton instava em que a tradução se fizesse.

Na opinião do General, só se poderia compreender bem um homem quando se conhecessem suas idéias, mas por ele expressas e não através de terceiros. Daí o seu desejo de conhecer, em primeira mão, tais conceitos.

O entusiasmo exuberante de Patton foi, quem sabe, fruto da leitura permanente dos grandes chefes, antigos e modernos. O estudo das campanhas desses cabos de

guerra deu-lhe base sólida para compreender sempre os problemas que enfrentava. Muitas vezes, nos campos de batalha, recordou-se, com bastante clareza, que em épocas remotas outros já haviam combatido ali, embora em condições diversas. Foi o caso da derrota alemã na África. Patton dizia: "O terreno é responsável pelo acabamento final desta campanha, como o foi no tempo de Aníbal".

Em sua passagem pela França, nos combates de 1944, lembrou-se logo de que, em 1913, havia estado lá e nos estudos do terreno, com a Escola de Cavalaria Franceza, verificara os caminhos por onde havia passado Guilherme, o Conquistador.

Os auxiliares diretos de Patton estranhavam então como podia ele ambientar-se assim tão depressa com o terreno.

Esqueciam-se de que o General não era um estranho naquelas paragens. Sua memória — verdadeiramente prodigiosa — ajudava-o sempre.

Quando ele entrou em TRIER, ainda na campanha da França, disse aos seus amigos mais ligados: "Acabo de entrar pela mesma porta que entrou Labienus e, creio, estou sentindo o mesmo cheiro de suor e poeira das legiões em marcha." Estas "tiradas" entusiásticas de Patton definiam bem o seu temperamento.

O seu conhecimento profundo da história proporcionou-lhe uma verdadeira aversão à defensiva. Certa vez, diz ainda sua espôsa, perguntou-me ele: "Poderá voce achar alguma ação defensiva, bem sucedida, nas páginas da história? Após alguma reflexão, disse a espôsa: "Sim, encontrei 3, mas fo-

ram vitórias de Pyrrho". Tal aspecto do temperamento de Patton perdurou durante toda a sua carreira. Não há exemplo de que alguma vez se houvesse conformado com uma situação defensiva. Quando obrigado a isso, fê-lo à sua moda, isto é, atacando sempre.

Este pequeno relato das atividades intelectuais do General Patton, feito através do testemunho de sua esposa, nada mais vem que confirmar o conceito, já de há muito firmado, por outros grandes Capitães. Napoleão afirmava a miúdo: "É na história que podemos beber os melhores ensinamentos". E o grande côrso não se cansava de estudar, não devemos, porém limitar tal estudo aos livros que descrevem as campanhas, nas diferentes guerras havidas. O exame das personalidades dos Chefes, sobretudo, representa subsídio valioso nesse estudo. Conhecendo os homens se poderá concluir de suas possibilidades à frente das massas guerreiras.

Montgomery, o grande cabo de guerra inglês, estudou profundamente a personalidade de seu adversário na campanha da África — o General ROMMEL —. Conhecendo-o já, e bastante, foi fácil saber de suas manobras clássicas e en-

frentá-las com segurança. Das suas vitórias retumbantes contra a chamada "Raposa do deserto".

Terminamos aqui esta pequena divagação sobre o que um soldado deve ler. Recorde-se ele sempre que o sábio não deve cõrçar junto ao livro e sim chamá-lo irmão.

FABRICA BANGU



EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDÚSTRIA BRASILEIRA

(N. 7)

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

MARIO FABRI

FABRICANTE DE MATERIAL BÉLICO

ESCRITÓRIO: Rua Ten. Abel Cunha, 149-A — Telef.: 30-2049
HIGIENÓPOLIS

OFICINAS: Rua Ten. Abel Cunha, 149-B C
RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO: Avenida Suburbana, n. 2.422

(N. 8)

CAXIAS NO GOVERNO DO RIO GRANDE

Major JOÃO B. SANTIAGO WAGNER

Muito poucos historiadores têm tratado da ação do Duque de Caxias como Presidente de Província. No entanto, o grande Pacificador foi Presidente de duas Províncias: do Maranhão, de 12-XII-839 a 2-IV-841; e do Rio Grande do Sul por duas vezes, de 28-IX-842 a 8-X-846 e de 13-VI-851 a 21-VII-852.

Um dos mais autorizados biógrafos do inolvidável Luiz Alves de Lima e Silva, Monsenhor Pinto de Campos, menciona, sem maiores detalhes, a ação administrativa de Caxias no Maranhão.

Na Província nordestina cita, como principais obras do então Cel. Lima e Silva, as seguintes: aumento de efetivo da polícia; execução de várias leis já promulgadas; conserto de igrejas, fortalezas, quartéis, palácio do governo e armazéns de pólvora; limpeza de rios; estabelecimento de colônias de índios; criação de fazendas de lavoura e de povoações; estabelecimento da navegação a vapor; melhoramento do porto da capital e abertura de um canal; organização e correção do mapa da Província; construção de pontes; reorganização dos correios, etc.

E no Rio Grande do Sul que nos deixou Caxias? O mesmo Pinto de Campos apenas diz: "Como administrador transformou todo o serviço, não havendo nele minúcia a que não atendesse, e especialidade sobre que deixasse de providenciar com acerto, economia e prontidão".

Ora, é lastimável que não tivesse o autor descido a maiores detalhes, mas a generalização que empregou nos leva a crer que, de fato, o governo de Caxias foi de grandes realizações para o progresso da Província. E porque assim pensamos, foi que resolvemos trazer alguma luz a esse pouco conhecido aspecto da vida do insigne brasileiro e mostrar aos riograndenses (1) o quanto devemos a Caxias como Presidente do Rio Grande do Sul, pois que já é bem conhecida sua ação como Pacificador da Província e, depois, como protetor da sua segurança e economia, na luta que manteve contra Oribe e Rosas.

Não é possível, nos limites de um artigo como este, examinar toda a obra do então Conde de Caxias no período de quase quatro anos em que governou o Rio Grande do Sul. Deixaremos essa tarefa a um historiador que, com maior profundidade, possa dar o merecido destaque à sua atuação nesse setor.

Vamos, apenas, comentar alguns trechos do Relatório apresentado por Caxias quando, por ocasião da abertura da "1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul", no dia 1 de março de 1846. Esse Relatório encontra-se no livro "Relatórios e Fallas", dos anos de 1829 a 1847, da Biblioteca da Assembléa Legislativa do Rio Grnde do Sul.

(1) O presente artigo foi publicado, com pequenas alterações, no "Correio do Povo", de Porto Alegre, em agosto último.

Tratando do Setor "Obras Públicas", inicia o referido Relatório: "Após os grandes elementos moraes da civilização, grandeza e fortuna dos povos, occupam o primeiro lugar entre os elementos materiaes de sua prosperidade as estradas, canaes, e pontes, que, facilitando as comunicações das Cidades, e Villas entre si, estreitam os laços de confraternidade, animam o commercio, despertam a industria, e augmentam a fonte das riquezas".

O trecho acima, não exige maiores comentários: é digno da autoridade de quem o escreveu; espirito evoluído, de um administrador arguto, enfim, de um estadista. E elle bem conhecia as necessidades da Província pois já a havia percorrido em todos os sentidos e apreciado as suas deficiências.

Por isso dizia: "e são tantas as suas necessidades a este respeito, que temo não poder indicar tôdas, contentando-me em mencionar as principaes".

Dada a importância e actualidade que nos revela esse Relatório, não podemos deixar de transcrever a parte que trata da abertura de canais e limpeza de rios. Diz ella: "A importância que vae adequando a Cidade de Pelotas, e o futuro de prosperidade que promete, estão reclamando com urgencia a abertura da barra do rio São Gonçalo.

De igual necessidade é a escavação do lugar denominado o Sangradouro na embocadura da lagoa Mirim, e o de baixo de Cançussu na Lagoa dos Patos: o que se pode fazer ou por meio de uma barca de escavação, ou de uma grade de ferro, a geito de charria agrícola, que arrastada por uma Barca de Vapor, arasse o alveo do rio, deslocando delle as areias e pondo-as à mercê da correnteza das agoas. O Canal da Barra no Rio Grande necessita também ser beneficiado.

Convem desde já destruir as cachoeiras que dificultam a navegação do Jacuhy, limpar o rio dos Sinos e o Vacacahy desde sua foz

no Jacuhy até a povoação de São Gabriel.

Para que seja navegavel todo o interior da Província, bastaria, por meio de um canal, estabelecer-se a comunicação Vacacahy ao rio Santa Maria, desde S. Gabriel até o passo de S. Borja, ou da Lagoa, o que é tão facil, como de inexplicavel utilidade, aproveitando as imensas lagoas (banhados) que medeiam entre aquellas paragens.

Lembro também a necessidade de se melhorar o ballizamento da Lagoa dos Patos, e de se collocarem quatro pharoes ou lanternas nas pontas de Itapoam, Christovam Pereira, do Bujurú, e do Estreito".

Vejam nossos leitores a visão do administrador! Se tivéssemos seguido os conselhos de Caxias, nossa rede hidroviária poderia contar hoje com 2.600 km, em vez dos 1.527 que é a quanto monta a quilometragem da navegação do Estado.

E maior significação tem o que há mais de 100 anos dizia o grande Presidente, se atentarmos para o fato de que o plano actual do governo gaúcho é exactamente o mesmo preconizado por Caxias (veja-se o mapa explicativo).

Se tivesse o governo realizado a ligação das bacias do Ibicuí e Jacuí, não digo há 100, mas há 50 anos, e mantido um serviço permanente de dragagem, possivelmente seria bem outra a situação da economia gaúcha.

Apesar, porém, de já existir a ferrovia ao Sul e uma rodovia ao Norte da linha Ibicuí-Jacuí, estando em fase adiantada a construção de outra rodovia ao Sul (a BR-37), apesar disso, ainda é a referida ligação um problema que preocupa os meios economicos do Estado, tanto que faz parte dos estudos da "Associação Pró-Desenvolvimento da Fronteira Oeste" os referentes à mencionada ligação.

Outro assunto para o qual Caxias dedicou especial atenção, foi para a construção de obras darte, o que mais uma vez vem demons-

trar o quanto fêz pelo progresso do Rio Grande, no período em que foi seu Presidente.

Diz o citado Relatório: "A Província necessita de pontes, mas quatro são de absoluta necessidade, uma no passo real do Piratiny, cuja planta e orçamento foram feitas por ordem minha, e obra posta em arrematação; outra no Jacuhy um pouco acima do passo real; lugar muito próprio para uma ponte por ser alli o rio atravessado por uma restinga de pedra, que lhe pode servir de base: feita a planta por ordem minha, foi orçada a obra em 101:385\$000; outra no passo real do Butucahy, e outra no passo de S. Simão, no Ibicuihy".

Na própria cidade de Porto Alegre, Caxias mandou executar algumas obras, das quais examinaremos uma delas.

Existia no lugar onde hoje está a ponte de pedra do Riacho (2) uma velha ponte de madeira, que constantemente exigia reparos.

Vamos procurar reconstituir a história da ponte atual.

No Arquivo Municipal de Porto Alegre existe preciosa documentação sobre a administração de Caxias, onde fomos buscar o ofício abaixo, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Capital:

"Em solução aos officios que essa Camara me dirigio em 9 de Dezembro e 29 de Janeiro ultimos, tenho a dizer a Vmces. que ao Capitão Inspector das obras Provinciais, ordenei, que em vista da Planta da Cidade que existe no arquivo dessa Camara, passe a dar o alinhamento da ponte de pedra que se vai construir no Riacho, ficando Vmces. autorizados para desapropriar da Chacara fronteira, o terreno preciso para o seguimento da rua.

Deus Guarde a Vmces. Palacio do Governo em Porto Alegre,

26 de Fevereiro de 1846. Conde de Caxias."

Vemos, assim, que, em 26 de fevereiro, o Presidente da Província já dava solução ao assunto, o que também se verifica por um ofício de 2 de março de 1846, do Capitão Inspector das Obras Provinciais, João Alvares Ferraz d'Elly, dirigido ao Conde de Caxias, no qual declara: "Em cumprimento do que V. Exa. ordenou-me em seu ofício de 26 do mez p. passado, dei o alinhamento para se construir a Ponte do Riacho, de que é empresario João Baptista Soares da Silveira e Souza". (Arquivo Municipal de Porto Alegre).

Seria interessante, como subsídio para a história da cidade, estabelecermos, com certa precisão, a data em que foi iniciada a construção da referida ponte.

É ainda do Relatório já mencionado: "Depois de ter mandado concertar por varias vêzes a ponte de madeira do riacho, nesta Cidade, tive por mais vantajoso, attendendo ao seu estado de ruina, de fazer construir nova ponte de pedra na embocadura da Rua da Figueira, como lugar mais favoravel ao transito publico; feita a planta, e o orçamento, poz-se a obra em arrematação, e já nella se trabalho".

Ora, esse Relatório, como vimos, tem a data de 1 de março, portanto podemos dizer que a nossa tão conhecida Ponte de Pedra teve sua construção iniciada entre 26 de fevereiro e 1 de março de 1846.

O que é de se salientar, nesse caso, é a rapidez com que foi iniciada a construção da obra, pois decorreram somente 3 meses, desde o início das primeiras providências, até que já "nela se trabalhasse".

Só temos, pois, louvores para com a Prefeitura de Porto Alegre que, nos planos de urbanização elaborados, conservou essa ponte

(2) "Riacho" é o nome genérico pelo qual a população de Porto Alegre conhece o arroio Dilúvio, que corre bem próximo ao centro da cidade. Esse arroio está sendo retificado, por meio de um canal, sendo que seu leito antigo está quase aterrado. Com isso, a Prefeitura saneou uma grande área sujeita a constantes inundações e está construindo uma bonita avenida, em ambas as margens do canal.

como monumento histórico da cidade, num recanto de uma linda praça, sobre pequeno lago artificial a ser criado. E maior destaque terá ainda, quando fôr construído o grandioso Teatro Municipal, que terá a histórica Ponte de Pedra bem em frente à sua entrada principal.

Retomando nesse assunto, de analisar a obra administrativa de Caxias no Rio Grande do Sul, transcreveremos outro trecho do relatório de 1 de março que, mais uma vez, demonstra o vulto das

uma vez o mandasse concertar, necessita agora ser substituído por novo.

Para maior aumento e prosperidade da Colônia de S. Leopoldo, e por consequente da Província, convém mandar-se construir uma ponte de pedra naquella povoação outra no Rio da Feitoria na picada dos Dous Irmãos; e uma pequena ponte no passo da Sapocaia.

Mandei concertar as pontes arruinadas: dos Palmares, dos Ferreiros, do Bernabé, e do Gravatáhy".



Fig. 1

obras realizadas pelo preclaro Presidente e que, inexplicavelmente, viviam no esquecimento.

Diz o referido relatório: "Mandei pôr em arrematação a construção de uma ponte de pedra, no passo do Rio dos Sinos, junto à Villa de S. Antonio, a qual foi orçada em 26 : 120\$000 réis.

Lembro também a necessidade de uma ponte no arroio Santa Barbara em Pelotas, que facilite o transitio dos habitantes daquelles lugares.

Outra no Ibirapuitam, perto da Villa de Alegrete.

O pavimento de madeira da ponte do Rio Pardo acha-se bastante arruinado, e posto que já

Já se cogitou de erguer uma estatua ao imortal Pacificador em Porto Alegre, mas não sabemos qual a razão de ter ficado relegada ao esquecimento iniciativa tão justa.

Os paulistas já saldaram sua dívida para com o eminente Marechal, fazendo parte das comemorações do 4º centenário da fundação de S. Paulo, a inauguração de grandiosa estatua equestre de Caxias.

Quando chegará a vez de os gaúchos, sempre tão generosos e reconhecidos, deixarem gravada, no simbolismo eterno do bronze, a imorredoura gratidão ao inesquecível Pacificador e Presidente do Ro Grande?



Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico

Conferência realizada pelo Exmo. Sr. General de Divisão JUAZ DE DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA, no Ministério das Relações Exteriores perante a Comissão Nacional de Assistência Técnica

1. INTRODUÇÃO

1.1 É grande honra para mim estar a abrir, nesta oportunidade, a série de Conferências programadas, para o corrente ano, pela Comissão Nacional de Assistência Técnica — órgão integrante do nosso Ministério das Relações Exteriores e incumbido da ligação entre o Governo Brasileiro, de um lado e, de outro lado, as organizações das Nações Unidas e dos Estados Americanos, no pertinente à assistência técnica patrocinada por esses organismos internacionais.

Essa honra é acrescida, ainda, pelo fato de nos distinguirem a todos, com sua presença neste ato inaugural, eminentes homens públicos, civis e militares, de nossa Pátria e por cuja deferência confesso, desde logo, meu sincero reconhecimento.

1.2 Lamento que os afazeres de meu posto na Escola Superior de Guerra me não hajam permitido organizar exposição original, inteiramente enquadrada nas finalidades do Curso agora aqui inaugurado.

Para atender, em tempo útil, a honrosa incumbência que me foi atribuída, tive de socorrer-me de teses expostas noutra oportunidade, e agora apenas refundidas em sua forma e atualizadas em seus dados estatísticos de base.

1.3 Foi mantido o título da primitiva palestra — “Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico” — cabendo, agora, como antes, a seguinte observação preliminar sobre a inteligência do tema:

Não é meu intuito esboçar, aqui, uma equação geral do nosso pro-

blema econômico — matéria muito complexa e integrada por fatores ainda demasiadamente sujeitos a controvérsias — para ser convenientemente enquadrada, em seu conjunto, num simples trabalho pessoal e sumário, como este...

Tentarei apenas levantar um balanço sucinto de nossas realidades econômicas, apontando, em seguida, algumas das causas que, mais diretamente, podem haver concorrido para os aspectos deficitários dessa realidade, e lembrando, finalmente, algumas providências que parecem impor-se para corrigir ou atenuar os seus efeitos depressivos sobre o nosso desenvolvimento econômico.

2. NOSSAS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS

Somos um país de grandes possibilidades econômicas, decorrentes, entre outras, das seguintes causas naturais:

2.1 Extensão e natureza da área habitável.

Possuímos uma superfície de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, toda ela economicamente habitável.

Isso nos coloca entre as seis nações senhores de maiores domínios territoriais no mundo: o Império Britânico, a França com suas Colônias, a Rússia, a China e os Estados Unidos da América do Norte.

2.2 Grande aproveitabilidade do solo.

Não possuímos desertos, nem consideráveis superfícies de águas interiores.

A própria zona chamada das sêcas é cultivável em épocas normais e poderá incluir-se, mediante um aproveitamento mais racional de suas águas de chuva e através de apropriados sistemas de irrigação, entre os tratos mais produtivos do território nacional.

Seu enorme desenvolvimento no sentido dos meridianos e o modelado em altiplano de seu "hinterland" proporcionam-lhe climas adequados e quase todas as culturas conhecidas.

Sua área florestal é enorme, cobrindo, só a Hiléia Amazônica, vá-

rias centenas de milhares de quilômetros quadrados.

2.3 Relativa riqueza do subsolo e da fauna ictiológica.

Há no subsolo brasileiro muitos dos recursos indispensáveis à estruturação do desenvolvimento industrial moderno:

— o ferro, o manganês, os fundentes e refratários — alimentadores da indústria siderúrgica — existem em quantidades e com qualidades mais que satisfatórias. E, embora a produção de coque metalúrgico ainda constitua um problema não satisfatoriamente resolvido, poderá ter, em último caso, um derivativo na produção do carvão vegetal e da energia elétrica;

— o calcário, o gesso e a argila garantem bases sólidas para a fabricação do cimento — elemento essencial da indústria de construções;

— o enxôfre (piritas), o sal marinho e várias matérias-primas para fertilizantes (potássicos, azotados e fosfatados) abrem portas largas às indústrias químicas de base;

— a área sedimentar possivelmente petrolífera equivale a cerca de 6 % da área sedimentar de todo o planeta; e, complementariamente, a existência do xisto pirobetuminoso, em grandes quantidades, no vale do Paraíba e, sobretudo, no chamado "horizonte irati", e de abundantes matérias-primas para produção de álcool carburante — são elementos favoráveis para a solução do problema nacional de combustíveis líquidos.

Por outro lado, a fauna ictiológica, quer oceânica, quer de águas interiores, constitui verdadeira riqueza a desafiar nossa capacidade de empreendimento.

2.4 Existência de consideráveis recursos de energia hidráulica.

Colocamo-nos, favoravelmente, entre os países que dispõem de maior potencial hidráulico visível (cerca de 20 000 000 HP) localizado, em grande parte, em zonas já relativamente povoadas e economicamente ativas. Tal potencial, se devidamente aproveitado (mediante ampliação dos desníveis na-

turais, regularização dos deflúvios, etc.) poderá elevar-se a 40, ou mesmo 50 milhões de quilowatts. (A potência até agora instalada apenas se aproxima a 2 milhões de quilowatts).

2.5 Apreciável cifra absoluta da população.

Nossa população já ultrapassa a casa dos 50 milhões de habitantes, colocando-nos, nesse particular, acima do Reino Unido, da França e da Itália, e abaixo, apenas, da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos, Japão, Alemanha e talvez, da Indonésia.

3. NOSSAS REALIDADES ECONÔMICO-SOCIAIS

Apesar das grandes possibilidades com que nos dotou a natureza, enfileiramo-nos, ainda, sob vários aspectos, entre as nações efetivamente mais pobres e atrasadas da comunidade terrestre, conforme pode deduzir-se dos seguintes fatos revelados pela estatística (ver quadros anexos).

3.1 Situação demográfica.

O Brasil é ainda um dos países menos povoados da terra, com uma densidade de população de pouco mais de 8 habitantes por quilômetro quadrado, insuficiente para uma ocupação efetiva do território. A taxa de natalidade por 1 000 habitantes é bastante elevada chegando a 43, enquanto nos Estados Unidos é de 23,4, na Argentina de 25 e na França de 20,4. Por outro lado a taxa de mortalidade por 1 000 habitantes (média das principais capitais) é bastante elevada: 18,5 enquanto naqueles países é de 9,6, 9,1 e 12,6 respectivamente. Os saldos de natalidade sobre mortalidade constituem um elemento favorável ao seu desenvolvimento, proporcionando um aumento anual de população que atualmente ultrapassa 1 milhão de habitantes. A vida provável média de ambos os sexos é, entretanto, muito baixa em nosso País sendo pouco superior a 40 anos, ao passo que nos Estados Unidos chega a 63, na Austrália a 68 e na França a 58. As grandes taxas de natalidade e mortalidade e o pequeno limite de vida

são índices que incluem o Brasil entre os países subdesenvolvidos.

3.2 Situação energética e alimentar.

A nossa situação sob o ponto de vista de utilização energia elétrica é das mais baixas do mundo, alcançando a potência instalada em usinas a apenas 36 watts "per capita", que fornecem anualmente cerca de 170 quilowatts-hora por habitante. Essas taxas são respectivamente, nos Estados Unidos, 550 e 2544; no Canadá, 720 e 4270; na Argentina 105 e 272; e no México 49 e 196.

O nosso consumo "per capita" de petróleo é de 109 kg/ano, contra 345 kg, no México, 490 kg, na Venezuela e cerca de 600 kg, na Argentina.

O consumo anual global de energia (hidrelétrica + carvão + petróleo + lenha) "per capita" coloca-nos em situação ainda mais desfavorável. Tomando esse consumo por seu equivalente em carvão, verificamos um consumo de apenas 220 quilogramas de carvão, enquanto nos Estados Unidos é de 7960, na França 2160, na Argentina 770 e no México 610. Essa situação ainda se agrava pelo fato de o maior dispêndio de combustível para obtenção de energia correr por conta de lenha, o que implica numa tremenda devastação de nossas florestas, com tôdas as consequências funestas de secas, mudança de regime de rios e de erosão, para citar apenas as principais.

Por outro lado, o brasileiro vive em estado de subnutrição, já que as disponibilidades alimentares por habitante alcançam apenas a 2340 calorias por dia, contra 3140 nos Estados Unidos; 3060, no Canadá; 2730 na Argentina e 2690 na França. É superior a da Índia, com 1620 e de outros países subdesenvolvidos do Oriente.

Essa deficiência resulta, em parte, do baixo rendimento de nossos métodos agrícolas, conseguinte, por sua vez, do pequeno uso de maquinaria na lavoura e do mau aproveitamento da terra. Dispomos de apenas 0.5 trator por mil habi-

tantes, enquanto, já em 1948, os E. Unidos, dispunham de 24,2, a Austrália de 11 e a Argentina de 1,3. Por outro lado, enquanto se emprega no Brasil anualmente cerca de 1 quilograma de fertilizantes "per capita", essa taxa é de 29 nos Estados Unidos, 14,3 no Canadá, 44 na Austrália e 26 na França. Na Índia é de apenas 0,23 e na China é de 0,20.

3.3 Situação dos transportes e comunicações.

Um dos pontos mais fracos da economia brasileira reside na debilidade do seu sistema de circulação. Enquanto as ferrovias americanas transportam cerca de 5 700 toneladas-quilômetro por habitante e as argentinas 995, as brasileiras não vão além de 150. A esse fato junta-se o pequeno número de veículos automóveis em uso no País. Enquanto nos Estados Unidos há cerca de 32 veículos automóveis para cada 100 habitantes, na Austrália 16, na Argentina 3,3, no México 1,1, no Brasil há apenas, cerca de 0,8.

Em matéria de comunicações, tão necessárias às atividades hodiernas, estamos também em situação precaríssima. Considerando apenas o número de telefones por 100 habitantes, verificamos os índices de 27 para os Estados Unidos, 12,6 para a Austrália, 4,2 para a Argentina, contra 1 apenas para o Brasil.

3.4 Situação econômica.

As nossas trocas comerciais com outros países são muito baixas ainda. Enquanto cada brasileiro exportava em média 26 dólares, um argentino exportava 94 e um canadense 210. Por outro lado enquanto cada brasileiro importava 21 dólares, um argentino importava 78 e um canadense 211.

Se considerarmos a renda nacional, a situação é ainda precária. A renda nacional "per capita" não chega, no Brasil, a 150 dólares, enquanto nos Estados Unidos é de 1550, no Canadá 940 e na França 508, na Argentina de 250.

3.5 Situação social.

O índice de analfabetismo subia, em 1950, a mais de 57 % da população recenseada, com idade superior a 5 anos.

A frequência às nossas escolas primárias é ainda de 79 estudantes para cada 1 000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos é de 126, no Canadá de 132, na Argentina de 123 e no México de 117.

Se olharmos para o ensino superior, a nossa posição é ainda mais desfavorável, contando o País, para cada 1 000 habitantes, apenas com 0,6 estudantes, ao passo que nos Estados Unidos seu número é de 17, no Canadá é de 5 e no México 1,4.

A pior crise, porém, do nosso ensino reside na formação de técnicos — sobretudo os de grau médio — e na mão-de-obra especializada, cuja carência generalizada é responsável, em grande parte, pelo atraso e desorientação de nosso desenvolvimento econômico. Segundo dados citados em recente exposição do Professor E.L. de Oliveira Júnior, as percentagens de técnicos de nível superior (engenheiros) e de grau médio, em relação ao número global de empregados nas atividades industriais americanas variam, respectivamente, de 2,2 a 3 % e 6 a 8,3 %. Se nos dermos o trabalho de calcular os valores dessas percentagens, tomadas sobre a cifra global de nossos trabalhadores industriais e, em seguida, cotejá-los com as existências de engenheiros e técnicos de grau médio que possuímos, poderemos ter uma idéia concreta da gravidade do problema.

Outro índice bastante significativo do nosso baixo nível cultural médio é o consumo de papel jornal, que alcança apenas 1,8 kg por habitante, contra 36 nos Estados Unidos, 23 no Canadá, 8,0 no Uruguai, 7 na França e 4,6 na Argentina.

Igualmente baixos são os nossos índices no tocante à assistência hospitalar.

Mas fechemos as estatísticas...

4. CAUSAS DE NOSSA DEBILIDADE ECONÔMICA

Entre as causas eficientes dessa pobreza econômica e atraso social, podem arrolar-se as seguintes:

4.1 Dispersão da população sobre uma área enorme, dentro da

qual seu valor relativo se amesquinha.

A densidade média de nossa população é de apenas 6,5 habitantes por quilômetro quadrado. E, na maioria de suas áreas compreendidas nas Regiões norte e centro-oeste é inferior a 1 habitante por quilômetro quadrado.

4.2 Precariedade das interligações econômicas dos numerosos pequenos grupos populacionais disseminados no território — segregando-os e anulando-os como fatores ativos da economia nacional.

4.3 Dificuldades opostas à atividade humana pelo clima tropical existente na maioria das áreas (calor, umidade, endemias tropicais, etc.) e pela aciditação do solo (pouca adaptabilidade ao trabalho mecanizado, rápido desgaste do húmus pela erosão, encarecimento dos transportes, etc.).

4.4 Quase completo desaparecimento do nosso homem para enfrentar, vantajosamente, esses óbices da natureza (ignorância, insuficiência física, escassez de máquinas e de energia, falta de assistência técnica e social) conduzindo, de um lado, a processos empíricos e anti-econômicos de produção; e, de outro lado, a um esgotamento prematuro das terras cultiváveis.

4.5 Fraco espírito de iniciativa individual, especialmente para empreendimentos pioneiros, agravado, de um lado, pelas dificuldades de crédito e de assistência técnica, e de outro, pela sedução crônica do empreguismo oficial, usada e abusada no país, como instrumento de formação de clientelas políticas.

4.6 Desorganização do nosso comércio internacional, sujeito à especulação de poderosos grupos de intermediários, geralmente controlados por estrangeiros, que, além de explorarem os produtores e os consumidores, desvinculam da economia nacional boa parte do contravalor dos produtos exportados.

4.7 Ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos — agravada pelo desrespeito impune às poucas normas já estabe-

lecidas, o que nos tem conduzido, por um lado, a um desenvolvimento anárquico de nossa economia, e, por outro lado, a uma atividade de aventura e saque contra as nossas riquezas naturais — desde a devastação inconsciente das matas, pelas queimadas para roças, e extinção de espécimes das faunas terrestre e aquática interior, pela caça e pesca, por processos destrutivos, em épocas de criação, até a lavra gananciosa de nossas jazidas minerais.

4.8 Exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da alçada municipal — agravada pela incapacidade crônica dos governos e da elite política que o integra, como órgãos de concepção de conjunto, de coordenação geral e de controle efetivo, para a impulsão harmônica das atividades econômicas do país.

4.9 Ausência de coordenação intergovernamental, capaz de prolongar, racionalmente, o esforço federal pela ação estadual e esta pela atividade municipal — pelo menos no tocante à solução dos problemas mais importantes.

4.10 Emprêgo desordenado dos escassos recursos financeiros disponíveis (dispersão e ausência de prioridades em favor dos empreendimentos mais importantes ou mais urgentes), agravado pela tendência generalizada de sobrecarregar o Estado com tarefas estranhas à sua alçada específica.

5. ALGUMAS INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS

Aí está delineado um quadro sumário das causas de nossa debilidade como organismo econômico.

Como terapêutica capaz de corrigir ou, pelo menos, atenuar tais causas, animamo-nos a sugerir, como simples bases para estudos mais acurados, as seguintes providências:

5.1 Preparo cuidadoso e urgente da formação de técnicos de todos os graus e de mão-de-obra especializada, em proporções capazes de atender o desenvolvimento acele-

rado e racional de todos os setores fundamentais de nossa atividade econômica.

5.2 Planejamento econômico de conjunto, prevendo a ação simultânea dos governos (federal, estaduais e locais) e de particulares, no sentido de atingir, por ordem de urgência, determinados objetivos fundamentais, entre os quais devemos destacar:

a) aproveitamento adequado de nossas fontes de energia, nomeadamente:

- carvão mineral e, complementariamente, carvão de madeira (sobretudo o de babaçu);
- petróleo de jazidas naturais e óleo de destilação de xistos e, complementariamente, álcool carburante;
- gás natural e gás de destilação de xistos e de oleaginosas (sobretudo do babaçu);
- energia hidráulica;
- energia eólica.

Esse aproveitamento deve proporcionar-se visando, inicialmente, satisfazer as necessidades locais e, em seguida, as regionais e nacionais, mediante complementação racional das fontes de energia disponíveis:

b) desenvolvimento racional e equilibrado dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos, complementando-os entre si e aproveitando, ao máximo, as vias naturais de navegação — rios e orla oceânica;

c) aumento substancial e econômico da produção primária — gêneros alimentícios e matérias-primas em geral — de forma a não só abastecer normalmente o mercado interno, como permitir uma colocação competitiva dos excedentes nos mercados internacionais.

Isso deverá resultar, fundamentalmente de três fatores:

- a mecanização progressiva das atividades rurais, sob melhor orientação técnica e dispondo de suficiente mão-de-obra especializada;
- a extensão e o barateamento do crédito, sob base preferentemente cooperativa;
- a reeducação psicológica dos trabalhadores rurais, no sentido de

se esforçarem por produzir mais e melhor, como meio de elevar seu padrão econômico-social;

d) desenvolvimento satisfatório e paralelo das indústrias de base — metalúrgicas, químicas e de materiais de construção (não ferrosos) — sobretudo mediante incentivos seguros à iniciativa privada;

e) estabelecimento de prioridades em favor de determinadas indústrias derivadas que mais diretamente interessem ao desenvolvimento harmônico de nossa estrutura econômica;

f) racionalização de nosso intercâmbio internacional, objetivando, — de um lado, vincular à economia nacional o máximo possível do contravalor dos bens exportados, e — de outro lado, disciplinar as importações, empregando, preferentemente as divisas da exportação na aquisição de bens de elevada utilidade geral.

5.3 Redistribuição mais racional das atribuições comuns (e, talvez de algumas das privativas) das três esferas administrativas do país — federal, estadual e municipal — pelo menos no tocante às atividades econômicas — mediante convênios ou acordos, que permitam o seu exercício articulado e harmônico, em extensão e profundidade, para que, sem dispersão de esforços e desperdício de recursos, supervisionem, fiscalizem e executem o plano geral de desenvolvimento de nossa economia, que venha a ser estabelecido.

5.4 Melhoramento, simultâneo, da capacidade do homem brasileiro, como fator econômico, parecendo-nos aconselhável para isso:

a) melhorar-lhe, de forma extensiva, as aptidões gerais para sobreviver e progredir, ministrando-lhe, na própria escola primária, além da alfabetização, noções práticas de como premunir sua saúde e trabalhar com mais eficiência no meio que habita;

b) estimular-lhe a capacidade produtora, evitando, em nossa legislação social, qualquer dispositivo, conducente à ilusão de que é possível, num país pobre como o nosso, ganhar-se realmente mais,

trabalhando-se efetivamente menos;

c) desenvolver e amparar decididamente seu espírito de associação e de previdência, sobretudo nos meios rurais (através, por exemplo, da prática sindical-cooperativa), como meio mais adequado para,

— de um lado, tornar-lhe exequível a assistência impessoal do governo, por intermédio de suas associações profissionais, e,

— de outro lado, garantir-lhe não só remuneração adequada aos seus esforços, pelo controle dos mercados de distribuição ao consumo (eliminação de intermediários dispensáveis) como, também, uma razoável cobertura contra os imprevistos que possam interferir em sua atividade;

d) ampliar a assistência técnica e o auxílio de mão-de-obra qualificada a todos os ramos da produção, por intermédio das respectivas associações profissionais, que deverão participar largamente na formação de tais elementos;

e) estimular-lhe direta e indiretamente o gosto pelas iniciativas pioneiras, destinadas a mobilizar, em larga escala, nossas riquezas potenciais,

— facilitando-lhe, de um lado, crédito equitativo (barato e apolítico), assistência técnica adequada, transportes suficientes e econômicos, e tributações fiscais compreensivas, e

— de outro lado, reduzindo as atrações do empreguismo público, retraindo-lhe pelo menos os privilégios mais sedutores — menos horas de trabalho e melhores níveis de remuneração.

5.5 Estimular a cooperação de empreendedores, de técnicos e de capitais estrangeiros para essa mobilização pioneira de nossos recursos potenciais, mediante a promulgação de uma lei nacional de investimentos, que lhes garanta remuneração adequada aos esforços e aos capitais importados, sem prejuízo de interesses essenciais da economia nacional.

6. ALGO SOBRE A APLICAÇÃO DESSA TERAPEÚTICA

Minuciemos algo, agora, sobre a aplicação dessa terapêutica.

6.1 A articulação harmônica, em extensão e profundidade das três órbitas administrativas de nossa federação, só poderá realizar-se, de vez, atribuindo-se constitucionalmente, a cada uma delas, as tarefas mais adequadas às respectivas alçadas.

Parece-nos, atendendo ao espírito de nossa federação, que:

a) à União, única entidade soberana, devem caber:

— a competência de normar, em termos nacionais, o equacionamento dos problemas de interesse geral e supervisionar-lhes as soluções,

— a execução privativa dos serviços referentes à defesa nacional e às relações internacionais ligadas diretamente ao exercício de sua soberania;

b) aos Municípios — únicas entidades administrativas em contacto direto com as realidades do ambiente social e do meio físico que sobre ele reage; única, portanto, em condições de sentir efetiva e imediatamente, na própria origem, as necessidades primárias daquele ambiente, de ajuizar, com conhecimento de causa, o modo mais adequado de atendê-las, de graduar o esforço administrativo, ou modificá-lo oportunamente, para condicioná-lo às imposições do meio sobre os elementos que o habitam — devem caber, em princípio, todas as demais tarefas executivas;

c) aos Estados — alçada intermediária, quase abstrata entre a alçada soberana da União e a concreta, real do Município — deve caber, fundamentalmente, a simples, mas delicada tarefa de adaptar, em cada caso, a norma geral ditada pela União, às peculiaridades locais dos seus Municípios, ou grupos de municípios, e, só complementar ou suplementarmente, quando fôr o caso, responsabilizar-se por tarefas executivas.

Reconheço que isso significa uma revolução político-administrativa, cujo natural e necessário comple-

mento seria uma outra, de natureza fiscal, importando:

— de um lado, em nova discriminação de rendas, entre a União, os Estados e os Municípios — não aleatória e arbitrária, como a atual, baseada na repartição apriorística das fontes de tributos — mas efetiva e racional, em função dos encargos atribuídos a cada órbita administrativa; e

— de outro lado, em completa transformação do nosso complicado, caro e asfixiante aparelho de arrecadação, que poderá ser, em sua maior parte, concentrado no Município sob dupla fiscalização do Estado e da União.

6.2 O estímulo legal e efetivo à aglutinação dos agentes das atividades econômicas — notadamente das rurais — deverá processar-se, em sua base, sob as vistas do Município, através de consórcios profissionais distritais e centralizações desses consórcios, nos Municípios, de onde sairiam, espontaneamente, as organizações cooperativas fundamentais de consumo, de crédito e de produção.

Essas organizações se ampliariam na órbita do Estado, sob a forma de federações estaduais de consórcios profissionais e de cooperativas, integrando-se, finalmente, no âmbito da União, sob a forma de confederações nacionais de consórcios e de cooperativas.

Através de tais organizações poderiam processar-se, de forma extensiva e eficiente, pelo menos, a assistência técnica e a distribuição de crédito aos agentes das atividades agrárias, simultaneamente, em todos os recantos do País.

Tudo isso já foi realidade legal em 1934, através do Plano de Organização Agrária, então elaborado pelo Ministério da Agricultura, com apoio no Banco Nacional de Crédito Rural, na Lei dos Consórcios Profissionais-cooperativos e na Lei Geral de Cooperação.

6.3 A revisão que parece impor-se à nossa atual legislação social deve visar, fundamentalmente, a corrigir o seu caráter fracionário e unilateral, estendendo, de um lado, no que for possível, os bene-

fícios já propiciados ao proletariado urbano, aos trabalhadores rurais; e, de outro lado, fixando, para uns e para outros, deveres em consonância com os direitos que lhes são assegurados.

Complementarmente, deve visar, — de um lado, a engrenar, efetivamente, o trabalhador nos sistemas associativos e assistenciais de que é beneficiário — confiando-se-lhe, como é de justiça, plena autonomia para a escolha de seus dirigentes sindicais (ressalvadas medidas legais prévias, contra a infiltração, aí, de elementos extremistas) e participação efetiva, correspondente à sua quota de contribuição, na gestão dos Institutos de Previdência Social de que depende; e

— de outro lado, a estimular o esforço produtivo individual, remunerando-o em função de sua eficiência, ao invés de fazê-lo segundo critério igualitário de salários, e dando-lhe, ademais, participação equitativa nos lucros de empresa, também na proporção daquela eficiência.

6.4 Esse aumento de capacidade produtiva do homem brasileiro só se verificará, de forma extensiva, dando-se aos Municípios meios adequados de propiciar à população escolar — urbana e rural — mesmo com precedência sobre a simples alfabetização:

a) o ensino prático do ofício urbano ou de atividade rural (agricultura, pecuária, pequenas indústrias domésticas delas derivadas, e indústrias extrativas animal, vegetal ou mineral), conforme o caso, para os meninos, e de prendas domésticas e indústrias caseiras, para as meninas;

b) educação física e rudimentos de higiene individual, aqui incluída a alimentação racional;

c) noções de previdência e solidariedade sociais; e de educação moral e cívica;

d) ensino prático sobre preservação e restauração do patrimônio natural do País, nomeadamente no tocante à:

— refertilização e conservação dos solos agrícolas,

— exploração racional, replantio e proteção das florestas, e,

— obediência devida às leis de proteção à caça e à pesca, esta especialmente em águas interiores.

Sem esse preparo básico do homem para a vida, o habitante do interior, mesmo alfabetizado, continuará a atividade rotineira de seus avós, ou, o que é pior, abandonará, com intensidade cada vez maior, o meio rural onde nasceu, em busca de emprego ou de aventura nas grandes capitais...

Sei que isso importará numa outra espécie de revolução — a revolução educacional. Mas pergunto: — Não valerá a pena realizá-la para que melhor possamos sobreviver?

6.5 O problema da saúde, complementar à preparação básica da educação física, e da higiene individual (aí incluída a alimentação adequada), ministrada na escola pública, deve abranger dois aspectos capitais:

— o da erradiação ou neutralização de determinadas endemias tropicais, afetando sobretudo, largas massas de trabalhadores rurais,

— e o combate às moléstias infecciosas, que também afligem aqueles trabalhadores, mas dizem-mam, sobretudo, o proletariado urbano.

Constitui assunto complexo, ligado de condicionantes técnicas, algumas das quais já afortunadamente equacionadas, e cujas minúcias escapam aos limites desta palestra.

6.6 No que tange à cooperação dos transportes, deve a mesma ser encarada objetivamente, no sentido de realizar a interligação mais econômica possível dos centros de produção e de consumo, combinando, para isso, racionalmente, os vários meios de transportes.

Já há equacionamento razoável para os sistemas de transportes terrestres (ferro e rodoviários), embora ainda considerados de forma mais ou menos independente.

Faz-se mister ampliá-lo, para abranger os transportes aquaviários (oceânicos e interiores) e aeriários, e, sobretudo, coordenar

o seu funcionamento conjunto em função do bem comum.

6.7 No tocante ao comércio internacional, impõe-se:

a) de um lado, aumentar, razoavelmente, o contravalor dos bens exportados a integrar na economia nacional,

— pela supressão dos intermediários evitáveis entre o produtor nacional e o consumidor estrangeiro, através de organizações cooperativas,

— pelo transporte, sob bandeira nacional, até os portos de importação dos produtos exportados; e

b) de outro lado, disciplinar (pelo menos inicialmente) as importações através, sobretudo, de imposições de tarifas crescentes, em princípio, com o grau de acabamento industrial dos produtos importados, e decrescentes com a maior utilidade ou imprescindibilidade desses bens para a satisfação de necessidades gerais do consumo ou para o desenvolvimento econômico do País.

6.8 Quanto, finalmente, ao estímulo a ser proporcionado à cooperação estrangeira, sob seus três aspectos principais — investimento de capitais, auxílio técnico e iniciativa empreendedora — entendemos que o meio mais hábil de despertá-lo será a definição legal de uma política de garantias e compensações a largo prazo.

Tal política poderia consubstanciar-se numa lei de investimentos, onde se definissem claramente,

a) de um lado, as garantias asseguradas ao capital realmente investido e aos frutos do esforço dos colaboradores estrangeiros, tais como,

— limites de remuneração atraentes,

— convênios com os países de origem sobre dupla tributação de renda,

— livre exportação de fundos correspondentes a juros e amortizações do capital, dividendos de empresa e remunerações pessoais;

b) de outro lado, as limitações consideradas necessárias;

— à integração na economia nacional de parte substancial da ri-

queza mobilizada, com o auxílio estrangeiro, e

— a nacionalização progressiva dos capitais investidos, à medida de sua amortização ou, quando fôr o caso, após o decurso de longos prazos.

1. ALGUMAS CONCLUSÕES NECESSÁRIAS

Alinhemos, antes de encerrar esta palestra, e em face das considerações expostas, algumas conclusões necessárias.

7.1 O nosso desenvolvimento econômico deve processar-se, logicamente, da base para o vértice, isto é, com prioridade da produção abundante e barata de matérias-primas e gêneros alimentícios necessários ao abastecimento do mercado interno, sobre o desenvolvimento do parque industrial — não implicando isso, necessariamente, em freiar esse desenvolvimento; mas apenas discipliná-lo.

É nesse sentido que devemos interpretar, hoje, esta afirmação de Alberto Torres — "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; e toda ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos".

O esquecimento dessas verdades está a ameaçar-nos com uma dupla crise econômica e social — conseqüentes, ambas, da margem cada vez menor de concorrência que nos vão deixando os nossos competidores nos mercados internacionais de matérias-primas, apesar da baixa remuneração de nossos trabalhadores rurais; e agravada, à última, pela escassez crescente e paradoxal de alimentos num país considerado essencialmente agrícola...

7.2 Só o desenvolvimento adequado da produção agrária propiciará base segura para a consolidação e expansão de nossa estrutura industrial, que receberá dos campos gêneros alimentícios e matérias-primas abundantes e baratas, e lhes fornecerá, em troca, novas máquinas e manufaturas que lhes estimularão, cada vez mais, o

ritmo de progresso econômico-social.

Criar-se-á, então, um ambiente inverso desse desajustamento em que nos debatemos, com afluxo crescente de mão-de-obra para as cidades sem meios de alimentá-la; diminuição de braços no interior, sem aumento correspondente de mecanização, para compensá-la; insatisfação generalizada e recriminações reciprocas num e noutro desses dois setores da vida nacional,

7.3 A solução do já angustioso problema da produção abundante e barata de matérias-primas e de gêneros alimentícios — sem a qual cairá, pela base (inclusive por falta de clientes), o nosso edifício industrial — não está, a nosso ver, exclusivamente nas mãos do Governo Federal, nem mesmo, nas dos governos estaduais, embora se empenhem, todos eles, em gastar rios de dinheiro, no encaicho de soluções teóricas, ideadas pelos técnicos oficiais e tramitadas pela burocracia citadina, mais ou menos a "revelia dos verdadeiros interessados.

Poderá, porém, sê-lo, e em pouco tempo, se esses governos se dispuserem a abrir mão da aplicação direta de boa parte das suas rendas em benefício dos governos municipais e da iniciativa privada para que cooperem como devem, na sua execução, a começar pela formação, em escala ampla, de técnicos de grau médio e de mão-de-obra qualificada.

Parece-nos evidente que a atual incapacidade financeira do Município, acompanhada das deficiências locais daí decorrentes, tem sido e será, em escala progressivamente crescente, se não fôr remediada quanto antes, a "causa mater" do tremendo desajustamento econômico-social criado entre o campo e a cidade, entre a economia agrícola e a economia industrial.

7.4 A organização da produção à base sindical-cooperativa constitui — no atual estágio de nossa vida político-administrativa — o caminho mais seguro para reagirmos contra a aventura comercial,

que Tórres classificou como o "mais nefasto impulso da civilização contemporânea".

Tal organização libertará a produção e o consumo, até onde isso é razoavelmente possível, das influências perturbadoras do patrão, da usura e do intermediário, simplificando e racionalizando a cadeia econômica.

Dará substância própria às atividades agrárias, permitindo-lhe:

— autofinanciamento relativo, através de suas organizações cooperativas de crédito;

— melhor orientação técnica, através da formação e da utilização, em comum, de técnicos de grau médio e de mão-de-obra qualificada;

— maior rendimento, através da compra ou arrendamento, também em comum, da aparelhagem mecânica de que carece; e

— paralelamente, o gozo de uma assistência social mais afetiva e generalizada, que só esporádica e fracionalmente lhes tem sido proporcionada pelos poderes públicos.

Funcionará, ademais, do ponto de vista social, como um verdadeiro neutralizador de tendências extremistas, pela melhoria imediata das condições materiais dos trabalhadores, e pelo lógico entrelaçamento de seus interesses econômicos com os dos empregadores, dentro do quadro profissional respectivo.

7.5 Finalmente — já que não dispomos de recursos próprios suficientes para mobilizar, com a aceleração que se impõe, nossas riquezas potenciais — forçoso é reconhecer a necessidade de recorrer ao concurso do capital, da técnica e de empreendedores estrangeiros, para a realização dessa tarefa em condições de tempo e de proporção satisfatórias.

Mas esse concurso deve ser convenientemente disciplinado por uma sábia lei de investimentos que, reservando atrativos reais para a iniciativa e o capital estrangeiros, propicie, por outro lado, uma integração satisfatória, da riqueza mobilizada, na economia nacional — sem o que poderiam eles cons-

tituir-se em "uma exploração colonial" ou "um assalto às nossas riquezas naturais", no dizer de Alberto Tórres.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Encerrando esta palestra deixo à vossa meditação este outro conceito Torreano:

"Toda a nossa política econômica gira em torno deste dilema: ou tencionamos criar uma nação, fazendo de nossa terra um novo plexo de civilização mundial — um País válido, próspero e feliz, onde os seus filhos e os que com eles vêm cooperar gozem os frutos do trabalho e da inteligência, na saúde, na paz e na cultura — ou tencionamos envolvê-lo na onda de aventuras que vai asseberbando o mundo, e tende a fazer da exploração imediata das riquezas materiais o prêmio das cobiças, nos desportos coloais da especulação.

Se o nosso objetivo é este último, cumpre-nos ir às seguintes conclusões necessárias: renunciar à aspiração de sermos uma nacionalidade e fazer de nossa Pátria um simples campo de feitoria, onde cada geração se contente com extrair riquezas da terra e entregá-las à especulação estrangeira".

Certamente, nenhum de nós, filhos desta terra dadivosa, deixará de optar pela primeira dessas alternativas, que parece corresponder ao verdadeiro destino reservado à nossa Pátria pelos desígnios da Providência.

8.2 Mas não bastam simples desejos ou aspirações humanas para fazer mudar a marcha dos fatos que decidem dos destinos dos povos. Só a ação consciente e determinada por atos de fé e de vontade pode alterá-la, desviando, às vezes, o curso da História.

É preciso convencer-nos, todos, de que, apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos; e não chegaremos talvez nunca à altura da generosa dívida com que nos favoreceu a Providência Divina, senão pela organização

metódica, pelo esforço intenso e continuado, pela poupança honesta.

Grandes e pequenos, proletários e intelectuais, dirigentes e dirigidos, devemos todos estimular-nos reciprocamente nesse exemplo de trabalho, de ordem e de austeridade, que honra, que fecunda, que engrandece.

8.3 Penso — e vai expresso nesse pensamento alto aprêço à tarefa que se propõe realizar, entre nós a Comissão Nacional de Assistência Técnica — penso, repito, que uma adequada assistência técnica — ampla e profunda, envolvendo a atividade de numerosos técnicos de todos os graus, ajudados por abundante mão-de-obra qualificada — é indispensável para que, através de novos hábitos de organização e de trabalho, possamos atingir, sem maiores tropeços, o altíssimo plano da prosperidade econômica.

Mas não me parece que essa simples revolução de natureza técnica baste para levar-nos ao objetivo mais alto, que é o da paz com liberdade, pelo gozo generalizado do bem-estar social. Algo mais é necessário.

É mister que a turba dos que se acotovelam na escalada do poder pelos caminhos da eleição, da seleção ou da livre escolha, aspire chegar ao alto possuída da vontade legítima de servir, e não da gana insaciável de servir-se!

É mister que encaremos democraticamente, com confiança e simpatia, a colaboração de quantos se inclinam a ajudar-nos na tarefa hercúlea e urgente de mobilizar, em benefício de nosso povo, os re-

ursos potenciais de que dispomos — ao invés de apegar-nos (paradoxalmente, numa época e em circunstâncias em que a colaboração recíproca dos povos democráticos é quase um imperativo de sobrevivência do mundo ainda livre em que vivemos) à mentalidade reacionária, xenófoba e suspicaz dos regimes totalitários, que só descobrem, fora de sua dominação inumana, tirânica e exclusivista, intenções de império e de extorsão.

É preciso, por outro lado, que as leis normadoras das atividades públicas e particulares se inspirem, também, no propósito honesto de servir a todos e não apenas ou essencialmente a clientelas políticas ou a grupos de potentados.

É mister, finalmente, que realizemos o quase milagre de cumprir e fazer cumprir, escrupulosamente, essas leis, por grandes e pequenos, por amigos e adversários, por nacionais e estrangeiros, aplicando, indistinta e inalteravelmente, sanções aos que as transgridirem.

Eis a única estrada possível de nossa redenção. É a estrada que palmilharam ou palmilham todos os povos fortes, ricos e livres da terra.

É a estrada que havemos de palmilhar, para fazer de nossa terra um novo plexo de civilização mundial, onde haja abundância, felicidade, saúde, paz e cultura para todos aqueles que, filhos de suas entranhas, ou oriundos de outras plagas, irmanados no pensamento e na ação, a houverem fecundado honradamente com o suor de seus rostos.

LEBRE FILHO S.A.

Fundada em 1838

Artefatos e estiragem de arame. Tecido exagonal para aviários. Tela de arame galvanizado, latão, alumínio, cobre ou bronze fosf. Peneiras para lavoura, laboratórios, garimpos e todos os fins

FÁBRICA: RUA JOLI 134 — TELEFONE 9-337

ESCRITÓRIO: RUA ANCHIETA. 22 — CP. 55 — TELEFONES 32-0017 E 35-1250

BITOLAS

Cel. OLYMPIO MOURAO FILHO

A Comissão nomeada pela Portaria n. 19, de 8 de janeiro de 1946, incumbida de rever e atualizar o Plano de Viação Nacional (Decreto n. 24.497, de 29 de junho de 1934), concluiu por novas Normas Técnicas para as Estradas de Ferro Brasileiras, nas quais consagra, entre outras, as seguintes:

1) Bitola — sua uniformização — 1,60 m, em todo país, devendo ser levada a efeito em 5 etapas (Capítulo VI).

2) Especificações relativas ao traçado e ao perfil (Capítulo II, incisos 5, 12 e 13).

A nosso modo de ver, o problema merece reexame.

A bitola que predomina na trama ferroviária mundial é de 1,435 m, usualmente denominada de 1,444 m. Assim acontece nos Estados Unidos e nos demais países da Europa. A bitola de 1,00 m é adotada nos seguintes: Indo-China, Irã, Estados Malaio, Burma, Abissínia, África Colonial Francesa, Kenia, Uganda, Tanganika, e na América do Sul, o Brasil (maioria de sua rede atual), pelas ferrovias Colômbia, Dorado, La Guaiara and Caracas,

Transandina (Argentina e na Bolívia).

A bitola de 1,60 m, existe apenas nos seguintes: Irlanda, E. F. South Australia and Victoria, Central do Brasil, Paulista, Santos e Jundiaí.

Como se vê, trata-se de uma bitola pouco adotada e, com exceção do Brasil, em países de importância secundária na conjuntura internacional.

Deixaremos de lado a bitola de 1,00 m, embora tenha defensores abalizados como Mustapha Ibrahim Bey de Courten e outros mais modernos, para tratarmos, apenas, da bitola de 1,60 m.

Importa, antes de mais nada, estabelecer que as condições técnicas da infra-estrutura e super-estrutura devem ter prioridade, nas considerações, ao assunto bitola, embora, em alguns casos, haja correlação entre elas, como, por exemplo, na reação que a bitola de 1,00, faz sobre o traçado.

Com efeito baseando-se na fórmula $r = 500 l \div R$, na qual r representa a resistência por toneladas do trem (composição mais locomotiva), R o raio de Curva e l a bitola, a resistência à tração é consignada no quadro abaixo:

R		
	Bitola de 1,00 m	Bitola de 1,444 m
500	1 kg	2 kg
400	—	3 kg

R	Bitola de 1,00 m	Bitola de 1,444 m
300	—	4 kg
250	2 kg	—
200	2,5 kg	—
150	2,3 kg	—

Conclui-se, pois, que a curva de 500 m, na bitola de 1,444, corresponde, do ponto de vista de resistência, à curva de 250 m na bitola de 1,00 m e a de 400 da 1ª bitola corresponde à de 150 da 2ª. Acima de 400 m, as curvas podem ser praticamente consideradas como tangentes, do ponto de vista da resistência à tração. Mas, aí está o lado falho do raciocínio que conduz à adoção de uma bitola menor, devido a menores despesas de primeiro estabelecimento, com prejuízo do futuro rendimento. É evidente que se um raio de curva de 150 m, na bitola de 1,00 m, oferece resistência menor do que a de 300 m na bitola de 1,444, o traçado da primeira dá uma substancial economia no estabelecimento. Mas, não menos evidente é que uma curva de raio na bitola de 1,444 m é tão indesejável quanto a de 150 m de 1,00 m, pois resistência significa perda constante de lucros durante toda a exploração da ferrovia. Além da resistência, é preciso considerar as velocidades que se exigem cada vez maiores numa exploração econômica, velocidades incompatíveis com certas condições do traçado, para não se falar no perfil.

O que é preciso fixar, antes de tudo, são as condições técnicas de traçado e perfil, que permitam o tráfego de grandes toneladas a velocidades altas, qualquer que seja a bitola, isto é 1,00 m, 1,444 m ou 1,60 m. Depois, então, examinar

qual a bitola mais conveniente. Deste modo, especificações técnicas que permitam, na bitola de 1,00 m, capacidade de tráfego de 24/24 em via simples, de trens de 1.000 a 1.500 toneladas a velocidades de 100 a 120 km à hora, torna-la-iam muito recomendável para o Brasil, em face do investimento considerável representado pelo atual material rodante e de tração existente no país e pela economia obtida no traçado, do ponto de vista simples da menor tonelage exigida. Todavia, como há outras vantagens que ela não satisfaz, tanto quanto a de 1,60 m, o estudo, como já foi dito atrás, limitar-se-á às bitolas de 1,60 m e de 1,444 m.

Cabe examinar, de início, o motivo da adoção da bitola de 1,60 m, no Brasil, tendo em vista a extrema raridade da mesma em todo mundo. Não foi, seu estabelecimento no país, resultante de quaisquer estudos técnicos-econômicos que concluíssem pela necessidade de sua introdução.

O Regente do Império, Padre Diogo Feijó, promulgou a Lei número 101, de 31 de outubro de 1835, que autorizava a concessão de primeira estrada de ferro em território brasileiro.

A primeira estrada de ferro foi construída por Mauá e inaugurada em 30-IV-854, com a extensão de 14,5 km e bitola de 1,68 m (material retirado da Irlanda, que alterava a bitola de 1,68 m para 1,70).

Em 9 de fevereiro de 1855, foi assinado entre os governos Brasileiro e Inglês, para a construção de estrada de ferro São Cristóvão a Queimados, hoje EFCEB, com a bitola de 1,60 m (segundo consta com material encomendado à Inglaterra pela Rússia e encaixado devido à guerra da Crimeia 1854-1856) e inaugurada em 29-III-858.

Foram construídas, com a bitola larga, 1,60 m, as seguintes estradas:

— Estrada de Ferro Mauá — inaugurada em 30-IV-854 — 1,68 m.

— E. Ferro D. Pedro II — inaugurada em 29-III-858 — 1,60 m.

— E. Ferro Recife-São Francisco — inaugurada em 9-II-858 — 1,60 m.

— E. Ferro Bahia-São Francisco — inaugurada em 28-VI-860 — 1,60 m.

— E. F. S. Paulo Railway — inaugurada em 16-II-867 — 1,60 m.

— E. Ferro Paulista — inaugurada em 11-VIII-872 — 1,60 m.

As Estradas de Ferro Mauá, Recife-S. Francisco e Bahia-S. Francisco tiveram suas bitolas estreitadas para 1,00, em 1871, depois que foi construída a primeira estrada de bitola estreita no Brasil, que foi a E. F. União Valenciana, inaugurada em 10-V-871, hoje incorporada à Central do Brasil.

As bitolas adotadas, no Brasil, atualmente, são 1,60 m, 1,44 m (Amapá), 1,00, e 0,76 m.

Em 1885, iniciou-se uma grande campanha para o estreitamento da bitola para 1,00 m, na qual figuravam grandes nomes da Engenharia Brasileira.

A extensão das linhas brasileiras representa:

Bitola larga (1,60 m).....	2.084 km — 7 %
Bitola estreita (1,00 m).....	30.956 km — 90 %
Bitola menores (0,76 m).....	1.211 km — 3 %
Total.....	34.251 km — 100 %

O primeiro erro técnico-econômico da iniciativa imperial foi encaixar uma bitola de 1,60, por si só pouco recomendável na atual conjuntura internacional, como demonstraremos, numa via de 1,00 m. De reste, parece que os gabaritos de segurança e das obras darte vieram importados com o material, por exigência técnica da firma que o vendeu. Seria longo e pouco interessante historiar a construção de nossa chamada principal ferrovia e a primeira a adotar a bitola de 1,60 m, na América do Sul. Todavia, merece menção o ramal de S. Paulo no qual, durante longos anos, a fricção econômica ocasionada pelo complexo de resistência da via, vem absorvendo subrepticiamente grandes somas, prejuízos grandes que ficam mascarados muitas vezes sob aparentes saldo pequenos.

O Ramal teve sua construção iniciada em 1865, em Barra do Pirai. Seu traçado geral desdobra-se ao longo do vale do Paraíba até Gua-

rarema, derivando-se deste ponto pelo vale do córrego deste nome, galgando a Serra de Guararema em busca das vertentes do Tietê, as quais são alcançadas depois de Cesar de Souza e daí até a cidade de S. Paulo. Mas, o primeiro projeto constava da construção, pela EF Pedro II, em 1865, bitola de 1,60 m, até Cachoeira. Desta, partia a EF S. Paulo-Rio de Janeiro, cuja construção foi iniciada com a bitola de 1,00 m, em 1877. Em 1890, porém, o Governo Provisório encampou a EF S. Paulo-Rio de Janeiro e determinou o alargamento da bitola, trabalhos que terminaram em 1908. O alargamento, como foi feito, conservando o mesmo traçado e perfil, foi um erro. Em resumo, realizou-se o absurdo técnico de encaixar, forçando apenas as dimensões dos cortes, aterros e obras darte, uma pseudo bitola de 1,60 m no leito tecnicamente indesejável da bitola de 1,00 m. É evidente e não requer grande número de palavras para sua demonstração, que a bi-

tola não é constituída somente pelo afastamento das rodas, ou pelo comprimento dos eixos.

Bitola significa também dimensões e capacidades de carros e vagões, para não falar nas condições técnicas de traçado e perfil, exigíveis para qualquer bitola. Neste passo, deve-se salientar o esforço da primeira administração que a EFCB teve, após sua transformação em autarquia.

O plano de melhoramento de ramal, salvo no que se refere à escolha do raio mínimo de 687,50 m, obedece a todas as exigências da técnica moderna. De fato, não foi ultrapassada, quanto ao perfil, a taxa de declividade de 0,5 % ou seja 0,005 m. O melhoramento resultante possibilita um encurtamento real de 32.721,30 m, e o de 313.204,23 no comprimento virtual, reduzindo-se o número de curvas de 640 para 218. As vantagens econômicas, a serem alcançadas, quando estiverem prontas as obras, são de tal vulto que se justificam plenamente. Entretanto, se se tivesse aproveitado a ocasião para estreitar a bitola para 1,444 m, maiores teriam sido os frutos.

Críticas severas e justificadas tem sofrido o gabarito da EFCB, bitola de 1,60 m, o que levou a administração a modificá-lo com grandes dispêndios, a fim de permitir, entre outra desiderata, a circulação do material motorizada e artilharia sobre truques, bem como a do trem tipo TB-32, recomendado pelo Plano de Viação Nacional. Felizmente, com obras de retificação levadas a efeito, resolveu-se em parte o problema. Entretanto, de passagem, deve-se anotar que, recentemente, a EFCB adquiriu carros de bitola de 1,444 m, montados sobre truque de 1,60 m, material que não pôde circular através do gabarito da estrada, sem que antes, novas retificações da linha tivessem sido feitas.

Poder-se-á alegar, em defesa da bitola de 1,60 m, que, lançada em condições técnicas aceitáveis, trará maior rendimento do que a de 1,444 m.

Examinemos a questão, fixando, antes de tudo, que a discussão obrigatoriamente fica restrita, no processo de comparação, a uma única dimensão do material rodante, isto é, à largura. Com efeito, o material referido, na bitola de 1,444 m, pode ter, sem nenhum inconveniente técnico, dimensões de comprimento e altura iguais às da bitola de 1,60 m.

Quanto à largura, se ficarmos rigorosamente adstritos à fórmula $l = 2,5b$, isto é, a largura de um vagão, por exemplo, deve ser de duas vezes e meia a da bitola, teremos:

$$\text{Bitola de 1,60 m} - 2,5 \times 1,60 = 4,00 \text{ m.}$$

$$\text{Bitola de 1,444 m} - 2,5 \times 1,444 = 3,61 \text{ m.}$$

Se V o volume do vagão de 1,60 m e V_1 o da bitola de 1,444 m, c e h respectivamente o comprimento e a altura comuns às duas bitolas, teremos:

$$V = ch \times 4000.$$

$$V_1 = ch \times 3,61, \text{ donde.}$$

$$V - V_1 = ch (4000 - 3,61) = 0,39 \text{ ch.}$$

Isto representa 9,7 % de aumento de capacidade bruta. Mas, a regra $2,5 \times$ bitola pode ser ultrapassada, dentro de certos limites, sem maiores inconvenientes técnicos. Significa que o material de 1,444 pode ter maior largura, diminuindo-se ainda a percentagem calculada. Resta, pois, examinar se a diferença pesa muito a favor da bitola de 1,60 m, tendo em vista muito maiores despesas de primeiro estabelecimento e o preço maior de seu material rodante, bem como as dificuldades para sua aquisição. Estas últimas, devem ter preponderância indiscutível quando se trata de defesa nacional.

Ora, em caso de crise internacional, a aquisição de material para bitola de 1,60 m é sobremodo difícil e demorada, conforme será demonstrado adiante.

É evidente que todas estas razões perderiam muito de sua força, se a bitola de 1,444 m não fosse

técnicamente capaz de satisfazer nossas necessidades econômicas do tempo de paz e militares, na guerra.

As conjunturas americana e europeia dão resposta cabal, pois, desde o advento da ferrovia, a bitola de 1,444 m vem suportando perfeitamente o formidável peso econômico-militar dos E. U. A. e da Europa inteira.

Quanto ao preço, o material da bitola de 1,60 m é mais caro entre 10 a 15 % do que o de 1,444 m e sua obtenção não é fácil, a ponto de, ver-se a administração da EFCB forçada a adquirir carros da bitola de 1,444 m para o tráfego.

O motivo disto é óbvio, se examinarmos as estatísticas que nos informam existir em tráfego nos E. U. A. — onde fazemos nossas encomendas de maior vulto — 43.272 locomotivas, 38.006 carros e 2.045.000 vagões, tudo da bitola de 1,444 m. Na Europa, os números totais são: 84.635 locomotivas, 93.478 carros e 2.903.293 vagões. É evidente que as fábricas trabalham em grandes séries para atender à manutenção deste vultoso material. Se uma fábrica idônea, por várias conveniências político-econômicas, atender a pequenas encomendas brasileiras obrigada a para suas máquinas por um prazo nunca inferior a 5 dias, a fim de fabricar matrizes para o material de 1,60 m.

De modo que há dois graves inconvenientes: primeiro, não ser fácil obter o material de que necessitamos; segundo: custar mais caro de 10 a 15 %.

Conclui-se, pois, que abandonamos uma bitola que suporta perfeitamente as exigências econômicas e militares dos mais importantes países do mundo, por outra que dá uma única vantagem perfeitamente dispensável para aqueles países e *a fortiori* para o Brasil, pagando mais caro, desnecessariamente, o primeiro estabelecimento e depois, ininterruptamente 10 a 15 % do material rodante e de tração.

Por último, há reparos a fazer no Capítulo VI, quanto às etapas fixadas para o alargamento da bi-

tola de 1,00 m, especialmente no que se refere ao TPS, bem como às especificações técnicas definidas no Capítulo II, incisos 5, 12 e 13.

O encaixamento inicial da bitola de 1,00 m, na infraestrutura e superestrutura de 1,60 m, para alargamento posterior, é indefensável, tanto do ponto de vista econômico como do militar.

Deixando de lado o primeiro, para examinar somente o segundo, verifica-se que o alargamento redundante em trabalhos demasiadamente demorados e impossíveis de serem levados a efeito em caso de crise internacional. De fato, apesar de não ser necessário tocar no gabarito, a operação exigirá a retirada completa dos dormentes e trilhos da plena via, desvios, aparelhos de reversão e outros, bem como do lastro que também tem dimensões diferentes e necessitará de recomposição, a fim de assentar a linha definitiva de 1,60 m. Além disto, será preciso transportar, ao longo da via, todo o material necessário, utilizando uma parte da capacidade de tráfego, bem como trabalhadores, operações a serem executadas na hora, que pode ser oportuna. É tão fácil estreitar uma bitola principalmente quando se pode lançar um terceiro trilho em lugar de se deslocar os dois anteriores, quanto é difícil alargar uma bitola, mesmo quando a infraestrutura o permita, isto é, sem necessidade de terraplanagens complementares.

Quanto às especificações citadas, do Capítulo II, referente a raios mínimos, tangente mínimas e rampa máxima, são poucos avançados e sua adoção trará como resultado o nascimento de uma rede já envelhecida, ultrapassada na concepção moderna em que se discute francamente, na batalha contra as resistências, rampas abaixo de 0,005 m por metro e curvas de raio de 900 a 1.000 metros.

Nestas condições, tendo em vista que o Congresso ainda não se pronunciou a respeito, parece que o problema merece reexame, concluindo-se pela estandarização à base da bitola de 1,444 m.

A AUTORIDADE DO SARGENTO

Cel. A.C. MONIZ DE ARAGAO

Extraído da "Revista da EsSA"

O homem, como expressão moral, continua a ser, e sé-lo-á sempre, a despeito do desenvolvimento da técnica, o fator decisivo da luta. Cresce de valor, cada vez mais, com as novas modalidades da guerra, que se caracterizam pelos combates dispersos.

Porque os campos de batalha da América são ilimitados, o soldado brasileiro, que terá de atuar isolado ou em pequenos grupos, precisa saber pensar e agir com independência. Deve poder, em situações penosas, usar o raciocínio, a coragem e a iniciativa, convicto de que o sucesso final decorre da soma das ações individuais.

Urge, conseqüentemente, que o Sargento Brasileiro, instrutor e condutor de tais homens, seja digno dessas funções e capaz de exercê-las. Cumpre que possua valor moral e profissional. Este necessário e aquele indispensável ao desempenho da autoridade militar. As divisas, por si sós, estabelecem hierarquia fictícia, illusória apenas. Só o prestígio moral provoca a admiração e o respeito, que condicionam a obediência sem restrições.

O Sargento precisa instruir-se, estudar e conhecer a fundo a profissão, preparando-se para o importante papel militar, cívico e social, que será chamado a desempenhar no campo de combate, na caserna ou alhures. Necessita saber os regulamentos e a técnica militar referentes à sua arma. Impõe-se que cultue as virtudes, que têm por base o caráter e a vontade, pois que comandar é ato sagrado e complexo. Para tanto, exige-se saber conduzir e merecer seguido.

A direção de homens livres requer autoridade espontaneamente reconhecida e aceita. Autoridade que tem por alicerce o dever bem cumprido, "o faz o que faço", o exemplo.

O Sargento age sempre com consciência. Tem por primeiro cuidado a disciplina. Executa rigorosamente a sua tarefa, fazendo-se necessário pelo primor e sinceridade de que a impregna. Onde estiver, debaixo do fogo ou auxiliando a instrução, guarda confiança na sua destreza e retidão. Procura ser o mais capaz. Esforça-se para que os do seu grupo ou secção uniformizem-se na sua capacidade. Através da hierarquia, emprega sua ação para estimular, seu mérito para esclarecer, buscando erguer os retardatários e insuficientes. Pondo a serviço da disciplina e da ordem as suas qualidades profissionais e morais, comanda sem constrangimento e sem esforço, porque tem autoridade.

O êxito de um empreendimento ou o sucesso de uma existência depende da eleição do caminho a seguir e da insistência em perseguí-lo. O Sargento deve escolher, para orientação das suas atividades castrenses, um ângulo de marcha e manter-se nele. Estabelece um roteiro para as suas atividades profissionais e cumpre-o.

Essas normas, em resumo, poderiam ser as seguintes:

— demonstrar, sistemática e constantemente, que o seu espírito de abnegação iguala ou ultrapassa o de qualquer soldado;

— gular os recrutas inexperientes, aconselhando-os com paciência e tolerância;

— recompensar, com desassombro e oportunidade, os comandados que revelarem mérito;

— reprimir as ações desonestas, solicitando as providências adequadas da autoridade competente;

— zelar, com máximo interesse, pelo bem estar, saúde e prestígio dos seus subordinados.

O Sargento, que pautar a conduta conforme esses princípios, ganhará autoridade e merecerá admiração. Será respeitado dos subor-

dinados e acatado dos chefes. Obterá completo êxito no cumprimento da dupla missão de instrutor e condutor de homens, porque inspirar-lhes-á, antes de tudo, confiança e respeito.

* *

O primeiro quilate da tarefa do Sargento é a exatidão. A abnegação, a fortuna do seu trabalho. A receber o soldo, o Sargento agradece a Deus ter podido realizar pela Pátria, aquilo que dinheiro algum pode pagar.

O QUE HA DE MAIS FINO PARA HOMENS

MAGAZINE LEREX

CAMISARIA — ALFAIATARIA — SPORT

VENDAS EM 12 PRESTAÇÕES

DESCONTO DE 10 % AOS SÓCIOS DO CLUBE MILITAR

AV. RIO BRANCO, 251-A — EDIF. CLUBE MILITAR

(N. 15)

CASA DE MOVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

(N. 5)

SOCIEDADE TESSA & MEIRELLES DE FERRO LTDA.

Ferro Redondo, Chato, Quadrado, Trafilado, Cantoneiras, Tee e "U" Arames e Aços em geral — Chapas, Pretas e Galvanizadas, Chapas de Latão e Cobre, Tubos para Caldeiras Vapor e Galvanizados

"SOTÉLES"

RUA CATUMBI, 118 — TELEFONES 9-3496 E 9-3498 — End. Teleg.: "SOTÉLES"

SÃO PAULO

(N. 11)

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem: fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam: criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

● Grande usina siderúrgica em Lafaete

Será instalada em Lafaete, pelo grupo Jafet, uma nova e grande usina siderúrgica, com o capital de 130 milhões de cruzeiros. Já foi assinada a escritura de compra do necessário terreno, no valor de 3 milhões de cruzeiros.

● Algo sobre a nossa Aeronáutica

Do discurso pronunciado pelo Ministro da Aeronáutica, na Base Aérea de Santa Cruz, perante o Presidente da República, ao ensejo do recente "Dia do Aviador", extraímos os seguintes dados:

- aviões incorporados à FAB ultimamente:
- a jato: 70 (comprados na Inglaterra);
- fortalezas voadoras (quadrimotores): 12 (Acôrdo de Assistência);
- caças-bombardeiros: 25.... (Acôrdo de Assistência);
- transportes C-47: 10 — total: 117.

Além disso, foram recuperados mais de 90 aviões de guerra nas oficinas da FAB.

Levantar-se-á, brevemente, na Ilha do Governador, a Fábrica de Aviões Fokker, inclusive para a fabricação de aviões a jato.

A encomenda oficial, para os primeiros 4 anos de atividades da fábrica foi de 200 aviões, sendo 50 a jato.

Em São José dos Campos prepararam-se os nossos técnicos aeronáuticos, no setor das pesquisas.

A Escola de Especialistas de Aeronáutica foi unificada e transferida para Guaratinguetá, onde está funcionando com excelentes resultados.

Prosseguem as obras da nova Escola de Aeronáutica, em Pirassununga. Foram criados os Centros Militares dos Afonsos e de Natal, sendo que este aproveita as instalações da grande base de Parnamirim.

A Diretoria de Engenharia e Rotas Aéreas realizou inúmeros melhoramentos substanciais nas instalações aeroportuárias, na rede de proteção ao vôo, nas pistas de pouso e rolagem, nos pátios de manobras, nas instalações elétricas e nos serviços de balisamento noturno, em todo o país. Obras de vulto estão sendo realizadas, no setor da aeronáutica civil, em Campo Grande, no Galeão, Manaus, Recife, Aracajú, Ilheus, Belo Horizonte e Porto Alegre. Três campos de pouso, dotados de balisamento rádio-direcional, foram abertos na rota Rio-Manaus. Foram instalados rádio-faróis em Vitória, Ubatuba, Terezina, Parnaíba, Santarém e Conceição do Araguaia. Foram montadas estações de me-

teorologia em Congonhas, Campinas, Marte e Campo Grande.

Foram adquiridos 200 transmissores e receptores especiais.

Foram postos em serviço 39 novos rádio-faróis.

● Novidades de Volta Redonda

Entrou em funcionamento a mais moderna fábrica de estruturas metálicas da América do Sul, em Volta Redonda.

Está apta para produzir os mais diversos tipos de estruturas metálicas, desde as destinadas ao emprego na edificação de prédios, de andares múltiplos, para apartamentos, escritórios, garages coletivas, hospitais, ginásios, escolas,

repartições públicas, etc., como a aplicação na construção de galpões para hangares, oficinas e indústrias, depósitos, armazéns, trapiches, ou de pontes, pontilhões, viadutos, obras darte, ferro e rodoviárias; obras portuárias, instalações hidrelétricas, silos, tanques, tubulações, guindastes, chaminés metálicas e qualquer outra estrutura metálica para equipamento industrial.

A nova fábrica utilizará, no seu processo industrial, as barras, chapas, perfilados e outros produtos laminados da Usina de Volta Redonda. Está capacitada para produzir, inicialmente, mil toneladas mensais. Foi projetada de modo a poder se expandir futuramente.

● Os 10 maiores municípios industriais do Brasil (estatística de 1949)

Nome	N. de fábricas	Valor produção (bilhões)
São Paulo.....	7.353.....	28
Distrito Federal.....	4.901.....	15
Santo André.....	442.....	3,4
Pôrto Alegre.....	328.....	2,2
Recife.....	521.....	2
São Caetano.....	183.....	1,6
Barra Mansa.....	65.....	1,4
Sorocaba.....	236.....	1,1
Campinas.....	471.....	1
Curitiba.....	544.....	0,9

● Dados sobre a nossa aeronáutica civil

O tráfego aéreo mais intenso, entre duas cidades do mundo, é o entre Rio e São Paulo. em 1952, viajaram entre essas cidades 2.241.000 passageiros, quando entre Rio e Santos só viajaram 250.000.

Há, no Brasil, 282 localidades interligadas por linhas aéreas que realizam, por ano, 391.000 horas de voo e 100.600.000 km de percurso.

Há, porém, em todo o país, 450 aeroportos e, ao todo, 10.010 pistas de aterrissagem.

As nossas 19 linhas comerciais transportaram, em 1952, 47 milhões de libras de carga.

Há 12 anos passados, o número de nossos pilotos civis era de 318. Hoje, são 10.115, entre os quais 2.750 são comerciais.

Há no país, matriculados, 2.227 aviões de turismo ou transporte particular e 396 aviões comerciais.

● Posição do Brasil na fabricação mundial de receptores de rádio

Países	N. de aparelhos
Estados Unidos	20 milhões
Grã-Bretanha	2,3 milhões
França	830 mil
Canadá	800 mil
Japão	700 mil
Brasil	560 mil
Austrália	300 mil

Possuimos, ao todo, 50 fábricas de aparelhos de rádio, com 23.000 empregados.

SETE ANOS DE ATIVIDADES DO SESI

Criado em 25 de junho de 1946, o Serviço Social da Indústria iniciou suas atividades no dia 3 de julho do mesmo ano. Assim, completou o SESI, há pouco, sete anos de trabalhos em todo o País.

O Departamento Regional de São Paulo realizou, durante esse tempo, vasta obra, abrangendo os mais variados setores — assistência médica, odontológica, alimentar, educacional, jurídica, recreativa, etc.

Pelos números abaixo se pode fazer idéia do vulto dessa assistência em prol dos trabalhadores da indústria, transporte, comunicações e pesca.

Total de serviços prestados pelos 10 Ambulatórios e 2 Postos Médicos: 1947, 22.550; 1948, 80.626; 1949, 124.343; 1950, 116.664; 1951, 198.040; 1952, 252.658.

Nos Hospitais, realizou-se, durante esse período, o seguinte número de intervenções cirúrgicas: 1948, 846; 1949, 1.961; 1950, 1.716; 1951, 2.025; 1952, 2.880.

Os Ambulatórios e Postos Odontológicos apresentaram o seguinte número de serviços prestados: 1948, 31.478; 1949, 45.475; 1950, 63.585; 1951, 147.078; 1952, 248.331.

Mantém o SESI 7 Cozinhas Distritais, 5 nesta Capital, 1 em Santos e outra em Santo André, que fornecem refeições aos trabalhadores, no próprio local de trabalho, por preço mínimo. O número de refeições servidas foi o seguinte: 1947, 215.000; 1948, 1.154.606; 1949, 2.626.128; 1950, 3.312.139; 1951, 4.366.790; 1952, 6.316.160.

Os Postos de Abastecimento apresentaram o seguinte movimento de vendas: 1947, Cr\$ 46.517.664,80; 1948, Cr\$ 94.339.785,80; 1949,

Cr\$ 128.876.656,50; 1950, Cr\$ 116.180.931,00; 1951, Cr\$ 128.636.806,30; 1952, Cr\$ 229.859.712,40.

Em fábricas, sindicatos, clubes operários, paróquias e outros locais frequentados por trabalhadores, o Sesi instalou Cursos Populares de Alfabetização e Instrução Complementar destinados aos trabalhadores. Desde o início desses Cursos, foram os seguintes os totais de alunos que receberam certificados de conclusão: 1947, 788; 1948, 1.049; 1949, 1.858; 1950, 2.383; 1951, 3.111; 1952, 3.856.

São mantidos ainda, nos mesmos locais, Cursos de Orientação de Leitura, como um complemento aos outros Cursos. O número de comparecimentos aos Cursos foi o seguinte: 1949, 5.073; 1950, 24.676; 1951, 71.449; 1952, 112.516.

Especialmente destinados às jovens trabalhadoras ou dependentes de trabalhadores, o Sesi instalou Cursos de Corte e Costura, nos quais já foram entregues os seguintes totais de diplomas: 1948, 87; 1949, 375; 1950, 1.140; 1951, 2.500; 1952, 3.271.

Com o objetivo de preparar as jovens industriárias para o desempenho de seus deveres domésticos, o Sesi instalou Centros de Aprendizado Doméstico em que funcionam Cursos de Arte Culinária, Educação Doméstica, Artes Domésticas e Mãesinhas. Esses Centros, em número de 24, dos quais 6 instalados nesta Capital e 18 no interior, apresentaram o seguinte número de concluintes, desde o início de seu funcionamento: 1948, 365; 1949, 1.427; 1950, 7.119; 1951, 15.866; 1952, 14.559.

O Serviço Jurídico presta aos trabalhadores completa assistência jurídica, cobrando-lhe apenas os gastos com selos e custas. Eis seu movimento de consultas: 1948, 4.767; 1949, 5.906; 1950, 7.667; 1951, 9.374; 1952, 9.845.

A Biblioteca Ambulante fez os seguintes empréstimos de livros: 1948, 4.578; 1949, 9.529; 1950, 14.008; 1951, 9.067; 1952, 22.637.

Na parte de Recreação e Fisicultura, mantém o Sesi programas radiofônicos, teatro, operário, competições esportivas — em que se destacam as Olimpíadas Operárias de 1 de Maio, das quais participam dezenas de milhares de trabalhadores.

CASA CHOPIN

Rádios-Vitrólas — Vitrólas — Agulhas — Aluns — Discos — Material Elétrico
Refrigeradores — Máquina de Lavar — Televisão — Rádios — Instrumentos —
Harmônicas — Harmônios — Músicas — Pianos

Matriz:

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 309 — TELEFONE 32-8604 — End. Teleg. "REGENTE"

Caixa Postal, 5364 — SÃO PAULO

Noticiário de Interesse Militar

Estados Unidos

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o Presidente Eisenhower convocou uma reunião dos Governadores de todos os estados para tratarem de assuntos de defesa interna cuja discussão se impõe perante o momento internacional decorrente. No discurso inaugural, o presidente chamou a atenção para a responsabilidade que cabe aos governos locais no planejamento e organização da defesa da população civil.

Na comemoração do dia das Forças Armadas, o General Thomas White, Chefe de Estado-Maior das Forças Aéreas, afirmando que a Rússia possuirá daqui a um ano perigoso "stock" de bombas atômicas, declarou que os Estados Unidos, para fazerem frente a tal ameaça, devem realizar um esforço para a construção de um grande número de engenhos teledirigidos — mais seguros que qualquer outra forma de D.C.A. — com os quais se pode destruir cerca de sessenta por cento de uma frota assaltante. Com os métodos clássicos de D.C.A. não se pode esperar atingir mais de trinta por cento dos objetivos inimigos.

No campo de tiro do deserto de Nevada foi disparado, em 25 de maio, o primeiro canhão atômico, cujas características e fotografias já figuraram nas páginas desta crônica.

O alvo escolhido para receber a primeira granada atômica era constituído por um pequeno bosque onde se encontravam uma locomotiva "Diesel", carruagens de caminho de ferro, carros de combate, canhões, edifícios e tendas de tipo militar. A 9.500 metros de distância, havia trincheiras onde abrigavam 2.500 soldados que avançaram para o local da explosão logo que as radiações se dissiparam. Ainda não foi feito qualquer comunicado sobre os resultados desta primeira aplicação tática da energia atômica.

O novo canhão dos Estados Unidos

Trata-se de uma peça de calibre pequeno (75 mm), de extraordinário automatismo e rendimento, com o qual se consegue grande rapidez de pontaria e de tiro, incompatíveis com os grandes calibres. Estes não são, aliás, necessárias, pois a teoria de tiro com estas novas peças não consiste em bater um grande volume, senão obter impactos diretos por

meio da pontaria automática eletrônica de precisão e a espoleta de proximidade. Por esta razão, o sistema de radar para a tomada de dados e consequente pontaria é autônomo para cada peça e não corresponde a direções de tiro coletivas para 4 ou 6 peças.

É a primeira peça do Exército de Terra controlada completamente por sistemas eletrônicos e que localiza e segue o alvo com radar, apontando e fazendo fogo automaticamente contra aviões que voam a alturas baixas e médias.



Canhão

Pode disparar 45 granadas por minuto, de 6 kg. de peso, carregadas com alto explosivo. O carregamento é realizado também automaticamente por meio de 2 carregadores de 11 disparos cada um, acionados eletricamente.

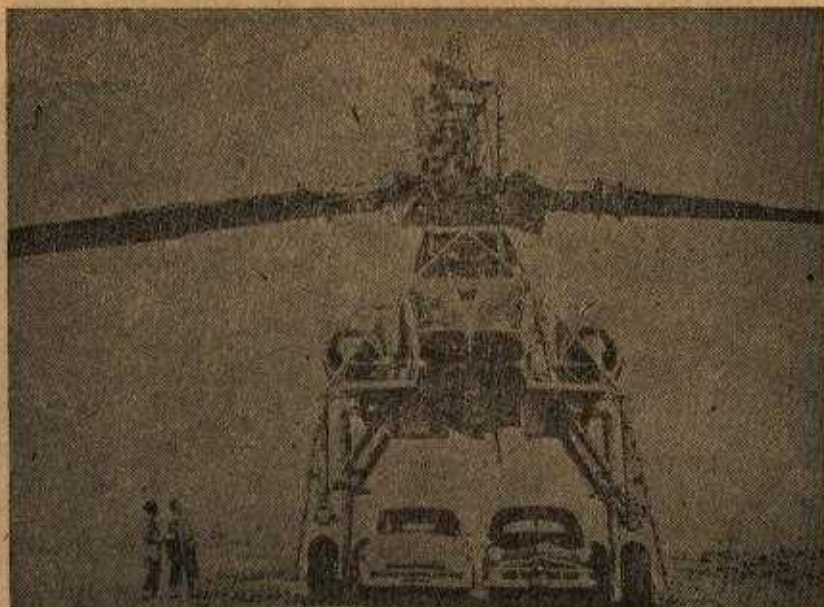
O radar explora todo o espaço automaticamente cada 40 segundos e pode detetar os aviões dentro de um raio de 24 km. Transmite o seu informe a um computador eletromecânico, que determina automaticamente distância, velocidade e direção do objetivo que se avizinha e determina quando deve apontar-se a peça e fazer-se o disparo. O canhão pode atirar com o radar ou bem com o computador somente, dando a este os dados.

O sistema completo — canhão, radar e computador eletromecânico — está montado em um chassi e é rebocado por um caminhão trator. Pesa 10 toneladas e, em bateria, ocupa 7,6 metros de comprimento, 2,4 metros de largura e 2,1 metros de altura.

É transportável por ar (Do "Combat Forces Journal").



O novo veículo ligeiro dos fuzileiros navais transportados por helicópteros, conhecido sob o nome de "Mighty Mite", este pequeno caminhão de 680 kg pode ser conduzido até às zonas de combate por um helicóptero



O "XH-17", o maior helicóptero do mundo (americano). Pesa 20 toneladas e foi projetado para o transporte, a curtas distâncias, de carros de combate, peças de artilharia, trechos de ponte e caminhões



Um motorista dos Fuzileiros Navais conduzindo o "Mighty Mite" ao longo de um talude fortemente inclinado no decurso de uma demonstração. Este novo caminhão possui rodas de suspensão independente que permitem concentrar toda a força sobre a roda de tração, qualquer que seja. Se uma roda somente se acha sobre o solo, toda a força do veículo se concentra sobre ela.



O menor helicóptero do mundo (americano). Pesa 135 kg e possui uma velocidade de 130 km por hora.

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de outubro de 1953**

PORTARIA N. 404 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra:

Considerando que o Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937, que regula o exercício do Magistério do Exército, somente dispõe sobre o preenchimento de claros no referido Magistério, em caráter efetivo;

Considerando que o efetivo discente dos estabelecimentos militares de ensino, bem como a necessidade de preencher claros oriundos de afastamentos temporários de professores efetivos, têm obrigado a designação de professores em caráter provisório;

Considerando que o Decreto-lei n. 4.653, de 26 de agosto de 1952, autoriza a designação de oficiais do Exército para a regência temporária de disciplina não essencialmente militares nos diversos estabelecimentos militares de ensino;

Considerando que não foi possível a aplicação normal do Aviso número 535, de 23 de agosto de 1950, que procurou regular o recrutamento de professores, em face das dificuldades financeiras que acarretava a execução das normas por ele estabelecidas no que respeita à realização das provas de suficiência;

Considerando, finalmente, que é de necessidade absoluta regular a admissão de professores, em caráter provisório para o Magistério do Exército,

Resolve,

De acordo com o art. 1º, do Decreto-lei n. 4.623, de 23 de agosto de 1942 e art. 59, da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942):

1. Para as disciplinas não essencialmente militares dos diversos cursos dos estabelecimentos militares de ensino, no impedimento ou na falta de professores efetivos, serão nomeados professores adjuntos, a título precário, oficiais da ativa ou da Reserva de 1ª classe, com o curso de formação de oficiais da ativa e que satisfaçam as seguintes condições:

a) ser Capitão e contar, no mínimo, um (1) ano de arregimentação nesse posto;

b) contar, no mínimo, dez (10) anos de serviço;

c) ser indicado pelo catedrático da disciplina e proposto pelo Comandante do Estabelecimento;

d) possuir idoneidade moral compatível com a função de educador, comprovada pelos juízos do catedrático e do Comandante do Estabelecimento e apurada pelos meios de que dispuserem e pelas averiguações que julgarem necessárias.

2. As propostas de nomeação, acompanhadas dos conceitos de idoneidade moral, a que se refere a letra d) do número anterior, serão remetidas à Diretoria Geral do Ensino que, depois de julgá-las de acordo com as disposições da presente Portaria, as encaminhará ao Ministro.

3. A partir de trinta (30) dias e no prazo máximo de sessenta (60), a contar da data de sua apresentação no Estabelecimento, o oficial nomeado será submetido a uma prova didática em que comprove sua aptidão para o exercício do Magistério.

4. A prova didática de que trata o número anterior, e à qual serão submetidos os professores nomeados na vigência desta Portaria, obedecerá às seguintes prescrições gerais:

a) constará de uma aula, prática ou teórica, sobre assunto programado da matéria, no currículo do Estabelecimento;

b) será realizada perante uma comissão de três (3) professores efetivos do Estabelecimento, designados pelo Comandante do mesmo;

c) o julgamento da comissão será expresso pela declaração "suficiente" ou "insuficiente", constante de uma ata que será arquivada no Estabelecimento, devendo uma segunda via ser remetida à Diretoria Geral do Ensino;

d) ao receber a ata, a Diretoria Geral do Ensino proporá a exoneração dos que forem julgados "insuficientes".

5. Os oficiais serão nomeados pelo prazo de três (3) anos, podendo ser reconsiderados, caso o exijam as necessidades do ensino.

6. As reconduções sucessivas se processarão mediante proposta do Comandante do Estabelecimento, tendo cada uma delas a duração de três (3) anos.

7. O professor adjunto, a título precário, poderá ser exonerado:

a) a pedido;

b) no fim do período de três (3) anos de exercício, caso não haja necessidade de sua recondução;

c) por efeito de matrícula, voluntária ou compulsória, em escolas ou cursos militares;

d) quando nomeado para comissão estranha ao Magistério;

e) caso não apresente condições supervenientes de eficiência profissional e de capacidade moral, devidamente comprovadas pelo catedrático e pelo Comandante, em documento que acompanhará a proposta de exoneração.

8. Os professores adjuntos, a título precário, enquanto no exercício da função, poderão adiar suas matrículas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, desde que assim o desejem e, voluntariamente, se sujeitem às sanções da Lei de Promoções.

9. Os professores adjuntos, a título precário, terão as mesmas obrigações e o mesmo regime de trabalho dos professores efetivos, cabendo-lhes, ainda, os trabalhos de natureza técnica ou pedagógica e as atividades ligadas ao ensino que lhes forem atribuídas pela Direção do Ensino dos Estabelecimentos.

10. Os atuais assistentes especiais de ensino, passam à categoria de professores adjuntos, a título precário, sendo-lhes computado como "tempo de Magistério" o período em que desempenharam as funções de assistentes, para efeito de ingresso definitivo no Magistério do Exército.

11. Os professores de que trata o número anterior e os atuais professores adjuntos, a título precário, terão exercício pelo prazo de três (3) anos, a contar desta data, podendo ser reconduzidos, ao fim desse tempo, de acordo com os ns. 5 e 6, desta Portaria.

12. Para a efetivação no Magistério do Exército, de acordo com o que dispõe o § 1º, do art. 2º, do Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro

de 1937, o exercício da função de professor adjunto, a título precário, nas condições da presente Portaria, constituirá título preferencial.

13. Ficam revogadas as disposições estabelecidas em atos ministeriais que contrariem as desta Portaria — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

43 ("Diário Oficial" de 8-X-953.)

* * *

AVISO N. 886 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1953

Revigorando o disposto no Aviso n. 495, de 8 de agosto de 1950, recomendo à Inspetoria Geral, aos Chefes do Departamento Técnico e de Produção e Departamento Geral de Administração, aos Comandantes de Zonas e Regiões Militares e de Grandes Unidades, à Secretaria Geral do Ministério da Guerra e aos Diretores e Chefes de Repartições e Estabelecimentos do Exército que todas as ligações e entendimentos com a Seção do Exército Norte-Americano da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos sejam feitas, sempre, por intermédio do Estado-Maior do Exército, a quem competem as relações diretas com a referida Seção — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 8-X-953.)

* * *

AVISO N. 898 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1953

Considerando as dificuldades de instalação, não será organizado em 1954, o Q. G. da 7ª D. I., permanecendo as Unidades que a compõem subordinadas ao Comandante da 7ª Região Militar — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 13-X-953.)

* * *

AVISO N. 929 — EM 21 DE OUTUBRO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra:

— dando prosseguimento às homenagens com que o Exército tem distinguido, de longa data, as maiores personalidades e feitos nacionais;

— considerando que o Exército, expressão da Força, existe no país para mantê-lo pelo Direito e, pois, deve dar testemunho de seu acatamento àqueles que, nesse setor, defendem a Nação e o Povo, assegurando-lhes a Soberania e a vida em sociedade;

— considerando que constitui serviço da mais alta relevância e do mais acentuado patriotismo, a representação do país em conclave internacionais, levando à vitória as teses nacionais;

— considerando que a língua pátria é elemento da mais alta valia para a manutenção da unidade nacional e que seu estudo e conhecimento devem constituir zelo constante de todas as autoridades e de todos os organismos nacionais;

— considerando que Ruy Barbosa foi o maior dos cultores do Direito em nossa Pátria, por ele lutando com veemência e denodo, nos tribunais, na cátedra, no Legislativo Nacional, nas tribunas públicas e em Congressos Internacionais;

— considerando que Ruy Barbosa, com saber imenso e vasta cultura jurídica, levou além fronteiras o nome do Brasil e, em seu nome, defendeu

teses e levou-as à consagração internacional, fazendo valer o Direito independentemente da Força que o apoiasse;

— considerando que Ruy Barbosa foi, a par de muitos outros valores, um grande nome da cultura nacional e da pureza do nosso idioma, que amou e cultivou com desvelos de verdadeiro mestre, resolve:

1º. O retrato de Ruy Barbosa figurará obrigatoriamente nas dependências da Consultoria Jurídica deste Ministério, nos estabelecimentos de ensino de todos os graus e em todos os quartéis, nas salas em que funcionarem os Conselhos de Justiça.

2. A Secretaria Geral do Ministério da Guerra determinará a confecção e providenciará a distribuição dos retratos necessários ao cumprimento deste Aviso — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 27-X-53.)

* *

DECRETO N. 34.431 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1953

Abre, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ 231.350.000,00, destinado a atender aos encargos da "industrialização do xisto betuminoso no vale do rio Paraíba", a retomada dos estudos das jazidas de xisto de Maraú e as obras de ampliação da Refinaria de Mataripe

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.731, de 13 de novembro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ 231.350.000,00 (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender às seguintes despesas:

	Cr\$
a) aquisição de material e equipamento para a Refinaria de Xisto Betuminoso.....	141.050.000,00
b) estudos e planos para aproveitamento das jazidas de xisto em Maraú (Bahia).....	300.000,00
c) desapropriação e aquisição de imóveis na Vale do Paraíba para a industrialização do xisto betuminoso.....	60.000.000,00
d) ampliação da Refinaria de Mataripe.....	30.000.000,00
	231.350.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

("Diário Oficial" de 31-X-53.)

A LEI SOBRE A PETROBRAS

LEI N. 2.004 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1953

Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Constituem monopólio da União:

I — a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II — a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III — o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2º. A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I — por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II — por meio da sociedade por ações *Petróleo Brasileiro S. A.* e das suas subsidiárias, constituídas na forma, da presente lei, como órgãos de execução.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Art. 3º. O Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República, tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento de petróleo.

§ 1º. Entendem-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

§ 2º. Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional do Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarbonetos fluidos e de gases raros.

Art. 4º. O Conselho Nacional do Petróleo continuará a reger-se, na sua organização e funcionamento, pelas leis em vigor, com as modificações decorrentes da presente lei.

Parágrafo único. O Presidente da República expedirá o novo Regulamento do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista o disposto neste artigo.

CAPÍTULO III

DA SOCIEDADE POR AÇÕES PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS) E SUAS SUBSIDIÁRIAS

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO DA PETROBRAS

Art. 5º. Fica a União autorizada a constituir, na forma desta Lei, uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S.A. e usará a sigla ou abreviatura de Petrobás.

Art. 6º. O Petróleo Brasileiro S.A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo — proveniente de poço ou de xisto — e de seus derivados, bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único. A pesquisa e a lavra, realizadas pela Sociedade, obedecerão a planos por ela organizados e aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, sem as formalidades, exigências de limitações de área, e outras julgadas dispensáveis, em face do Decreto-lei n. 3.236, de 7 de maio de 1941, autorizando-as o Conselho em nome da União.

Art. 7º. O Presidente da República designará por Decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º. Os atos constitutivos serão precedidos:

I — Pelo estudo e aprovação do projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade, quer internos, quer externos.

II — Pelo arrolamento, com todas as especificações, dos bens e direitos que a União destinar à integralização de seu capital.

III — Pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º. Os atos constitutivos compreenderão:

I — Aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União.

II — Aprovação dos Estatutos.

III — Aprovação do plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Conselho Nacional do Petróleo para Sociedade e das verbas respectivas.

§ 3º. A Sociedade será constituída em sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

§ 4º. A constituição da Sociedade será aprovada por Decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, no Registro do Comércio.

Art. 8º. Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificação desta lei depende de autorização legislativa, e, no demais casos, fica subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante Decreto.

SECÇÃO II

DO CAPITAL DA PETROBRAS

Art. 9º. A Sociedade terá inicialmente o capital de..... Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000,00 (vinte milhões de ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), cada uma.

§ 1º. Até o ano de 1957, o capital será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art. 12.

Art. 2º. As ações da Sociedade serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sempre sem direito de voto, e inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 3°. As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5 % (cinco por cento).

§ 4°. As ações da Sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) ações, sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

Art. 10. A União subscreverá a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias e, para sua integralização, disporá de bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhes assegurem pelo menos 51 % (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1°. Se o valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo, não bastar para a integralização do capital, a União o fará em dinheiro.

§ 2°. Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou a efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

§ 3°. A União transferirá, sem ônus, aos Estados e Municípios em cujos territórios existem ou venham a ser descobertas jazidas e minas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, respectivamente 8 % (oito por cento) e 2 % (dois por cento) das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas e pelo qual sejam incorporadas ao capital da Petrobrás no ato de sua constituição ou posteriormente.

Art. 11. As transferências pela União de ações do capital social ou as subscrições de aumento de capital pelas entidades e pessoas às quais a lei confere este direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51 % (cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

Parágrafo único. Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 12. Os aumentos periódicos do capital da Sociedade far-se-ão com recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 13. A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos a que se refere o art. 3°, da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952, terá a seguinte aplicação:

I — Os 40% (quarenta por cento) pertencentes à União em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital previsto no § 1°, do art. 9°, e, eventualmente, na tomada de obrigações;

II — Os 60 % (sessenta por cento) pertencentes aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios serão aplicados:

a) em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital de acordo com os planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, devendo a participação de cada entidade ser, no mínimo, proporcional a respectiva cota do imposto único;

b) na tomada de obrigações da Sociedade ou de ações e obrigações das subsidiárias, ficando sempre assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma participação proporcional às respectivas contribuições, observada a preferência estabelecida no art. 40.

Parágrafo único. A cota do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe às entidades mencionadas no inciso II, poderá ficar retida, se for oposto qualquer obstáculo à aplicação da percentagem especificada no mesmo inciso aos fins e nos termos estabelecidos neste artigo.

Art. 14. O produto dos impostos de importação e de consumo incidentes sobre veículos, automóveis e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desses veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade.

Art. 15. Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos, contribuirão anualmente, até o exercício de 1957, com as quantias discriminadas na tabela anexa, recebendo, respeitado o disposto no art. 13, certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações da Sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito, assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal de tais títulos.

Parágrafo único. Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo, promovendo o Governo convênio ou entendimento com as demais entidades de direito público para que, em relação ao licenciamento e emplacamento anual daqueles veículos, nos limites de sua competência, seja prestada colaboração no mesmo sentido.

Art. 16. Os recursos de que tratam os arts. 13, 14 e 15, serão recolhidos à conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

§ 1º. A União, por intermédio do representante designado nos termos do art. 7º, poderá movimentar os recursos destinados por esta lei à Petrobrás, antes de sua constituição, de acordo com as instruções do Ministro da Fazenda, para ocorrer às respectivas despesas.

§ 2º. Ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art. 17. A Sociedade poderá emitir, até o limite do dôbro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro.

SECÇÃO III

DOS ACIONISTAS DA PETROBRÁS

Art. 18. Os Estatutos da Sociedade, garantida a preferência às pessoas jurídicas de direito público interno, poderão admitir como acionistas somente:

- I — as pessoas jurídicas de direito público interno;
- II — o Banco do Brasil e as sociedades de economia mista, criadas pela União, pelos Estados ou Municípios, as quais, em consequência de lei, estejam sob controle permanente do Poder Público;
- III — os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos e residentes no Brasil uns e outros solteiros ou casados com brasileiras ou estrangeiras, quando não o sejam sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vintemil);
- IV — as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no art. 9º, alínea b), do Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 100.000 (cem mil);

V — as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente fazem parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil).

SECÇÃO IV

DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS

Art. 19. A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

§ 1º. O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum* com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva;

b) 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos;

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União, em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos;

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos.

§ 2º. O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 7,5 % (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c) e d), do § 1º.

§ 3º. A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República.

§ 4º. É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 5º. Do veto do Presidente ao qual se refere a letra a), do § 1º, haverá recurso *ex-officio* para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo.

§ 6º. Os 3 (três) primeiros Diretores serão nomeados pelos prazos de, respectivamente, 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, de forma a que anualmente termine o mandato de um Diretor.

Art. 20. O Conselho Fiscal será constituído de 5 (cinco) membros, com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo único. A União elegerá um representante, as pessoas físicas e jurídicas de direito privado outro, as demais pessoas jurídicas de direito público, três, assegurados neste caso, a cada grupo de acionistas que representar um terço dos votos, o direito de eleger separadamente um membro.

Art. 21. O Conselho Fiscal do Petróleo Brasileiro S.A. terá as atribuições constantes do art. 127, do Decreto-lei n. 2.627, de 28 de setembro de 1940, não se lhe aplicando o Decreto-lei n. 2.928, de 31 de dezembro do mesmo ano.

SECÇÃO V

DOS FAVORES E OBRIGAÇÕES ATRIBUÍDOS A PETROBRAS

Art. 22. Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, bem como as propriedades que possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer e ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais serão isentos de impostos e taxas e qualquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União que se entenderá com as outras enti-

dades de direito público, solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade da qual participarão, na esfera de sua competência tributária.

Art. 23. A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e de impostos adicionais em relação aos maquinismos, seus cobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portaria dos Inspectores das Alfândegas.

Art. 24. A Sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação nos termos da legislação em vigor.

Art. 25. Dependendo sempre de prévia e específica aprovação do Conselho Nacional do Petróleo a Sociedade só poderá dar garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior a favor de empresas subsidiárias, e desde que a operação no caso de capital estrangeiro não tenha qualquer vinculação real.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar aos financiamentos tomados no exterior, pela Sociedade e pelas suas subsidiárias, a garantia do Tesouro Nacional até 25 % (vinte e cinco por cento) do respectivo capital integralizado, quando se tornar necessário pelo vulto de operação e pelo eminente interesse nacional em causa.

Art. 26. Somente quando os dividendos atingirem 6 % (seis por cento), poderá a Assembléia Geral dos Acionistas fixar as percentagens ou gratificação por conta dos lucros para a Administração da Sociedade.

Art. 27. A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra de petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, indenização correspondente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás.

§ 1º. Os valores do óleo e do xisto betuminoso serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2º. Será efetuado trimestralmente o pagamento de que trata este artigo.

§ 3º. Os Estados e Territórios distribuirão 20 % (vinte por cento) do que receberem, proporcionalmente aos Municípios, segundo a produção de óleo de cada um deles, devendo este pagamento ser efetuado trimestralmente.

§ 4º. Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias.

Art. 28. A União poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para os quais destinar recursos financeiros especiais.

Art. 29. Os direitos relativos a concessões e autorizações referentes a jazidas de óleo mineral, refinarias e oleodutos que a Sociedade receber da União serão inalienáveis, ainda quando, como valor econômico, seja, pela Petrobrás, cedido o seu direito de utilização dos mesmos a qualquer de suas subsidiárias.

Art. 30. Não ocorrendo a desapropriação, a Petrobrás indenizará pelo seu justo valor aos proprietários do solo pelos prejuízos causados com a pesquisa ou lavra.

Art. 31. A Petrobrás, de acordo com a orientação do Conselho Nacional do Petróleo, deverá manter um coeficiente mínimo de reservas de óleo nos campos petrolíferos.

Art. 32. A Petrobrás e as sociedades dela subsidiárias enviarão ao Tribunal de Contas, até 31 de março de cada ano, as contas gerais da Sociedade, relativas ao exercício anterior, as quais serão por aquêle remetidas a Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas limitar-se-á a emitir parecer sobre as contas que lhe forem enviadas. E o Congresso Nacional depois de tomar conhecimento das mesmas, sem julgá-las, e do parecer do Tribunal, adotará, por qualquer de suas Casas, quanto ao assunto, as medidas que a sua ação fiscalizadora entender convenientes.

Art. 33. A direção da Petrobrás e a direção das sociedades dela subsidiárias são obrigadas a prestar as informações que lhes forem solicitadas pelo Congresso Nacional acérca dos seus atos e deliberações.

Art. 34. Quando o acionista fôr pessoa jurídica de direito público, ser-lhe-á facultado o exame dos papéis e documentos da Sociedade para o fim de fiscalização das contas.

Art. 35. Os Estatutos da Petrobrás prescreverão normas específicas para a participação dos seus empregados nos lucros da Sociedade, as quais deverão prevalecer até que, de modo geral, seja regulamentado o inciso IV do art. 157 da Constituição.

SECÇÃO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO PESSOAL DA PETROBRÁS

Art. 36. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na Petrobrás em funções de direção ou de natureza técnica, na forma do Decreto-lei n. 6.877, de 18 de setembro de 1944, não podendo, todavia, acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Parágrafo único. Na hipótese do Conselho Nacional do Petróleo reduzir o seu pessoal, a Petrobrás dará preferência no preenchimento dos cargos ou funções, de acôrdo com as suas aptidões, aos servidores dispensados.

Art. 37. Não se aplica aos diretores, funcionários e acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. o disposto na alínea c), do art. 2º, do Decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938, podendo ser acionista da Sociedade os funcionários dela e os servidores públicos em geral, inclusive os do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 38. A Sociedade contribuirá para a preparação do pessoal técnico necessário aos seus serviços, bem como de operários qualificados através de cursos de especialização, que organizará, podendo também conceder auxílios aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo para a preparação no exterior e outros meios adequados.

SECÇÃO VII

DAS SUBSIDIÁRIAS DA PETROBRÁS

Art. 39. A Sociedade operará diretamente ou através de suas subsidiárias, organizadas com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais deverá sempre ter a maioria das ações com direito a voto.

§ 1º. Na composição da restante parte do capital, observar-se-á o mesmo critério estabelecido para a Petrobrás, assegurada a proporcionalidade a que se refere o art. 13, inciso II, letra b), e a preferência estabelecida no art. 40.

§ 2º. Os cargos de direção das empresas referidas neste artigo serão privativos dos brasileiros natos, sempre que seu objeto seja qualquer das atividades da indústria do petróleo.

§ 3º. Na constituição dos corpos de direção e fiscalização das subsidiárias, serão adotados critérios análogos aos estabelecidos nesta Lei, assegurando-se, ainda, às pessoas de direito público, com interesse relevante naquelas empresas, a representação na diretoria executiva.

Art. 40. Ao Estado em cujo território for extraído ou refinado óleo cru ou explorado gás natural será assegurada a preferência, com o concurso dos seus municípios para a participação nas sociedades subsidiárias destinadas à sua refinação ou distribuição, até o montante de 20 % (vinte por cento) do seu capital.

Parágrafo único. Sempre que o Estado produtor de petróleo ou de gás manifestar o propósito de usar da preferência de que trata este artigo ser-lhe-ão atribuídas ou transferidas pela Petrobrás, nos limites prefixados, as ações que o mesmo se proponha tomar e para cuja integralização serão, previamente, estabelecidos os prazos e condições que, visando a facilitar a colaboração do Estado, não sacrifiquem, no entanto os interesses relacionados com a constituição e o funcionamento da subsidiária de que o mesmo deva participar.

Art. 41. A Petrobrás, por autorização do Presidente da República, expedida em decreto e depois de ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, poderá associar-se, sem as limitações previstas no art. 39, a entidades destinadas à exploração do petróleo fora do território nacional, desde que a participação do Brasil ou de entidades brasileiras seja prevista, em tais casos, por tratado ou convênio.

Art. 42. O disposto nos arts. 22, 23, 24, 33 e 36 aplica-se, igualmente, às empresas subsidiárias da sociedade.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Ficam excluídas do monopólio estabelecido pela presente lei as refinarias ora em funcionamento no país, e mantidas as concessões dos oleodutos em idêntica situação.

Art. 44. Não ficam prejudicadas as autorizações para a instalação e exploração de refinarias no País, feitas até 30 de junho de 1952, salvo se as mesmas não estiverem em funcionamento nos prazos prefixados até a presente data.

Art. 45. Não será dada autorização para a ampliação de sua capacidade as refinarias de que tratam os dois artigos anteriores.

Art. 46. A Petróleo Brasileiro S.A. poderá, independentemente de autorização legislativa especial, participar, como acionista, de qualquer das empresas de refinação de que tratam os artigos antecedentes para o fim de torná-las suas subsidiárias.

Parágrafo único. A Petróleo Brasileiro S.A. adquirirá nos casos do presente artigo, no mínimo 51 % (cinquenta e um por cento) das ações de cada empresa.

Art. 47. Do monopólio estabelecido pela presente lei, ficam excluídos os navios-tanques de propriedade particular ora utilizados no transporte especializado de petróleo e seus derivados.

Art. 48. As contribuições especiais para pesquisa e outras, a que se obrigam as empresas concessionárias, na forma da lei vigente, e ainda as multas em que incorrerem os titulares de autorizações ou concessões

para quaisquer das atividades relacionadas com hidrocarburetos líquidos serão destinados a subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade ou de suas subsidiárias.

Art. 49. As sociedades de economia mista, a que se refere o inciso II do art. 18, dispensadas da prova de nacionalidade brasileira dos seus sócios ou acionistas, são exclusivamente as existentes na data da vigência desta lei.

Art. 50. Sempre que o Conselho Nacional do Petróleo tiver que deliberar sobre assunto de interesse da Sociedade, o presidente desta participará das sessões plenárias, sem direito a voto.

Art. 51. Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo disciplinará relações entre a Sociedade e o Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 52. O saldo das dotações orçamentárias e créditos adicionais do Conselho Nacional do Petróleo, para o exercício em que entrar em funcionamento a Petrobrás, correspondentes a serviços, encargos, obras, equipamentos e aquisições, ou quaisquer outras relativas a atividades que passarem à Sociedade, lhe será entregue logo que constituída.

Parágrafo único. Essas quantias serão levadas à conta de integralização de capital da União.

Art. 53. Da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de que trata a Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952, 48 % (quarenta e oito por cento) caberão aos Estados e Distrito Federal, feita a distribuição separadamente para os produtos oriundos de matéria-prima nacional e para os produtos importados ou de óleo importado.

I — A parte da receita destinada aos empreendimentos ligados à indústria do petróleo (art. 3º da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952) terá a aplicação prevista no art. 13 desta Lei.

II — A parte da receita destinada ao Fundo Rodoviário Nacional será aplicada de acordo com as disposições da Lei n. 302, de 13 de julho de 1938, e Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952.

§ 1º. A receita resultante dos produtos de matéria-prima nacional será distribuída, observadas as disposições dos incisos anteriores, aos Estados e Distrito Federal da seguinte forma:

- 1) 18 % (dezoito por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 36 % (trinta e seis por cento) proporcionalmente às populações;
- 3) 36 % (trinta e seis por cento) proporcionalmente aos consumos;
- 4) 10 % (dez por cento) proporcionalmente à produção de óleo cru de poço ou de xisto ou ainda de condensados.

§ 2º. A receita resultante de derivados importados ou produzidos com óleo cru importado será distribuída aos Estados e ao Distrito Federal pela forma seguinte:

- 1) 20 % (vinte por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 40 % (quarenta por cento) proporcionalmente às populações;
- 3) 40 % (quarenta por cento) proporcionalmente aos consumos.

§ 3º. As proporções de consumo previstas nos parágrafos anteriores serão calculadas com base nas quantidades consumidas em cada unidade federativa e não sobre o imposto pago.

§ 4º. A distribuição da cota de 12 % (doze por cento) do imposto único, que caberá aos Municípios, far-se-á, também, no que for aplicável, pelos critérios dos parágrafos anteriores.

§ 5º. Os novos critérios de distribuição, estabelecidos no presente artigo, só vigorarão a partir de 1954.

Art. 54. Anualmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará em obras rodoviárias, nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, caso participasse da distribuição prevista no art. 53 da presente lei, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 55. Aos empregados e servidores da Sociedade aplicar-se-ão os preceitos de legislação do trabalho nas suas relações com a Petrobrás.

Art. 56. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Vicente Ráo.

Oswaldo Aranha.

José Américo.

João Cleofas.

Antônio Balbino.

João Goulart.

Nero Moura.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

Móveis Paschoal Branco S.A.

CUMPRIMENTA

"A DEFESA NACIONAL"

PELA PASSAGEM DE SEU 40º ANIVERSÁRIO

AV. RANGEL PESTANA, 1.646 A 1.670 — SÃO PAULO

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Sr. Alfredo de Oliveira Pereira.
Sr. J. P. Galvão de Souza.
Gen. Ex. Amaro de Azambuja Villanova.
Gen. Div. Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.
Cel. A. C. Meniz de Aragão.
Cel. Meacyr Araujo Lopes.
Cel. Olympio Mourão Filho.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos.
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.
Maj. A. V. Paiva.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. João B. Santiago Wagner.
Cap. Luiz Fernando Vallim Schneider.
Cap. Pery O'Relly Cabral.
2º Ten. Jayme de França Doria.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953